



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

HUGO GARBÊNIO DE CARVALHO

“ESTAMOS AQUI, EXISTIMOS E IREMOS FICAR”:
**ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE
FORTALECIMENTO DAS RESISTÊNCIAS DOS SUJEITOS NO CAMPO**

**FORTALEZA
2025**

HUGO GARBÊNIO DE CARVALHO

“ESTAMOS AQUI, EXISTIMOS E IREMOS FICAR”:
ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE
FORTALECIMENTO DAS RESISTÊNCIAS DOS SUJEITOS NO CAMPO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Política, economia e sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C323“ Carvalho, Hugo Garbênio de.

“Estamos aqui, existimos e iremos ficar”: : associativismo e cooperativismo como estratégia de fortalecimento das resistências dos sujeitos no campo / Hugo Garbênio de Carvalho. – 2025.
141 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

1. Conflito. 2. Resistência. 3. Associativismo. 4. Cooperativismo. I. Título.

CDD 900

HUGO GARBÊNIO DE CARVALHO

“ESTAMOS AQUI, EXISTIMOS E IREMOS FICAR”:
ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE
FORTALECIMENTO DAS RESISTÊNCIAS DOS SUJEITOS NO CAMPO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Política, economia e sociedade.

Aprovada em: 18/03/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho
(Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Betânia Ribeiro Torres
(examinadora externa)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof. Dr. Fábio Gentile
(examinador interno - PPGS)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eduardo Girão
(examinador externo)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Àqueles que alimentam o país, apesar da
ausência de essencialidades. Ao homem
simples, ao camponês.
A família, amigos, amores.

AGRADECIMENTOS

O ato de produzir algo tão significativo e dispendioso como uma tese de doutoramento é uma tarefa que envolve uma mescla de sentimentos e emoções, que vão do desespero ao regozijo, da aflição à euforia, da exaustão ao êxtase. Quase sempre assim. Na verdade, todo o processo é permeado por oposições radicais que movem nossa existência em potências opostas.

A escrita deste trabalho foi profundamente impactada por situações emocionais diversas. As dificuldades enfrentadas ultrapassaram as tradicionais questões com as quais qualquer acadêmico se depara: gerenciamento do tempo, cobranças, lapsos criativos e o delicado processo de envolvimento com o campo de pesquisa. Todos esses aspectos se tornaram meros detalhes, facilmente superáveis quando comparados à força devastadora da pandemia da Covid-19, em sua fase mais aguda, entre 2020 e 2021.

A euforia e a satisfação pela aprovação no processo seletivo para uma das vagas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – um dos programas mais conceituados do país – foram rapidamente substituídos pela angústia dos dias pandêmicos, que se estenderam por longos anos. O ano de 2019 foi de entusiasmo: devorando textos, debatendo em altíssimo nível, frequentando com alegria as salas do Centro de Humanidades da UFC, dividindo espaços com professores e colegas inspiradores.

Contudo, em 2020, logo após o carnaval, anunciava-se, “vindo da China”, umas das maiores crises sanitárias já vividas pela humanidade. A princípio tímida e distante, a pandemia mostrou-se avassaladora com o passar dos meses. Nos isolamos do convívio social; hospitais foram, progressivamente, ocupados por contingentes cada vez maiores de infectados, até o colapso. O resultado foi a perda de milhares de vidas. Mortos se empilhavam a dor dilacerante das ausências tornou-se uma constante.

Como se a tragédia sanitária não fosse, por si só, suficientemente devastadora, enfrentamos ainda um governo negacionista, que negou até o último instante o poder avassalador de um vírus mortal, tornando-se, paradoxalmente, seu principal aliado.

Na perspectiva de Latour (2019), o vírus da Covid-19, um patógeno natural, resultante da mutação de um ator que compõe a geopolítica da natureza e com a qual passamos a ter que negociar, soma-se com uma praga eleita, a gestar um governo genocida. Essa trágica junção superlotou cemitérios por todo o país, impossibilitou a vida de muitos, destruiu famílias, pela morte e sua consequente dor, pela fome, e pelo desespero.

O que se seguiu, entre 2020 e 2021, entra na História como a maior tragédia do nosso país, que já sofrera com muitas outras. Dessa vez, tal tragédia esteve sustentada com a marca

de um desgoverno extremista, assassino, que contribuiu de forma direta com a morte, sepultou milhares de brasileiros sem que se pudesse sequer realizar os tradicionais ritos de passagem que marcam o fim da existência humana em nossa cultura. Tínhamos, então, um governo encabeçado por um genocida que desdenhava do sofrimento dos que padeciam sem ar nas macas dos hospitais colapsados.

Isto que deveria ser um agradecimento, efusivamente festivo e feliz, torna-se uma homenagem a todos que partiram vitimados pelo vírus e pela praga. Como diria o poeta Bráulio Bessa, em poema intitulado *inumeráveis*, musicado por Chico César, dois potentes operários da arte: “**Se números frios não tocam a gente, espero que nomes consigam tocar**”. Em números frios ultrapassamos a soma de 700 mil mortos, em nome dos quais, em respeito e em luto, homenageamos:

Maria Verônica Régis – A existência mais pura, simples e doce. Completamente despida de qualquer maldade desse mundo mal. Mãe devotada, forte e corajosa. Firme na fé, na bondade e no acolher. Maria passa na tua frente dona Verônica, todas as serpentes serão pisoteadas. Agradeço pelo convívio, pela bondade, pelo riso sempre aberto, pela refeição compartilhada, e, por todo carinho, ao seu modo, distribuído. São nas existências simples que encontramos as maiores demonstrações de humanidade. És um ser de belíssima raridade. A ti, meus agradecimentos. Saudades.

Dona Ivane Ferreira de Melo – A quem carinhosamente chamava de “cumade”, que me devolvia amavelmente com “meu nêgo”, o *meu* era termo do acolhimento, do pertencimento. Convivestes por tanto tempo em nossa companhia que já nos considerávamos família. Sempre celebrava os meus retornos das terras cearenses, as quais escolhi para viver minha profissão. “Chegou, meu nêgo?” eram as palavras boas-vindas, que logo se seguiam de abraços e cheiros na cabeça. Fostes sempre amável no gesto e no trato. A ti, meus agradecimentos. Saudades.

Lineker Moraes – Idealista, indignado com todas as formas de injustiça deste mundo. Conversávamos sempre sobre as potencialidades do nosso lugar, do nosso país. Compartilhávamos ideais, alguns quase utópicos. Também dividíamos o gosto pelo esporte, enxergando este como um vetor de mudança social. A ti, meus agradecimentos. Saudades.

Daniel Ítalo Alencar – Intelectual de envergadura invejável, devorador de livros e afiado dominador da teoria sociológica, sobretudo da antropológica, parte do seu fazer acadêmico. Não partiu tomado pelo vírus, partiu por sua sensibilidade aflorada e em consequência de todas as dores que sentia em seu íntimo. Aprendi muito contigo. Obrigado pelo abrigo que me destes quando este interiorano se viu totalmente perdido na metrópole mastigadora de gente. Dividiste comigo um teto, o alimento, me acolheste dentro do teu lar. Deixaste um fruto lindo. A ti, meus agradecimentos. Saudades.

Francisco Oliveira de Sousa - Chico Macaé – Militante aguerrido da causa campesina. Um dos pilares do movimento associativo e cooperativo da ruralidade do Apodi-RN. Desempenhou uma missão que só os fortes estão dispostos. Homem de palavra firme e convicções inabaláveis, que nem diante da dor que a enfermidade lhe impunha fraquejava. Obrigado por fazer parte deste trabalho, agradeço ao universo por poder ouvi-lo antes que obtivesse seu merecido descanso. A ti, meus agradecimentos. Saudades.

Tio Vando – Nos deixou em silêncio, sua partida não foi anunciada como de costume era sua chegada. Sua presença sempre nos alegrou, seu sorriso nos contagiava. Viveste da terra e pela terra, mesmo quando suas forças já não contribuía. A poesia de viola e o repente, marcas da potência da nossa cultura sertaneja, não nos deixará esquecer-lo, sobretudo por seu gosto devotado à esta arte. “Eu tenho medo de você mudar”, cantava em plenos pulmões acompanhando a bela canção dos Nonatos. Agora, somando-se a força do universo infindo, compõe outras canções que ecoarão pela eternidade. “Naquela mesa está faltando, ele e a saudade dele está doendo em mim”, diria Nelson Gonsalves. A ti, meus agradecimentos. Saudades.

“Se números frios não tocam a gente, espero que nomes consigam tocar”.

Agradeço, e não poderia deixar de fazê-lo, a minha orientadora, Alba Maria Pinho de Carvalho. Ser humano de uma humanidade que ultrapassa os limites de qualquer definição. Sensível às causas dos desprivilegiados, vítimas do modelo de dominação que condena milhões as mais severas adversidades. Cientista devotada a ciência a qual dedicou toda uma vida. A ti, meus agradecimentos. Gratidão.

Agradeço também ao Programa de Pós Graduação em Sociologia – PPGS, em toda a sua extensão: funcionários, secretárias. Ao Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, lugar onde sempre sonhei estar e onde pude concretamente aprofundar-me na ciência sociológica. Agradeço aos colegas, turma do mais alto nível acadêmico, com estes pude aprender para além das redomas da especialização científica. A todos, gratidão.

A minha família, gratidão imensa, vocês são meu sustentáculo em todos os momentos. Sou grato ao universo por pertencer e ser pertencido por esse núcleo. Nenhuma conquista se realiza de forma individualizada, para que este momento se concretizasse foi necessária muita renúncia. A todos vocês minha gratidão. Obrigado.

A minha companheira, Elza Fernandes, a quem também chamo de meu bem, que nos momentos finais do trabalho tomou para si a função de assistente, transcrevendo entrevistas, fazendo a leitura cuidadosa de algumas passagens, sempre atenta, leitora sensível à causa e ao caos. A ti, meus agradecimentos.

Por fim, sou grato a todos que fizeram parte deste processo, dos mais próximos aos ocasionais. Professores, colegas, amigos, a vocês, meus agradecimentos.

Aos que tudo produzem apesar da mais absoluta
ausência. Ao homem simples, ao homem do campo.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo investigar as redes associativas e cooperativas que constituem o campesinato organizado sob a forma de agricultura familiar no município de Apodi, Rio Grande do Norte. A pesquisa analisa os instrumentos de resistência no campo, alicerçados nas tecituras dessas redes. Buscou-se configurar a composição das redes associativas e cooperativas do município, investigando os elementos de resistência empregados pelos sujeitos do campo diante do processo de acumulação por espoliação. Para isso, considera-se o uso de estratégias agroecológicas amparadas por uma rede de cooperação e associação. O estudo buscou delinear as respostas das comunidades campesinas às investidas do capital global, personificado pelo agronegócio, com o apoio do Estado neoliberal. O esforço investigativo concentra-se em desvelar as estratégias adotadas pelo campesinato para assegurar sua permanência no território, indo além da mera reprodução de subsistência. A pesquisa possui natureza qualitativa, com trabalho de campo realizado entre os anos de 2022 e 2023 nas seguintes regiões do município de Apodi: Areia, Chapada, Pedra e Vale. Na coleta de dados primários, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com três representantes de cooperativas que assistem às comunidades investigadas, bem como, representantes de associações de agricultores familiares e do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi – STTRA. Os resultados iniciais do processo investigativo revelam a necessidade do auxílio do Estado para a manutenção e sobrevivência das associações e cooperativas, assim como a luta contínua por políticas públicas que amparem os trabalhadores e trabalhadoras do campo. Tais descobertas reforçam o papel essencial da ação coletiva e da organização em rede para a resistência e a sustentabilidade das comunidades campesinas.

Palavras-chave: Conflict; Resistance; Associativism; Cooperativism.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the specific associative and cooperative networks of peasants organized in the form of family farming in the municipality of Apodi, Rio Grande do Norte. The research analyzes the instruments of resistance in the countryside, based on the fabric of these networks. The aim was to configure the composition of the associative and cooperative networks in the municipality, investigating the elements of resistance used by rural subjects in the face of the process of accumulation by dispossession. To this end, the use of agroecological strategies expanded by a network of cooperation and association was considered. The study sought to outline the responses of peasant communities to the attacks of global capital, personified by agribusiness, with the support of the neoliberal State. The investigative effort focuses on developing the strategies adopted by peasants to guarantee their permanence in the territory, beyond the mere reproduction of subsistence. The research is qualitative in nature, with fieldwork carried out between 2022 and 2023 in the following regions of the municipality of Apodi: Areia, Chapada, Pedra and Vale. In the primary data collection, semi-structured interviews were conducted with three representatives of cooperatives that assist the communities under investigation, as well as representatives of family farming associations and the Apodi Rural Workers Union (STTRA). The initial results of the investigation process reveal the need for government assistance for the maintenance and survival of associations and cooperatives, as well as the ongoing struggle for public policies that support rural workers. These findings reinforce the essential role of collective action and networked organization for the resistance and sustainability of rural communities.

Keywords: Associations; Cooperativism; Family farming; Resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa da divisão regional do município de Apodi-RN	22
Figura 02 – Área plantada de melão (hectare) no Rio Grande do Norte em 1999, 2000, 2010 e 2015	33
Figura 03 – Entreposto de mel e cera (COOAPAPI)	75
Figura 04 – Mel e polpa de fruta (COOAPAPI)	78
Figura 05 – Prestação de contas da COOAPAPI, 2021	79
Figura 06 – Logomarca da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária	84
Figura 07 – Produtos comercializados pela Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária	87
Figura 08 – Capela de São Pedro – Distrito de Córrego	91
Figura 09 – Reunião da AMPC – Votação sobre o arrendamento da indústria de beneficiamento de castanha de caju e outras demandas	93
Figura 10 – Estrutura física da sede da associação	93
Figura 11 – Polpa de fruta – Associação comunitária do Sítio Rio Novo	103
Figura 12 – Fábrica de polpa de frutas – Associação Sítio Rio Novo	104
Figura 13 – Logomarca da polpa de fruta da Associação Comunitária do sítio Rio Novo	104
Figura 14 – Reunião mensal do Projeto de Assentamento Milagres	106
Figura 15 – Algodão agroecológico – Projeto de Assentamento Milagres	107
Figura 16 – Descaroador de algodão agroecológico/algodão descaroadado	108
Figura 17 – Reunião da associação do Assentamento Portal da Chapada	110
Figura 18 – Produção de caju do Assentamento Portal da Chapada	112
Figura 19 – Visita técnica da Universidade Agrícola da China – CAU ao território da Chapada do Apodi.....	113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACOPASA – Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi
AMPC – Associação de Mine Produtores de Córrego e Sítios Reunidos
APAVA – Associação de Produtores de Arroz do Vale do Apodi
ASSAAP – Associação Apodiense de Apicultura
CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COOAFAP – Cooperativa da Agricultura Familiar do Sertão do Apodi
COOAFARN – Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte
COOPAPI – Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Sustentável
COOPERMIL – Cooperativa Mista de Apodi
COOPERXIQUE – Cooperativa de Comercialização Solidária Xique-Xique
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF
ETEC – Escola Agrícola de Jundiá
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FUNDEVAP – Fundação Para o Desenvolvimento do Vale do Apodi
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE – Organização Estadual de Cooperativas
OCS – Organismo de Controle Social
ONGs – Organizações Não Governamentais
OPAC – Organização Participativa de Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
Pe. – Padre
PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SPG – Sistema de Participação de Garantias

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O OBJETO INVESTIGATIVO	18
1.1 Configurações da região – um sobrevoo sobre o campo de investigação	22
2 INSPIRAÇÕES TEÓRICAS FUNDANTES	25
2.1 Ruralidade, conflitualidades e formas de resistência	25
2.2 Camponeses enquanto sujeitos políticos.....	35
2.3 Campesinato no Brasil: Lutas, assimetrias e resistência	38
3 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO	42
3.2 Padrão de dominação e acumulação do capital no campo: configurações básicas	42
3.3 Cooperativismo, associativismo, economia solidária – antecedentes históricos	46
3.4 Cooperativismo, agricultura familiar, economia solidária – uma perspectiva para novas relações socioeconômicas na ruralidade	55
3.5 Vantagens e limitações do cooperativismo e do associativismo para a agricultura familiar	61
4 METODOLOGIA: INSTRUMENTOS E PERCURSOS	63
5 O CAMPO QUE FALA, SENTE, AGE	68
5.1 Uma incursão pelo campo.....	68
5.2 É necessário ir além da subsistência, é preciso libertar-se. O Papel da Igreja Católica na Construção da Rede Associativa da Ruralidade do Município de Apodi – Teologia da Libertação	68
5.2.1 <i>Tudo começa depois da missa</i>	68
6 AS COOPERATIVAS INVESTIGADAS	73
6.1 Antecedentes Históricos	73
6.2 COOPAPI – Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável.....	74
6.3 COAFARN – Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte	81
6.4 COOPERXIQUE – Cooperativa de comercialização solidária Xique-Xique... 85	
7 COMPOSIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DA RURALIDADE DE APODI, RN – AREIA, PEDRA, VALE E CHAPADA DO APODI	91

7.1 Região da Areia: Associação dos Mini Produtores Rurais de Sítios Reunidos de Córrego - AMPC.....	92
7.2 Região da Pedra: Associação de Santa Cruz I.....	96
7.3 Região do Vale do Apodi.....	98
<i>7.3.1 Associação dos Produtores de Arroz do Vale do Apodi – APAVA</i>	<i>98</i>
<i>7.3.2 Associação do Sítio Rio Novo e comunidades adjacentes</i>	<i>101</i>
7.4 Região da Chapada do Apodi.....	106
<i>7.4.1 Associação do Projeto de Assentamento Milagres</i>	<i>106</i>
<i>7.4.2 Associação do Projeto de Assentamento Portal da Chapada.....</i>	<i>111</i>
7.5 O protagonismo feminino na condução das associações e cooperativas investigadas	115
8 CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E SEUS REBATIMENTOS NO CAMPO DE ESTUDO	117
8.1 Golpe de 2016, abandono das políticas públicas para a agricultura familiar e o impacto da pandemia para as cooperativas e associações pesquisadas.....	118
8.2 Mercado institucional – a necessidade do Estado para a sobrevivência das cooperativas.....	123
8.3 Do asfixiamento das políticas públicas para a agricultura familiar e a agonia dos homens e mulheres do campo à promessa de ressurgimento	125
8.4 Governo Lula 3	127
8.5 Riscos das parcerias com o poder público.....	130
8.6 O poder da associação – contribuições do capital social.....	131
REFERÊNCIAS	133
ANEXO A – FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS	139
ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – COOPERATIVAS	140
ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ASSOCIAÇÕES.....	141

1 A TÍTULO DE INTRODUÇÃO: CONSTRUINDO O OBJETO INVESTIGATIVO

A escolha de um tema de pesquisa envolve uma série de condições preliminares que instigam o direcionamento dos olhares investigativos para determinadas agências sociais. Segundo Bourdieu (1989, p. 26), a construção de um campo de análise

não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio da qual a operação se efetua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro. É um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama de ofício.

O trabalho que ora apresentamos é fruto de um longo processo de maturação teórica e prática, desenvolvido ao longo de alguns anos. Está inserido entre uma macrosociologia, uma vez que busca compreender os impactos socioeconômicos do capital global, e uma microsociologia, que investiga agências de pequenos produtores rurais e suas respostas às investidas desse capital. É também, uma busca por aprofundar questões levantadas em outras oportunidades no decorrer da nossa trajetória como pesquisador. Dessa forma, é possível retomar pesquisas anteriormente realizadas, reformular questões, percorrer novos caminhos e ampliar os horizontes investigativos e analíticos.

As razões que nos levam a nos debruçar sobre a temática deste trabalho estão relacionadas ao que podemos classificar como uma escolha fundamentada em vivências. A ruralidade do município de Apodi-RN, marcada por uma forte rede associativa, constitui uma estrutura organizacional complexa, tecida em redes interconectadas, relações embricadas e vivências coletivas. É nessa composição de atores diversos, seus modelos organizacionais e suas vivências enquanto homens e mulheres do campo, que direcionamos nossa intuição investigativa.

Nossa primeira aproximação com o campo, enquanto pesquisador, ocorreu em meados de 2016. Na ocasião, desenvolvíamos uma pesquisa que embasou nossa dissertação de mestrado na Chapada do Apodi-RN. Analisávamos as conflitualidades que se desenrolavam entre empresas do agronegócio e agricultores familiares, bem como os elementos constitutivos da resistência camponesa diante da instalação de grandes empresas de fruticultura irrigada. Tais empresas, ligadas ao capital e vinculadas ao neoextrativismo, operavam em estreita articulação com o capital financeiro. Nosso objetivo, na ocasião, era capturar as assimetrias existentes entre

os dois modelos, os antagonismos que os colocam em campos opostos e os instrumentos de luta coletiva que construíam as resistências camponesas.

As relações com o município de Apodi são longínquas, remontando à vivência no território desde a infância, em um espaço que pertenceu aos povos originários *Tapuias Paiacus*. Esse povo empresta seu nome à cidade, que significa “coisa firme” – uma referência à chapada do Apodi, ou altura úmida associada à lagoa central, um refúgio para os indígenas em épocas de estiagem na Chapada.

É para esse cenário que direcionamos nossa atenção enquanto pesquisador e analista social, buscando desvelar os arranjos organizacionais de um determinado agrupamento social, suas práticas, estruturas, contradições, e os processos de construção, reformulação e continuidades/descontinuidades que sustentam o existir no campo. Assim, este trabalho apresenta-se como uma continuidade e expansão de pesquisas anteriores realizadas no município de Apodi-RN, especificamente na porção territorial potiguar da Chapada do Apodi.

Nosso interesse por essa região fundamenta-se na necessidade de compreender o complexo arranjo de atores que atuam em um cenário marcado por ofensivas do capital e formas diferenciadas de resistência. Ao longo da história, destacam-se camponeses, entidades de representação de classe, instituições do terceiro setor, a Igreja Católica e seus segmentos ligados a movimentos sociais camponeses, além do Estado, seja por sua ação, seja por sua omissão.

A Chapada do Apodi, devido às suas potencialidades naturais, é um espaço de intensas disputas, tanto no território do Estado Rio Grande do Norte quanto no Estado do Ceará. No lado potiguar, as contendas são recentes e estão em pleno desenvolvimento. No lado cearense, por sua vez, as conflitualidades, originados em períodos históricos anteriores, encontram-se em estágios mais avançados¹.

De fato, no Ceará tem-se um acúmulo histórico de violências e resistências, materializadas em eventos como assassinatos, expulsões de camponeses, envenenamento de populações locais, terras e águas pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, práticas já vivenciadas e testemunhadas por diversos atores.

Para situar o leitor ao nosso campo de pesquisa, optamos por apresentar um panorama geral. Desde o início dos anos 2000, a Chapada do Apodi-RN tem sido ocupada por empresas

¹ As conflitualidades que se evidenciam na Chapada do Apodi podem ser analisadas sob diferentes perspectivas, considerando o recorte territorial. Dividida entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, a região apresenta dinâmicas distintas. No lado cearense, as conflitualidades remontam a meados da década de 1980 e encontram-se mais cristalizados analiticamente, amparados por registros históricos e ampla discussão na literatura acadêmica. Em contraste, na porção potiguar da Chapada, essas conflitualidades emergem de forma mais evidente a partir dos anos 2000, demandando novas abordagens analíticas.

de agronegócio que exploram recursos naturais – terra, água e mão de obra camponesa despossuída de terra – para a produção de frutas tropicais (melão, melancia, banana, mamão, uva, entre outras) voltadas para exportação. Essa dinâmica integra o modelo rentista-neoextrativista² que caracteriza a contemporaneidade de economia brasileira.

Nesse contexto, elementos naturais são transformados em ativos financeiros e *commodities* negociados na Bolsa de Valores em dólar. A produção intensiva é sustentada por monoculturas mecanizadas, com uso massivo de fertilizantes e agrotóxicos, resultando em um cenário de confrontos para os camponeses locais.

Em contrapartida, os camponeses³, por meio de lutas coletivas, têm construído instrumentos de resistência para sustentar um modelo de vivência no campo. Essas resistências são edificadas ao longo de décadas, especialmente por meio de redes associativas que aproximam atores e cooperativas que organizam a produção. As práticas agroecológicas adotadas como modo de vida, como por exemplo, a estocagem de sementes ancestrais que ultrapassam as gerações. Estes elementos fortalecem os laços identitários e reafirma a permanência dos camponeses no território.

No decorrer de nossas investigações, constatamos que o associativismo se configura como um dos principais pilares na composição da estrutura organizacional das comunidades rurais. A construção de uma rede associativa permite o diálogo entre diversos atores. Mesmo as comunidades geograficamente mais afastadas comunicam-se por meio de associações locais, fóruns de associações e encontros coletivos de agricultores, promovidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apodi, pelas cooperativas que atuam na organização e, em sua gênese, pela Igreja Católica, sob a orientação da teologia da libertação liderada pelo Pe. Theodoro Snijders (*in memoriam*). Esses diversos atores desempenharam um papel central na formação das redes que sustentam a organização do campesinato local.

Essa dinâmica organizacional possibilita que as demandas sejam apresentadas coletivamente e que as ações sejam tomadas de forma conjunta. Assim, percebemos que o associativismo transcende o recorte local – a Chapada do Apodi-RN, foco inicial de nossas investigações — e se revela como uma prática ativa em toda a ruralidade do município de Apodi-RN.

² Adiante, aprofundaremos a consistência dessa categoria em nosso estudo.

³ A partir de então, o termo camponês refere-se a todas as formas de vida e produção que estão diametralmente em oposição ao modelo produtivo hegemônico. Assim, a categoria abrange pequenos produtores, agricultores de subsistência, agricultores familiares e demais categorizações que se refiram ao agricultor como trabalhador independente, desvinculado dos laços de trabalho e exploração típicos do capitalismo.

O município de Apodi, caracterizado por sua ampla extensão territorial, é composto por quatro regiões geograficamente distintas, cada qual com singularidades geomorfológicas e socioeconômicas: Areia, Pedra, Vale e Chapada. A região da Areia destaca-se pela produção de mel de abelha, caju e castanha. A região da Pedra é voltada para culturas tradicionais de sequeiro no período chuvoso, como feijão e milho, além da produção de frutas, hortaliças e, mais recentemente, piscicultura. Já a região do Vale do Apodi, atravessada pelo Rio Apodi-Mossoró, apresenta uma produção diversificada, que inclui cultivos tradicionais, produção de arroz vermelho nos alagadiços às margens do rio, frutas, verduras e hortaliças.

Por fim, na região da Chapada do Apodi, diversas experiências e práticas têm sido desenvolvidas ao longo de décadas, como, por exemplo, quintais produtivos, agroflorestas, produção consorciada de algodão agroecológico, combinações de culturas, apicultura, caprinocultura, entre outras. Mais recentemente, a produção passou a incorporar, de forma padronizada e industrializada, o processamento de polpa de frutas, o beneficiamento de arroz vermelho, castanha de caju e mel de abelha. Nesse arranjo, o associativismo surge como elemento de aproximação entre os atores, enquanto o cooperativismo se destaca como instrumento organizador da produção. Recentemente a Região da Chapada torna-se o embrião do projeto Brasil e China para a Introdução de máquinas para agricultura familiar. Projeto de residência acadêmica em parceria a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal do Semiárido e a Secretaria de Desenvolvimento Rural Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte – SEDRAF.

Dentro desse arranjo produtivo e organizacional, destaca-se o papel feminino na condução das associações e cooperativas. Estas se apresentam como a espinha dorsal de todo o movimento cooperativo e associativo da ruralidade do município de Apodi, conduzindo os camponeses, administrando associações e cooperativas, expandindo o alcance para além dos limites territoriais da Região Oeste do e do Estado do Rio Grande do Norte.

Dessa maneira, o presente trabalho tem por finalidade investigar as associações rurais do município de Apodi-RN, as cooperativas que estruturam a produção no campo e as contribuições desses sujeitos para a permanência dos atores na ruralidade do município.

1.1 Configurações da região – um sobrevoo sobre o campo de investigação

O surgimento da estrutura organizacional dos agricultores familiares no município do Apodi-RN insere-se em um processo histórico de lutas encabeçadas por diversos atores, como movimento sindical, o terceiro setor, movimentos sociais, ligas camponesas da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e os próprios agricultores. Motivados por uma necessidade comum – o desejo de produzir e revitalizar o território –, esses sujeitos conquistaram lotes de terras no âmbito do modelo de reforma agrária, uma forma organizacional característica da Região da Chapada. Outra via de organização ocorre por meio da continuidade da vida no campo em terras herdadas, repartidas em pequenos lotes entre os membros da família que permanecem no território, garantindo a reprodução social e econômica do campesinato local.

Em consonância à efervescência dos movimentos pela terra – seja pela conquista da posse, seja pela luta pela permanência –, o debate sobre os modos de organização social também ganha relevância. Nesse sentido, destaca-se a criação de associações e, posteriormente, a adoção do cooperativismo como estratégia fundamental para a produção, distribuição e comercialização dos produtos da agricultura familiar, consolidando-se como uma peça-chave no modelo organizacional das comunidades da região (Lima, 2016, p.85).

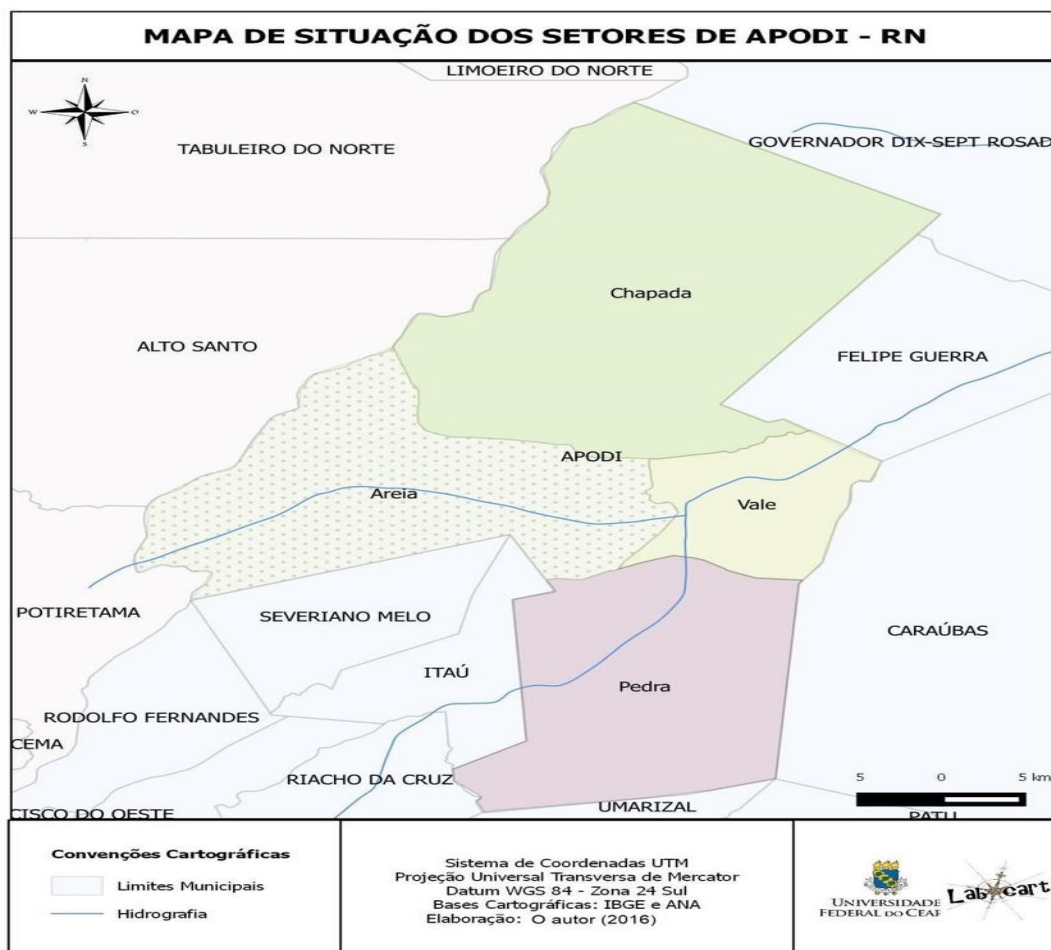
Atualmente, o município de Apodi-RN conta com um total de 45⁴ associações e 5 cooperativas que assistem às comunidades locais. Para uma melhor compreensão, as associações estão distribuídas da seguinte forma: a região do Vale do Apodi organiza-se em 19 associações; a região da Pedra conta com 12 associações; a região da Areia possui 04 associações; e por fim, a Chapada do Apodi contabiliza 21 associações.

Quanto às cooperativas, destacam-se: a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – COOPAPI, a Cooperativa da Agricultura Familiar do Sertão do Apodi – COOAFAP, a Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi – ACOPASA, a Cooperativa de Comercialização Solidária Xique-Xique – COOPERXIQUE e a Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte –

⁴ Com relação ao número exato de associações que compõe a rede associativa do campesinato de Apodi, encontramos algumas dificuldades em encontrar informações precisas. Isso se explica em consequência do período pandêmico que dificultou a mobilização das associações e ocasionou a diminuição da participação dos associados, bem como, os impactos dos cortes das políticas públicas de assistência às associações. Discutiremos estes elementos com maior profundidade mais adiante.

COOAFARN⁵, esta última composta por variadas cooperativas e atuando em nível estadual. O mapa a seguir ilustra a divisão microrregional do município de Apodi-RN:

Figura 01 – Mapa da divisão regional do município de Apodi-RN



Fonte: Galdino *et al.* (2016, p. 105)

Para fins analíticos práticos, e considerando a necessidade de delimitação específica dos objetos de pesquisa, bem como as dificuldades de interlocução com outras cooperativas, optamos por investigar três cooperativas em particular: a COOAPAPI, a COAFARN e a COOPERXIQUE. Este recorte foi escolhido por entendermos que essas cooperativas oferecem elementos suficientemente importantes para a compreensão das relações entre a rede associativa campesina do município de Apodi-RN e as cooperativas na organização da produção local.

A COOAPAPI atende agricultores que compõe a ruralidade do município Apodi e da região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte. Ela foi gestada e concebida na região da Areia,

⁵ Os dados e tabelas nos foram disponibilizados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Apodi – STTRA.

atravessando um longo período de maturação como resultado das lutas do campesinato local e do esforço conjunto de diversos atores. Já a COAFARN, sediada em Natal-RN e originada dentro da própria COOPAPI, concentra cooperativas de todo o Estado. Esta cooperativa busca comercializar a produção campestre em uma escala mais ampla, indo além dos limites municipais. Por sua vez, a COOPERXIQUE, com sede no município de Mossoró, desempenha papel relevante na organização da produção do arroz vermelho na região do Vale do Apodi. Além disso, incentiva a diversificação produtiva e apoia os processos de certificação orgânica da produção local. Nas próximas seções, faremos uma descrição mais detalhada dessas cooperativas.

2 INSPIRAÇÕES TEÓRICAS FUNDANTES

2.1 Ruralidade, conflitualidades e formas de resistência

O existir do homem do campo no Brasil foi e continua sendo profundamente marcado por conflitos pela posse da terra. Esses embates não apenas se confundem com a História, nacional, mas também constituem uma de suas bases estruturantes, perpetuando desigualdades e exclusões sociais. Tais conflitos podem ser constatados em todos os períodos históricos, desde a colonização até os tempos contemporâneos (Martins, 1981).

Ao analisar a inserção do Brasil em um modelo de economia mundializada, percebe-se que o país atravessa fases distintas de acomodação e transformação. Conforme Paulani (2012, p. 01), é possível identificar cinco momentos principais nesse processo. O primeiro deles inclui

a expansão dos estados territoriais originários, em que o Brasil se coloca como reserva patrimonial, base de operação do trabalho compulsório e fonte de fornecimento de metais preciosos e matérias-primas. Nesse primeiro momento, o país constitui-se em puro e simples objeto de espoliação, expediente típico da fase de acumulação primitiva. Nosso país se coloca, portanto, como parte subordinada de um processo que tem movimento principal na Europa e que constitui a etapa da afirmação do modo de produção capitalista em nível mundial.

Após cinco séculos, a ruralidade brasileira, que esteve sempre entre a exploração e o abandono, “torna-se um produtor de bens primários de baixo valor agregado. Até o início do século XX, o país vai desempenhando sempre o mesmo papel, ofertando o mesmo tipo de bem: produtos agrícolas e matérias-primas que, aqui produzidos, garantem o sucesso da acumulação capitalista nos países centrais”. A partir de 1930, o centro dinâmico da economia desloca-se, abrindo-se a possibilidade de que o processo de acumulação fosse determinado internamente.

Em 1950, associado ao problema de sobreacumulação, o centro do sistema encontra na economia brasileira um mercado que começa a escassear no mundo desenvolvido. Nesse momento, o processo de acumulação determinado internamente é comandado, sobretudo nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos do capital externo.

A financeirização se torna impositiva a partir dos anos 1980, atrelada ao neoliberalismo, e encontra no Brasil uma demanda por empréstimos que facilitava a entrada de um capital financeiro robusto e ávido por aplicações. Sobremaneira, é nos anos 1990 que o capital financeiro se solidifica, por meio da submissão da política econômica às exigências dos credores. A partir desse momento, e com o deslocamento em direção a esse processo, o país se

torna, nas palavras de Paulani (2012, p. 01-05), “uma permanente fonte de oferta de ganhos financeiros ao capital cigano que gira o mundo buscando as aplicações mais rentáveis”.

O campesinato, no desenrolar das diferentes fases históricas da economia nacional, esteve, como salienta Martins (1981), em seu lugar de invisibilidade, lutando com os limitados instrumentos à sua disposição para manter-se como existente. O camponês, nesse sentido, se coloca como resistente.

Movimentos de resistência historicamente fervilharam por todas as regiões do país, sendo, em boa parte, rechaçados violentamente pelo Estado, com o auxílio das elites agrárias. Assim, em um olhar que retrospectivo, vemos o que aconteceu em Canudos – Bahia, (1896-1897) e o que foi contestado no Paraná (1912-1914). Trazendo para tempos contemporâneos, no Ceará, no início dos anos 1980, no levante das lutas contra os agrotóxicos, tomba o líder camponês Zé Maria do Tomé, assassinado no município de Limoeiro do Norte. São alguns casos emblemáticos de uma longa e trágica sequência de violência contra as formas de resistência que enfrentam a expropriação no campo.

Ao longo da constituição histórica do campesinato brasileiro populações rurais foram dizimadas pelas forças do Estado, compostas por milhares de soldados do Exército e das Polícias Estaduais, ou expulsas do lugar pela força da violência armada e do assassinato a mando dos donos de terra, por meio da pistolagem, da pressão econômica das elites ou pelo desmantelamento de organizações camponesas, mediante ação direta ou indireta do Estado, por intermédio dos mais variados mecanismos de desapropriação (Martins, 1981).

A resistência camponesa, ressalta Ianne (1986, p. 108), é, em essência a possibilidade de se colocar como um “obstáculo para a expansão do capitalismo no campo, sobretudo na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, a produção de valor, o trabalho alienado; na resistência à transformação da terra em monopólio do capital; na afirmação de um modo de vida e trabalho de cunho comunitário”. Dessa posição, traçam-se estratégias de luta e resistência, sendo a permanência no lugar e a manutenção de suas formas de vida os principais vetores.

Dessa forma, a resistência camponesa atravessa todos os momentos da história. Esse estrato social, que se reestrutura e se modifica enquanto classe, torna-se progressivamente insubmisso. De acordo com Martins (1981, p. 10), a insubmissão camponesa ocorre:

primeiramente contra a dominação pessoal dos fazendeiros e dos coronéis, depois, contra a exploração territoriais efetuadas por grandes proprietários, grileiros e empresários, e já agora, também, contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista, que subjuga o fruto

do seu trabalho, e na política econômica do estado, que cria e garante as condições dessa sujeição.

As formas de dominação se aperfeiçoam à medida que o capitalismo se reconfigura e avança sobre o campo. Na proporção em que o capital reformula suas formas de atuação, o camponês e demais atores que se somam à luta elaboram, de seu lado, alternativas de resistência aos ataques cada vez mais insidiosos do capital sobre o campo e o trabalho. Tendo em vista que o Estado brasileiro, alicerce de sustentação das investidas capitalistas e refém dos ditames do capital, se transforma em um Estado ajustador, personificando-se em um modelo rentista-neoextretivista⁶, como classifica Carvalho *et al.* (2018).

Na atual fase do capitalismo, os recursos⁷ naturais são explorados sob a lógica da apropriação da natureza e de sua financeirização. O modelo rentista-neoextretivista tem gerado diferentes tensões no campo: ambientais, sociais e econômicas, causando impactos negativos nos territórios onde se localizam (Carvalho *et al.*, 2018. p. 32). Os impactos vão desde o conflito fundiário, com a expulsão violenta e compulsória das comunidades locais, até o adoecimento das populações em virtude do uso indiscriminado de agrotóxicos. Some-se a isso o convertimento de agricultores livres em trabalhadores assalariados, dobrados aos ditames das relações de trabalho capitalistas: precarizados, subsistentes e, em decorrência dos ajustes mais recentes do Estado ao neoliberalismo, com direitos trabalhistas esvaziados que garantem a superexploração da mão-de-obra.

Mesmo nos projetos de assentamento provenientes de políticas de reforma agrária, as ameaças do capital se fazem sentir. É nesse contexto que Rigotto (2007, p. 408; 2012, p. 1535) nos alerta, em tom de denúncia, que, no lugar onde a luta pela reforma agrária legitima uma luta de caráter global, onde a preocupação com a relação do homem e a natureza desponta na agenda dos movimentos, especialmente no ambiente de debate sobre os efeitos perversos do modelo de desenvolvimento econômico no mundo inteiro. De forma mais específica, o capital global impacta

⁶ A categoria rentismo-neoextrativismo consiste em um instrumento analítico que permite compreender a configuração de financeirização no campo. As *commodities* se transformam em ativos financeiros a serem negociados no mercado e bolsa. A água e o solo, por sua vez, transformam-se em aditivos financeiros.

⁷ O conceito de recurso nos soa economicista e utilitarista; preferimos a concepção da terra e de todos os elementos que a compõe como um todo orgânico, no qual tudo está interligado. Contudo, dada as limitações conceituais e tendo em vista o debate que se impõe, o conceito persiste. Claro que as devidas ressalvas devem ser feitas: a terra, enquanto recurso a ser extraído e transformado em mercadoria, atende aos ditames do sistema capitalismo. Por outro lado, para os agricultores que por ela lutam, a terra é, acima de tudo, um instrumento de sobrevivência, de vida em coletividade, de ação política entre outros.

as famílias assentadas da reforma agrária e das comunidades em transição agroecológicas veem suas vidas e seus projetos ameaçados pela força do agronegócio que as circunda e contamina, no primeiro caso, e as expulsa, no segundo, para dar lugar a um novo perímetro irrigado, a ser ocupado por empresas mundializadas, desconsiderando a cultura local, o território socialmente construído em consonância com o bioma da caatinga.

Não podemos deixar de citar as ações contributivas de resistência dos sujeitos do campo, especialmente do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, uma vez que nosso campo investigativo também se compõe de assentamentos de reforma agrária nos moldes idealizados pelo MST. Segundo Caldar (2001, p. 207), o MST nasce

da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

O MST se constitui como um movimento social de alcance nacional, atuando praticamente em todos os estados brasileiros, sob a perspectiva de organizar o campesinato no sentido da autossustentabilidade. Segundo Celso Furtado, em entrevista concedida à revista Universidade Pública (2000), aponta o MST como um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil, trazendo para o debate o retorno de questões centrais da constituição do Brasil enquanto país. O movimento toma para si, dentro da arena das reivindicações, a preocupação com a educação das crianças, o reestabelecimento de valores, sobretudo no sentido de evitar que a criminalidade se aproprie da juventude. A proposta é a transformação da sociedade brasileira, longe de ser um projeto de governo, não sendo também sequer um projeto das lideranças brasileiras. O MST configura-se como um movimento espontâneo, genuinamente popular, feito por gente acossada pelo desemprego e por outros tantos problemas que atingem a sociedade brasileira.

De acordo com Rigotto (2007, p. 482), “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é, na atualidade, o movimento mais organizado no país em torno da causa da reforma agrária e na luta contra a concentração fundiária que marca a história do país”. Contudo, a atuação do movimento vai além do aspecto produtivo,

os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o *modo de ser* da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela. Fazem isto não porque professem ideias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país.

Harvey (2004), em sua reformulação da categoria marxiana de acumulação primitiva, estende a análise para o contexto do neoliberalismo e forja a categoria de *acumulação por espoliação*. Segundo esse entendimento, o Estado transfere ativos públicos produtivos para empresas privadas, incluindo entre esses ativos os recursos naturais: terra, florestas, água e ar, que passam a ser comercializados no mercado e vendidos como se fossem estoques para empresas privadas.

Nas palavras Harvey (2004, p.133), a acumulação por espoliação “é um processo de despossessão bárbaro em uma escala sem paralelo na história”, uma vez que atinge, sem exceção, todas as partes do mundo. Mesmo regiões que ficaram por algum tempo fora do radar da exploração capitalista começam a ser alvo deste modelo de exploração, como é o caso das regiões no interior do semiárido nordestino, onde se instalam empresas multinacionais de agronegócio para a produção de frutas para exportação. Nessas regiões, as populações camponesas, sobretudo, sofrem os impactos diretos desse modelo de ajuste neoliberal. Os territórios se transformam em ativos comerciais e mercadológicos, e as estruturas organizacionais construídas historicamente pelas comunidades camponesas são intencionalmente desmanteladas.

Os processos produtivos que historicamente se estabeleceram no campo brasileiro foram marcados por assimetrias, sobretudo no que concerne à concentração fundiária. A distribuição desigual da terra e suas consequências colocam um número elevado de trabalhadores rurais como meros instrumentos produtivos, relegados as diversas condições de produção, cujas racionalidades produtivas estão ligadas ao capital (Ascelrad, 2004; Marin, 1994; Rigotto, 2011, 2012; Santos, 2006, 2007, 2015).

Fazendo referência à Ianne (1986, p. 106, 107, 110, 111), compreendemos que, ao contrário do que defendem os ativistas, analistas sociais ou outros especialistas, o campesinato, ao longo da história, “não dispõe de condições para tornar-se uma classe hegemônica. Subsiste

ao longo do tempo e das lutas como classe subalterna. Não se coloca a conquista do Estado, nem formula um projeto alternativo para a organização da sociedade nacional”. Sua luta se dá na defesa de um modo de vida distinto, dissociado daquele que emerge e se expande das entranhas do capitalismo global, o qual se apropria dos territórios, impondo outras racionalidades, utilitarismos e formas de exploração. Nessa perspectiva,

o capitalismo pode revolucionar de modo amplo o mundo agrário, o que em geral destrói muitas das bases das condições de vida e trabalho do camponês. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo – compreendendo a acumulação originária, a monopolização da propriedade e da exploração da terra etc. – destrói bastante a comunidade rural. Provoca a proletarianização de muitos. Joga largos contingentes no exército industrial de reserva. E o campesinato que subsiste se recria (Ianne 1986, p. 106, 107, 110, 111).

A luta do campesinato constitui-se de um conjunto diverso e complexo de elementos, que vão desde aspectos objetivos, como a permanência no lugar, a posse da terra e a subsistência, até o simbolismo que compõe suas práticas, suas cosmovisões e subjetividades. Nesse sentido, alinhamo-nos a Ianni, (1986, p. 113, 114) na afirmação de que a principal reivindicação do campesinato sempre foi e continuará sendo as lutas pela

posse e o uso da terra. Para preservar, conquistar ou reconquistar o seu objetivo básico e meio de trabalho e de vida. Em face da acumulação originária, ou do desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, o camponês luta pela terra. Reage à sua expulsão do lugar em que constrói a sua vida. E essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária. Por um lado, o campo resiste à proletarianização, no campo e na cidade. E isso é contrário ao funcionamento do mercado de força de trabalho, aos fluxos e refluxos do exército industrial de reserva, à subordinação real do trabalho ao capital. Por outro, a luta pela terra impede, ou dificulta, a monopolização da terra pelo capital, a sua transformação em propriedade mercantil, o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo na agricultura. [...] A relação do camponês com a terra põe em conta também a sua vida espiritual. A noite e o dia, a chuva e o sol, a estação de plantio e a da colheita, o trabalho de alguns e o mutirão, a festa e o canto, a estória e a lenda, a façanha e a inventiva, são muitas relações sociais e culturais que se recriam e recriam na relação do camponês com a sua terra, lugar.

Ao analisar o contexto complexo da formação do meio rural, percebe-se a busca por estratégias que visam diminuir os processos de exclusão que historicamente se estabeleceram no campo. O associativismo, o cooperativismo, a economia solidária e a agricultura familiar agroecológica são apontadas na literatura como mecanismos que possibilitam certa autonomia aos sujeitos do mundo rural frente ao avanço do capital e aos ditames do mercado, apesar das

limitações que muitas dessas iniciativas enfrentam (Sabourin, 2006; Souza, 2009; Alves; Saquet, 2014).

Os mecanismos de resistência, portanto, embora presentes em abordagens distintas dentro do discurso das ciências sociais, estão interligados, essencialmente no que tange ao uso desses instrumentos como recursos de emancipação social dos pequenos agricultores e das agricultoras e agricultores familiares.

Conforme pontua Silva (2018, p. 07), “o paradigma da economia solidária emergiu no fim do século XX como uma proposta de organização autogestionária do trabalho e da produção”. Em consonância, o cooperativismo surge como um movimento de reação que busca a solução de problemas oriundos do liberalismo econômico (Sabourin, 2006, p. 14).

Originado no século XX, o cooperativismo, em suas primeiras manifestações, chegou ao Brasil com os imigrantes europeus, que trouxeram consigo as experiências cooperativas para enfrentar as adversidades do mundo novo. Essas primeiras experiências foram adequações ao modelo inglês, vinculadas ao modo de produção capitalista industrial (Morais, 2011; Souza, 2009). Trazido pelos trabalhadores europeus para o Brasil como uma experiência inovadora, embora embrionária, constata-se que, no período, *“las cooperativas a su importancia en la economia brasileña es muy pequena si comparada com otras naciones”* (Alves; Saquet, 2014, p. 127).

É importante salientar que o movimento cooperativista brasileiro toma novos contornos à medida que novos atores se apropriam das iniciativas, sobretudo a partir do desenvolvimento de uma alternativa ao modo de produção capitalista. É nesse cenário de mudança de perspectiva que o cooperativismo se constitui como um importante instrumento de política agrícola, envolvendo um amplo conjunto de práticas coletivas com a perspectiva de criar outras estratégias de inclusão social e desenvolvimento territorial (Sabourin, 2006, p. 13; Silva, 2018, p. 07).

Propomos, portanto, neste trabalho, discutir a luta camponesa promovida por meio de diversos arranjos organizacionais, diante dos ditames do capital e da imposição do modelo rentista-neoextrativista ao território. Para tanto, nosso recorte territorial está relacionado a pesquisas desenvolvidas no município de Apodi-RN, com ênfase na porção que corresponde aos espaços da ruralidade. Em nossas investigações, buscamos desvelar os mecanismos coletivos de resistência desenvolvidos pelas populações locais por meio de suas redes associativas e cooperativas, em resposta às investidas do capital hegemônico e seu modelo organizativo.

Exploramos, de forma mais direta ao longo do trabalho, a importância dessas formas de organização – associativismo e cooperativismo – como elementos de resistência e permanência dos sujeitos no campo. De forma secundária, mas sem negligenciar sua magnitude contributiva, abordamos também iniciativas de economia solidária na organização, venda e circulação de mercadorias. Nesse sentido, faremos apontamentos sobre as diferentes formas de organização social campesina no município de Apodi-RN e suas respectivas regiões.

Assim, nosso interesse investigativo acerca das categorias supracitadas nos remete às nossas perguntas de partida, questões que consideramos fundamentais para a nossa pesquisa e que pretendemos responder ao longo do desenvolvimento do estudo. São elas:

- a) Como, e por meio de quais mecanismos, o cooperativismo se coloca como alternativa para o escoamento produtivo dos camponeses?
- b) Qual a importância do associativismo para a formação dos sujeitos do campo e na construção de atores políticos?
- c) Seriam estes instrumentos fundamentais para a permanência dos sujeitos no lugar?
- d) Quais são as potencialidades e as limitações do associativismo, cooperativismo e economia solidária para a agricultura familiar?

Estas questões compõem, de maneira geral, a nossa base investigativa. Elas podem ser consideradas como questões iniciais essenciais para o desenvolvimento da pesquisa e nos orientaram durante o processo. Elas forneceram o norte empírico e promoveram o entrelaçamento entre teoria e achados do campo, sendo nosso guia no decorrer da investigação.

Somando-se às questões fundamentais da pesquisa, estabelecemos os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Analisar as resistências camponesas e as contribuições do associativismo e cooperativismo para a permanência dos agricultores familiares do município de Apodi-RN e suas respectivas regiões, sendo este o esboço mais amplo da nossa empreitada.

Objetivos específicos

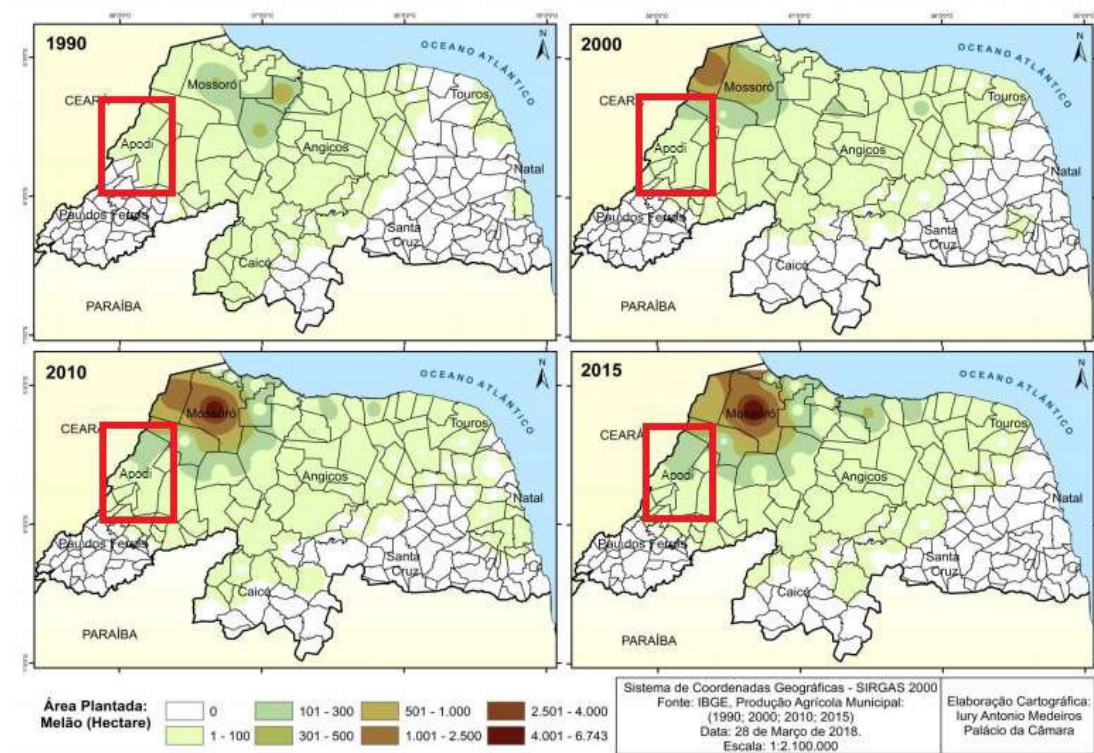
- Investigar o papel das associações e cooperativas da agricultura familiar no município de Apodi-RN na construção de sujeitos do campo, suas identidades e o sentimento de pertencimento;
- Identificar as diferentes formas de associação e cooperativas existentes no município de Apodi-RN e suas diversas regiões: Chapada, Areia, Pedra e Vale;

- Delimitar as potencialidades e limitações do associativismo e do cooperativismo para as comunidades rurais de Apodi-RN.

A escolha do *locus* da pesquisa, recortado territorialmente nas regiões citadas acima, foi motivada por pesquisas realizadas anteriormente na Chapada do Apodi, especificamente na sua porção territorial localizada no Estado do Rio Grande do Norte. Ao entrar em contato com comunidades que elaboravam estratégias de resistência à instalação de empresas do agronegócio na região, percebemos uma rede associativa forte e interligada, que não se restringia à Chapada. Essa rede se comunicava a partir de reuniões regulares nas próprias comunidades, bem como em encontros mais amplos, organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi – STRA e pelo fórum das associações da agricultura familiar de Apodi.

Observamos, nesta primeira incursão ao campo investigativo, a efervescência dos movimentos de resistência campesina, que se intensificam, sobretudo, na região da Chapada do Apodi, no lado oriental do território potiguar em Apodi-RN. Esses movimentos estavam em levante contra a instalação de empresas do agronegócio, agroexportadoras da fruticultura irrigada, produtoras de melão, melancia, mamão e banana.

Figura 02 – Área plantada de Melão (hectare) no Rio Grande do Norte em 1990, 2000, 2010 e 2015



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (1990, 2000, 2010 e 2015).

Fonte: Andrade (2018)

Conforme observado nos dados acima, Figura 02, é notória a expansão dos domínios territoriais das empresas do agronegócio no Estado do Rio Grande do Norte, com destaque para Apodi, nosso *locus* investigativo. Nesse contexto, uma vez estabelecido o antagonista aos modelos organizativos que se constituíram ao longo de décadas na ruralidade do município de Apodi, os instrumentos de resistência começam a se desenvolver.

Tomando como referência experiências já vividas na porção ocidental da Chapada do Apodi, no lado cearense, em lugares como Limoeiro e Quixeré, onde o processo de instalação de empresas do agronegócio se efetivou antes do lado oriental, e considerando a vasta pesquisa realizada pela Professora Raquel Rigotto (2007, 2011, 2012), que constata que a territorialização do agronegócio resulta em danos profundos às organizações sociais locais – com o paulatino adoecimento dos camponeses devido ao uso indiscriminado de pesticidas, herbicidas, a contaminação do solo e dos lençóis freáticos pelo uso intensivo dos mesmos produtos químicos, além de episódios de violência que culminaram no assassinato do líder comunitário Zé Maria do Tomé, em Limoeiro-CE – pudemos observar que o movimento campesino que analisamos se coloca de forma frontal em resistência à implementação do modelo produtivo do agronegócio na Chapada do Apodi-RN.

O antagonismo se cristaliza através dos modos como se organizam os agentes antagônicos. De um lado, as empresas do agronegócio de apropriam do território com a finalidade de explorar os recursos naturais até a exaustão. Por outro lado, para as comunidades campesinas, alicerçadas nas práticas agroecológicas de produção, o território é onde se personifica toda uma forma de existir e produzir, onde criam-se identidades, a cultura se desenvolve e formas de vida e sociabilidade se estabelecem.

Percebemos que a rede associativa construída entre as comunidades rurais se configurava como um espaço de ação política e de junção de sujeitos que compartilham características comuns, sobretudo no enfrentamento das assimetrias reveladas pela relação agronegócio *versus* camponeses alicerçados nas práticas da agricultura familiar: o uso desigual das águas – subterrâneas e superficiais –, a monocultura em detrimento da rotatividade de culturas, o latifúndio contra agrovilas e assentamentos rurais, o uso intensivo de agrotóxicos de um lado, e agroecologia do outro. Observamos também que a rede associativa se coloca como instrumento de resistência e de tensionamento frente aos agentes do Estado e todo o seu aparato.

Outro aspecto relevante do modelo organizativo das comunidades é a construção do cooperativismo como instrumento que possibilita a comercialização da produção local. Em escalas distintas, as comunidades se inserem em cooperativas de produtores rurais que

produzem desde polpas de frutas – cajarana, acerola, caju, abacaxi – até hortaliças, quintais produtivos, castanha de caju, criação de ovinos e caprinos, e apicultura. Esse achado revelado no processo de desbravamento do campo de investigação, nos proporcionou uma ampliação dos horizontes analíticos, permitindo-nos aprofundar a investigação, tomando como norte a análise das redes associativas que constituem a ruralidade do município de Apodi-RN e as iniciativas de cooperação que auxiliam no escoamento produtivo da agricultura familiar⁸.

Justificamos a escolha do campo fazendo alusão a Becker (2007, p. 48), quando ele afirma que “tudo tem de estar em algum lugar”. A delimitação do lugar é importante no processo investigativo porque tudo o que se pretende estudar “ocorre num lugar específico, não no mundo geral, ou num contexto social, mas neste lugar, precisamente aqui, e tudo que seja verdadeiro acerca desse lugar o afetará”. A definição do lugar de pesquisa é fundamental porque

cada local de pesquisa é um caso de uma categoria geral, e, por isso, o conhecimento sobre ele fornece conhecimento sobre um fenômeno generalizado. Podemos fingir que ele é igual a todos os outros casos, ou pelo menos semelhante a eles em todos os aspectos relevantes, mas só se ignorarmos todas as suas características locais, peculiares (Becker, 2007, p. 48-49).

Santos (2006, 2007, 2017) enfatiza que o lugar é uma categoria essencial ao pensamento do geógrafo, do qual ele é um grande expoente no Brasil. A força do lugar está entrelaçada nas relações que os sujeitos constroem, permeando a cultura compartilhada localmente e os traços de identidade historicamente cimentados. Tudo isso é atravessado pela força do pertencimento ao território, que se constitui por um recorte territorial, somando-se à vida que o anima, ao social, ao coletivo. A força do lugar produz resistência, é pedagógica, ensina a dizer não e a reafirmar as raízes.

2.2 Camponeses enquanto sujeitos políticos⁹

⁸ Para mais informações a respeito da pesquisa citada, consulte: CARVALHO, H. G. de. **Do Pó do Sertão ao “Oasis da Nova Era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapada do Apodi, RN. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/ppgcish-editais/arquivos/0914hugo_garbenio.pdf.

⁹ Não pretendemos, aqui, realizar uma revisão de literatura sobre a categoria campesinato. Abrimos este tópico apenas para demonstrar os mecanismos de tentativa de invisibilização do campesinato enquanto estrato social e para evidenciar a resistência campesina diante desse processo.

O campesinato, enquanto estrato social, é composto por uma variedade de formas estruturais e organizacionais, não sendo possível, portanto, traçar um perfil que engesse a categoria. O que aglutina os sujeitos do campo é a luta pela posse, permanência e sobrevivência na e pela terra, além da construção coletiva de formas de resistência.

Como resultado do modelo econômico dominante, desde o período colonial, o campesinato tem sido alvo de tentativas de invisibilização, com os sujeitos do campo sendo colocados em uma condição de subalternidade. Nesse sentido, “os grupos sociais dominantes do Brasil tentaram construir de forma pejorativa a imagem social do camponês, retificando a realidade camponesa e negando a significância das suas lutas e direitos” (Setúbal, 2019, p. 02).

De acordo com Guimarães (2009, p. 45), reafirmando o processo histórico da subalternidade do campesinato, pode-se concluir que,

durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal e seu semelhante, o sistema escravista de plantação, lançaram mão dos mais variados meios a seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam a ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui e ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e a seu derredor, eram, mais cedo ou mais tarde, expulsas com a dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores. E, se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com finalidade de mantê-lo subjugadas, como mão-de-obra de reserva dentro ou às proximidades dos latifúndios.

A construção histórica de um lugar de subalternidade e insignificância do campesinato é promovida por meio da elaboração de diversos mecanismos. O mais eficaz e usual é a desconstrução do campesinato enquanto categoria social e produtiva. Sob o rótulo de atraso, falta de competitividade econômica e inviabilidade de sobrevivência, o camponês geralmente é remetido aos:

que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Tem também o sentido de tolo, de tonto. Às vezes querem dizer também “preguiçoso”, que não gosta do trabalho. No conjunto são palavras depreciativas, ofensivas. Isso talvez explique por que essas palavras foram desaparecendo do vocabulário cotidiano, encontrando um último refúgio nos dicionários dos folcloristas. É significativo que a progressiva inutilidade dessas palavras tenha correspondido aproximadamente ao crescimento das lutas camponesas e à entrada da situação do campesinato no debate político nacional (Martins, 1981, p.22).

Embora se possam contrapor dados e pesquisas acadêmicas que comprovam a viabilidade de determinadas modelos de organização camponesa, essa formulação, que insiste em atribuir ao campesinato a pecha do atraso, em contraposição ao avanço técnico e econômico do agronegócio, ainda se mantém como a visão dominante. Visão esta reafirmada pela máquina de propaganda financiada pelas empresas de comunicação, que, de forma elogiosa, comemoram os resultados sempre positivos do “agro pop”.

Com isso, por outro lado, se promove um estado de constante vigilância e luta por parte do camponês, colocando-o como sujeito político que, apesar das assimetrias e das condições extremamente desiguais – alimentadas, inclusive, pelo próprio Estado –, se movimenta para reafirmar sua existência-resistência.

No plano das resistências, as estratégias envolvem diversos dispositivos de ação, desde movimentos sociais de alcance nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, até organizações cooperativistas e associativistas, somando-se a movimentos eclesiais de base e organizações sindicais. Estes instrumentos têm sido utilizados para dar visibilidade ao campesino e colocá-lo em uma posição de disputa frente às assimetrias historicamente constituídas na ruralidade brasileira.

Pode-se afirmar que o debate acadêmico sobre a categoria campesinato, no campo das ciências sociais, é clássico, uma vez que remonta aos primeiros movimentos da ciência sociológica, ocupando espaço nas análises desde o século XIX. O campesinato é objeto de estudo desde Marx (2017) e Lênin (1982), até Harvey (2004).

Ao longo do tempo, com o acúmulo de pesquisas sobre o campo, as sociabilidades camponesas, os modos de produção camponeses, entre outros temas, dão corpo teórico e riqueza analítica, tanto quantitativa quanto qualitativa, para esse campo de investigação. Esse acúmulo deu origem a um subcampo de análise dentro da ciência sociológica, denominado “Sociologia Rural”.

No Brasil, o debate sobre o campesinato, sua organicidade e estrutura remonta aos primeiros movimentos da ciência sociológica, sendo, portanto, fecundo. Autores como Martins (1981), Wanderley (2009), entre tantos outros, tanto clássicos quanto contemporâneos, dedicaram-se a desvelar esse estrato social, a analisar suas estruturas dentro de uma sociedade de classes e a defini-lo como agentes sociais da mudança ou da permanência, ou seja, como sujeitos políticos.

2.3 Campesinato no Brasil: Lutas, assimetrias e resistência

Segundo Martins (1981), a palavra camponês designa um lugar social, não apenas um lugar geográfico. O campo, onde naturalmente se produz e se reproduz o campesinato, representa, sobretudo, um sujeito histórico dotado de potência de ação, que, em determinados momentos da história, foi inferiorizado, relegado a uma condição de não existência, mas que também se revelou insubmisso em outros momentos, como nos levantes camponeses contra as opressões sob as quais estiveram historicamente submetidos.

De acordo com essa concepção, o campesinato, enquanto sujeito histórico, carrega a marca da exclusão, da submissão e da tentativa da invisibilização por parte das elites dominantes, inclusive por aqueles que, supostamente, se consideram seus representantes. No entanto, também carrega a marca da resistência, da luta pela defesa de uma forma de organização e produção que não se alinha com a concepção que vê a natureza e o trabalho apenas como elementos a serem explorados para a obtenção de lucro.

Fazendo um resgate histórico do campesino, Martins (1981) nos conduz por uma análise das formas de organização social e política que predominaram no Brasil em períodos históricos distintos, oferecendo uma crítica criteriosa sobre a posição do camponês dentro dessas formas de organização.

De acordo com essa análise, ao longo do período escravocrata-monocultor, o camponês se encontra em uma posição quase de invisibilidade, ocupando um lugar opaco entre o escravo e o senhor. Segundo Martins (1981, p. 38), nesse período da nossa história, o camponês “era duplamente excluído, da condição de proprietário e da condição de escravo”. Isso ocorria porque o trabalho camponês “não podia ser convertido em renda capitalizada”, sendo destinado, no máximo, à condição de subsistência. O camponês era um agregado do latifúndio, não possuía, portanto, nem terra, nem renda, e tampouco trabalho.

Em uma fase posterior da nossa história, com o advento do coronelismo-monocultor, sustentado por milícias particulares formadas pelos mandatários de terra para expulsar, perseguir e assassinar camponeses, este se viu enredado em questões complexas, também submetido à condição de subalternidade. Nas palavras de Martins (1981, p. 48, 58, 60), o camponês estava imerso em uma trama complicada que envolve “a terra, questões de honra, questões de família e questões políticas”. Ele ocupava a posição de agregado do latifúndio coronelista, submetido à violência econômica, política e física. Predominava nesse modelo de

organização o poder local dos coronéis, sustentado pela posse da terra e pelo acúmulo de capital proveniente desta.

Nesse contexto, surge também, no plano das resistências, o messianismo, personificado por líderes religiosos que, por meio de suas pregações, apontavam a possibilidade de uma outra forma de viver no campo, além da condição de subalternidade e da submissão às arbitrariedades dos poderosos. Essas pregações eram uma resposta ao abandono e à violência promovida pelas milícias armadas dos coronéis. A reação ao autoritarismo dos coronéis locais, personifica na figura do cangaceiro, também compõe o cenário no qual o campesinato se insere. Dessa forma, eclodem outros conflitos, como os confrontos familiares por posse e concentração de terras, crimes de honra e vingança, e o questionamento do poder dos grandes proprietários de terra.

Com o Golpe Militar de 1964, assiste-se ao aprofundamento do processo de exclusão do campesinato, com a proibição da organização social, a perseguição, prisão e assassinato de lideranças camponesas, além do consequente impedimento da organização política e classista (Martins, 1981, p. 23-25). Ressurge, mais uma vez na história, um campesinato que se articula na busca pela construção coletiva de resistência. Ao final do período ditatorial e com a consequente abertura democrática no final da década de 1980, a organização camponesa passa por rearranjos estruturais. Novos atores se somam à luta, construindo novos modelos organizacionais, reavivando estratégias cooperativas e o desenvolvimento de redes associativas.

Mais recentemente, as políticas excludentes, voltadas quase que exclusivamente para a agricultura “moderna”, mecanizada e financista, caracterizada pelo monocultivo para exportação, têm gerado nova animosidade entre camponeses e os poderes estabelecidos, na busca de alcançar uma maior visibilidade nos espaços de disputa.

Conforme propõe Wanderley (2009, p. 114. 2015, p. 25), a representação socialmente construída da agricultura brasileira sempre esteve associada às grandes propriedades monocultoras, alicerçadas no monocultivo para o abastecimento de mercados internacionais, e munidas de um padrão tecnológico moderno e sofisticado. Esse modelo assume preponderância graças à mediação explícita e contínua do Estado.

O campesinato, portanto, estaria situado à margem, sendo classificado como atrasado, limitado e pouco produtivo. Contudo, conclui Wanderley (2015, p. 25), o campesinato corresponde

a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para a necessidade da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre seus membros. A ele corresponde uma forma de

viver e trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura.

Corroborando com essa proposição, Setúbal (2019, p. 05) afirma que,

a natureza concentradora e desigual do grande latifúndio, representada pelas atividades agropecuárias, compõe um padrão de produção exportador que foi imposto aos países que constituem a periferia do capital mundial, em diferentes etapas de seu desenvolvimento. Este modelo é sustentado ideologicamente com a versão moderna do campo, aquela que é a extensão do processo de urbanização/industrialização, relegando as atividades de subsistência a ideia de atraso, atividade facilmente descartável e fora do modelo de desenvolvimento.

O campesinato, o homem do campo, os agricultores familiares – terminologia mais usual nos tempos contemporâneos – e a agência do homem do campo, enfim, são temas clássicos no campo da pesquisa sociológica. A literatura sobre o tema é vasta, e ele remonta aos primórdios do desenvolvimento da ciência sociológica, o que, à primeira vista, poderia nos levar a concluir que, por sua bagagem teórica, todas as questões sobre esse estrato social já foram levantadas, e não haveria mais nada de novo a ser dito.

Nos atrevemos a contrariar essas perspectivas. Nas linhas seguintes, podemos demonstrar que o campesinato, enquanto categoria de análise sociológica, é vivo e pulsante, estando em constante movimento e transformação. As assimetrias do modo de produção capitalista transformam o camponês em um eterno resistente.

No processo de construção das resistências, os camponeses elaboram estratégias de fortalecimento coletivo: associam-se, transformando pequenos produtores, outrora esfacelados e afastados uns dos outros, em um corpo político que debate, discute, reivindica. Organizam cooperativas para contrapor o regime de exploração, comercializando os produtos do próprio trabalho a preços justos e igualitários. Tecem uma rede de cooperação na qual buscam alternativas para permanecer no lugar, vivendo e produzindo, mesmo em regiões onde o clima é, muitas vezes, um adversário.

Esses elementos compõem o cenário em que se desenvolvem agências sociais específicas, formadas por sujeitos organizados de maneira igualmente específica. O camponês organizado hoje difere totalmente do camponês de outrora e não remete mais à compreensão simplista de um ser que luta contra a natureza para sobreviver. O camponês – ao menos o com o qual trabalhamos – não é mais o mesmo daquele da literatura romântica, composta por retirantes, flagelados e famintos.

O camponês, como sublinhamos anteriormente, é um sujeito político que se organiza, se associa, coopera, age, sente e vive, edificado nas raízes do pertencimento ao lugar e na luta constante para nele permanecer. Busca estratégias de convivência com o clima semiárido nordestino, ao invés de se aventurar em retiradas desesperadas para outras regiões.

3 COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO

3.1 Estratégias de resistência camponesa diante do padrão de dominação e acumulação do capital no campo

Nesta investigação, seguimos trilhas analíticas abertas por autores-referência que constituem nossos guias teóricos. De Harvey (2004), tomamos emprestada a categoria de *exploração por espoliação*. De Santos (2006, 2007, 2015), utilizamos os conceitos de lugar e sua força, bem como a categoria de território. Dialogamos com Carvalho *et al.* (2018) sobre o ajuste capitalista do Estado brasileiro ao modelo rentista-neoextrativista. Além disso, recorremos a Rigotto (2008, 2011) para aprofundar o debate sobre a exploração do trabalho rural e os impactos do uso de agrotóxicos nas comunidades camponesas, resultantes do modo de produção capitalista no campo

Por exigências colocadas pelo próprio campo de pesquisa, retomamos o pensamento de Boff (1975) para compreender a corrente teológica e filosófica da Teologia da Libertação, dado que muitas comunidades rurais do município estudado se organizam com o apoio da Igreja Católica, especialmente sob a inspiração do Pe. Theodoro (*in memoriam*). Inspiramo-nos também em Scoot (2013), que discute o conceito de resistência em suas variadas formas, e em Singer (2002, 2018), cuja obra oferece um profundo entendimento das estratégias cooperativas no Brasil.

Esses guias teóricos fornecem as bases analíticas para a estruturação de nossas reflexões. Assim, como disse Isaac Newton, “subimos nos ombros de gigantes” para ampliar nossa visão e clarear o caminho. Contudo, outros autores também se somam ao processo, enriquecendo e orientando nossa trajetória.

3.2 Padrão de dominação e acumulação do capital no campo: configurações básicas

A partir deste ponto, tomaremos Harvey (2004) como principal referência para discutir os processos de dominação e acumulação por espoliação. Este renomado intelectual oferece recursos teóricos fundamentais para compreender como o capital avança sobre elementos essenciais à vida, permitindo-nos analisar, tanto local quanto globalmente, os processos de despossessão característicos da atual fase do capitalismo.

Segundo Hervey (2004), a dominação por espoliação consiste na “mercadificação e privatização da terra e na expulsão violenta de populações camponesas, bem como na conversão de diversas formas de direitos (comuns, coletivos, estatais, entre outros) em direitos exclusivos de propriedade privada”. Este tipo de exploração já havia sido discutido por Marx, que definiu como acumulação primitiva.

Para Harvey (2004), retomando a categoria marxiana, a acumulação primitiva consiste na

supressão dos direitos dos camponeses às terras partilhadas. A mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo, processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos, e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como mais radicais de acumulação primitiva. O Estado, como seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos. Todas as características da acumulação primitiva que Marx mencionava permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até nossos dias (p.121).

Esse processo de exploração se manifesta de forma concreta na expulsão de populações camponesas de suas terras, resultando no desmantelamento de seus modos tradicionais de organização e na formação de um proletariado sem-terra. Nesse contexto, “muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas de produção e consumo têm sido suprimidas. O agronegócio substitui a agropecuária familiar” (Harvey, 2004, p.121).

Conforme o capitalismo se reinventa como um sistema de exploração abrangente, novos mecanismos de acumulação por espoliação emergem, marcando profundamente as relações sociais e econômicas. Tudo passa a ser transformado em mercadoria ou propriedade privada; dessa forma,

direitos de propriedade intelectual – aponta para as maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminham muito bem em benefício de umas poucas grandes corporações farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, água) e degradação proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola também resultam na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. Também transforma em mercadoria formas culturais, históricas e da criatividade

intelectual. Para não mencionar a onda de privatização (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de exploração (Harvey, 2004, p. 123).

Nessa perspectiva, o Estado configura-se como um braço auxiliar do capitalismo no avanço da apropriação de bens e na reconfiguração dos espaços. Cooptado pelos desejos insaciáveis do capital, a acumulação por espoliação passa a ser interpretada como um custo necessário para uma ruptura considerada bem-sucedida em direção ao desenvolvimento capitalista. Essas transformações podem ser desencadeadas por fatores internos ou impostas externamente, sendo, na maioria das vezes, resultado da combinação de ambas as forças (Harvey, 2004, p.128).

A despossessão é fomentada e concretizada, principalmente, por meio das privatizações. Nesse contexto

a privatização é essencialmente a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... apossar-se desses ativos, e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara em uma escala sem paralelo na história (Harvey, 2004, p. 133).

As lutas contra os processos de despossessão ocorrem em todos os lugares onde os tentáculos do capital conseguem alcançar. Essas resistências se manifestam de maneira mais acentuada em escalas locais, mas também se promovem em uma dimensão global, dado que todas as partes do planeta estão sob a vigilância gananciosa capitalista. Um exemplo emblemático dessa dinâmica são

as lutas do povo Ogoni contra a degradação de suas terras pela Shell Oil Company; os prologados contra projetos de construção de represas patrocinados pelo Banco Mundial na Índia e na América Latina; os movimentos camponeses contra a biopirataria; batalhas em oposição a alimentos geneticamente modificados e em favor da autenticidade dos sistemas locais de produção; lutas em favor da preservação do acesso de populações indígenas a reservas florestais, que envolvem coibir a ação das madeireiras; combates políticos à privatização, movimentos de defesa de direitos trabalhistas ou das mulheres em países em desenvolvimento; campanhas de proteção da biodiversidade e de prevenção da destruição do habitat, movimentos camponeses a favor do acesso à terra; protestos contra a construção de vias expressas e aeroportos. As batalhas em torno da espoliação são travadas em uma variedade de escalas. Muitos são locais, outros regionais e outros globais, de modo que o domínio do aparelho de Estado – objetivos

primordial dos movimentos socialistas e comunistas tradicionais – parecem cada vez menos relevante (Harvey, 2004, p. 137-142).

Dentro deste contexto de avanço do capital sobre absolutamente todos os aspectos da vida social, desde as materialidades até as subjetividades, mecanismos de defesa se constroem na perspectiva de resistir ao desmantelamento de estruturas sociais historicamente constituídas. Dentro do nosso escopo de pesquisa, o cooperativismo, o associativismo e a economia solidária apresentam-se como instrumentos estratégicos de resistência aos avanços do capital no campo.

As categorias *cooperativismo*, *associativismo* e economia solidária estão interligadas, embora possuam classificações próprias em seus respectivos campos de análise. Segundo Lavschner (1994, p. 03), “seja qual for o tipo de cooperativa, o cooperativismo e o associativismo são modelos de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o capital”.

Ao analisar essas categorias, percebe-se, por meio do acúmulo teórico produzido pelas ciências sociais, certa unicidade em suas definições, especialmente no que diz respeito às suas funções e objetivos. Conforme Annibelle (2008, p. 223):

o cooperativismo, economia solidária, associativismo, se apresentam como modelos de organização relativamente autônomos em que os sujeitos se unem de forma voluntária para satisfazer necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais em comum mediante uma empresa de sociedade conjunta.

Eid (2012, p. 01) afirma que

na economia solidária um dos pilares se edificam no preceito de que a racionalidade técnica esteja subordinada à racionalidade social, fundamentando-se na cooperação. A manutenção de cada posto de trabalho tem prioridade maior do que a extensão do empreendimento; que deve estar subordinada ao atendimento das necessidades definidas pelo coletivo dos trabalhadores.

Percebe-se, portanto, que o cooperativismo e o associativismo, dentro da perspectiva da economia solidária, pretendem estar a serviço da coletividade, denotando não ter como finalidade apenas o lucro ou a geração de excedentes, diferindo sobremaneira da lógica da estrutura capitalista de produção e trabalho.

Característica comum do cooperativismo, associativismo e da economia solidária, presente na literatura, é a participação. Em linhas gerais, o princípio participativo é um elemento incentivador da prática democrática dentro das associações, uma vez que os associados aderem

livremente aos princípios participativos e cooperativos. É incentivada a gestão democrática, no que se refere aos lucros da produção, as sobras são distribuídas, como nos assevera Sabourin (2006, p. 14).

Além da participação democrática, é fundamental dentro do cooperativismo que os juros sejam limitados ao capital, a criação de fundos de educação, a cooperação entre as cooperativas, a geração de renda atendendo à autogestão e a solidarização do capital (Sabourin, 2006, p. 16; Alcântara, 2014, p. 939).

É preciso, nesse contexto de discussão, estabelecer as diferenças que separam as iniciativas cooperativas das empresas capitalistas, tendo em vista as classificações delineadas na literatura. Segundo Eid (2007, p. 57), “enquanto na empresa capitalista os empregados competem entre si por promoções, prêmios e produção, lugares de chefia; no empreendimento cooperativo solidário, a tomada de decisão é feita com o conjunto de todos os trabalhadores”, eliminando-se, ou se enfraquecendo-se, o princípio competitivo, abrindo espaço para a participação e a democratização.

Destoando dos princípios do capital – centralização das decisões, mão de obra assalariada e sem possibilidade de participação direta –, a economia solidária prima pela democracia, associação de pessoas, capital a serviço do homem, eliminação ou diminuição do lucro e a crítica ao paternalismo estatal (Sabourin, 2006, p. 14).

Os princípios norteadores do cooperativismo, do associativismo e da economia solidária são: democracia e a ampliação dos seus domínios e práticas, estendendo-os às mais diversas esferas da vida social; construção de meios e alternativas para dar voz aos desfavorecidos em função das condições de vida desiguais de distribuição de dinheiro e poder (Luchmann, 2014, p. 160).

3.3 Cooperativismo, associativismo, economia solidária – antecedentes históricos

Para aprofundarmos o debate sobre as categorias que norteiam nossa discussão, recorreremos, e não poderia ser de outra forma, a Singer (2002, 2018), tendo em vista que no Brasil ele se apresenta como uma referência indispensável no estudo, formulação teórica e implementação dos métodos do cooperativismo, da economia solidária e do associativismo. Sua atuação, tanto como intelectual, quanto como agente do Estado e fomentador de políticas públicas, foi fundamental para a discussão sobre a economia solidária e sua capacidade de melhorar a qualidade de vida social, sendo seus estudos basilares para o debate no país,

sobretudo por promover uma outra forma de organização social que, mesmo dentro de uma lógica capitalista, oferece alternativas de vida e renda para além dos modelos impositivos pelo capital. Outros interlocutores se somam a esse debate, como Melo (2014) e Arcanjo e Oliveira (2017).

Ao realizar uma análise retrospectiva sobre a categoria cooperativismo/economia solidária, pode-se afirmar que suas raízes históricas estão fincadas nos processos de transformações econômicas e sociais ocorridas no velho mundo durante o período de transição entre o antigo regime e o início da industrialização. O cooperativismo tem como antecedentes o cooperativismo operário, surgido das lutas de resistência contra a Revolução Industrial e suas consequências para a classe operária ao longo dos séculos XIX e XX, em resposta às mudanças impostas mundo do trabalho (Singer, 2018).

A economia solidária é uma resposta ao capitalismo industrial e suas formas de exploração do trabalho, que provocaram mudanças estruturais significativas: o empobrecimento dos artesãos, impulsionado pela difusão das máquinas e pela organização fabril da produção e do trabalho; o êxodo rural; e o inchaço urbano, entre outros fatores. Além disso, a economia solidária constitui um elemento fundamental no surgimento das primeiras cooperativas porque “possuem características estritamente socialistas, isto é, se tenta inventar uma empresa produtiva em que não haja separação entre propriedade e trabalho” (Singer, 2018, p. 59), um dos temas centrais da obra de Marx.

Por si só, em essência, as características do cooperativismo em seu berço apontam para a possibilidade de outro modelo produtivo que não esteja assentado na exploração do trabalho, na propriedade privada dos bens de produção e no assalariamento da mão de obra. O cooperativismo, desde suas raízes, prima pela elaboração de estratégias em que o trabalhador e o produto do seu trabalho não se percam dentro do processo produtivo em que a geração de solidariedade entre os trabalhadores substitua a lógica da competição. O cooperativismo e, em seu âmago, a economia solidária,

surgem como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram, ou temem a ficar marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição como princípio da socialização destes. É uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo (Singer, 2018, p. 39-40).

Assentado na reflexão dos socialistas, Owen, Fourier e Saint-Simon, o movimento cooperativista tem em suas bases estreitas ligações como a teoria reformista da sociedade. Owen

é apontado como protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX. Em conjunto com demais intelectuais, o cooperativismo recebe inspiração fundamental dessa corrente de pensamento (Singer, 2002).

Em corroboração com o resgate histórico até aqui apresentado, Melo (2014, p. 12) assevera que a o cooperativismo e a economia solidária são

consideradas por muitos teóricos e estudiosos dos seus precedentes analíticos, uma nova forma de desenvolvimento econômico e uma possível alternativa ao modo de produção capitalista, tendo como gênese o socialismo utópico do século XIX e as ideias de emancipação social formuladas por Robert Owen (cooperativismo revolucionário) e por Charles Fourier (associativismo dos trabalhadores), por meio da proposição de alternativas ao capitalismo e toda uma crítica operária e socialista ao modo de produção dominante.

No Brasil, algumas iniciativas relacionadas às práticas organizativas do trabalho, de acordo com a perspectiva da economia solidária e do cooperativismo, surgem no fim do século XIX, concomitantemente ao processo de imigração europeia, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste. As primeiras experiências práticas do cooperativismo incluem a criação da Associação Cooperativa dos Empregados, em 1891, na cidade de Limeira (SP), e da Cooperativa de Consumo de Camaragibe (PE), em 1894. Com a virada do século, surgem as Caixas Rurais no Estado do Rio Grande do Sul, em 1902, e as Cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais, em 1907. Com a advento do Estado Novo, a prática cooperativista passa a ser incentivada pelo governo.

O poder público se configura como um instrumento de fomento à criação e financiamento de cooperativas. São criados dispositivos legais que regulamentam a prática cooperativista a partir de 1932, o que promove maior clareza sobre o que se entende por uma cooperativa. As cooperativas agrícolas assumem a posição de importantes produtoras de gêneros alimentícios e proteína animal, além de auxiliarem na propagação da organização cooperativista¹⁰ (Silva, 2003. p. 78).

Ainda no campo legal, as leis sobre cooperativismo foram aprimoradas em 16 de dezembro de 1971. A Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, estabelece o número mínimo

¹⁰ É importante destacar que o movimento cooperativista em sua gênese esteve à mercê do mandonismo; por vezes incorporado no Estado e, quase sempre, na figura de um chefe político local, que concentrava as posições de latifundiário e político local. Na literatura sobre esse período de história do cooperativismo é comum as análises negativas tendo em vista a posição de subalternidade das classes populares e a reprodução das formas de exploração capitalistas de produção, bem como a eclosão de regimes autoritário que utilizavam das práticas cooperativistas como instrumento de força e subjugamento. Essa concepção passa a ganhar contornos mais otimistas com a redemocratização.

de associados para a constituição de uma cooperativa, fixando-a em 20 sócios. A legislação está estruturada em 18 capítulos e subdividida em 177 artigos. As representações institucionais se organizam em âmbito nacional por meio da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, e, em nível estadual, pelas Organizações Estaduais de Cooperativas – OCE (Silva, 2003. p. 78). É importante salientar que, em seu início, as práticas cooperativas estavam associadas ao mandonismo político das elites agrárias, distanciando-se, portando, de suas diretrizes teóricas e práticas fundamentais.

Contudo, é a partir da década de 1980, na segunda metade do século XX e no início do século XXI, que as práticas econômicas relacionadas a iniciativas cooperativas e de economia solidária ressurgem, ainda que de forma esparsa. Os movimentos sociais ligados ao campo, sobretudo o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – e os assentamentos provenientes de projetos de reforma agrária, figuram como agentes importantes na implementação das estratégias do cooperativismo, associativismo e economia solidária no Brasil. O envolvimento dos movimentos sociais camponeses no desenvolvimento de práticas de economia solidária ocorre como resposta

a expansão da contradição histórica fundamental do capitalismo no país, representando a crise do mundo do trabalho e a exclusão de milhares de trabalhadores do processo produtivo, levou a expansão e a consolidação das experiências de economia solidária, iniciadas ao longo da década de 1980 nos assentamentos de reforma agrária espalhados pelo território brasileiro. Esse impulso ocorreu a partir da criação de organizações de incentivo aos empreendimentos solidários, na década de 1990, a saber: criação da Anteag em 1994 (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão), com o objetivo de articular as iniciativas autogestionárias; criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, por meio da participação no Projeto Alternativo do Cone Sul (PACS); surgimento de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares nas redes ITCPS, coordenada pela rede Unitrabalho, dando apoio universitário aos empreendimentos solidários, a adesão do movimento sindical à economia solidária, por meio da criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e; por meio das experiências de governos estaduais e municipais (Melo, 2014, p. 78).

No Nordeste brasileiro, recorte regional onde nossas investigações se concentram, a prática do cooperativismo esteve, em um primeiro momento, orientada “de cima para baixo”, sendo desenvolvida por proprietários de terras e latifundiários. Em outras palavras, as práticas cooperativistas serviam aos interesses dos latifundiários, que viam nessa forma de organização um instrumento adicional de dominação e exploração do trabalho camponês por meio de velhas fórmulas de opressão. O princípio da igualdade nas decisões – “uma cabeça um voto” –, a

divisão de sobras e a compra igualitária da produção camponesa eram, na prática, meras formalidades. Na realidade, o patrão, proprietário de grandes extensões de terra, concentrava tanto o poder econômico quanto o poder de decisão, anulando a essência democrática do cooperativismo.

Nesse sentido, as primeiras manifestações do cooperativismo no Nordeste brasileiro ficaram marcadas pela predominância de práticas conservadoras e paternalistas, bem como pelo beneficiamento de determinados grupos com incentivos governamentais. Conforme destaca Ferreira (2010, p.161), “eram cooperativas lideradas por chefes políticos locais que usavam as estratégias cooperativistas como instrumento de promoção pessoal de determinados indivíduos locais”. Dessa forma, o cooperativismo se reduzia a um modelo concentrador e excludente, voltado para o latifúndio e o setor agroexportador.

As cooperativas eram criadas como instrumentos de dominação, sustentadas pelo poder e influência dos latifundiários, que, por serem proprietários de terra, ocupavam posições dominantes na estrutura das cooperativas, especialmente nos quadros de dirigentes (Silva, 2003. p. 83). Em contrapartida, entre as décadas de 1950 e 1980, a inserção do movimento sindical ligado ao campo, das ligas camponesas e das comunidades eclesiais de base associadas à Igreja católica marcou uma transformação nas iniciativas cooperativistas. Essas iniciativas começaram a se voltar para o universo dos trabalhadores rurais desassistidos, como os sem-terra, desempregados e superexplorados, mudando tanto a perspectiva quanto a estruturação dessa forma de organização social. O movimento cooperativista, nesse contexto, passou a desempenhar um papel de assistência aos trabalhadores rurais marginalizados, auxiliando-os na comercialização de produtos de menor valor comercial (Ferreira, 2010, p. 160).

Em um primeiro momento, a introdução dos princípios democráticos, da defesa do fim da exploração do trabalho assalariado e da implementação do trabalho autogestionário no movimento cooperativista gerou uma bifurcação teórica na compreensão das cooperativas. De um lado, estavam as cooperativas dos latifundiários, ligadas a um modelo de trabalho enraizado na exploração capitalista; de outro, estavam os camponeses, trabalhadores rurais desempregados e outros que necessitavam da terra para subsistência, mas não a possuíam. Essa divisão resultou na classificação sociológica do cooperativismo, subdividida em dois modelos: (I) as cooperativas dos ricos, atualmente representadas pelo agronegócio, embora operadas por pobres; e (II) as cooperativas dos pobres, hoje incorporadas nas práticas camponesas da agricultura familiar.

Com o virar do século, o Brasil, pressionado por movimentos organizados, inicia-se a elaboração dos marcos legais e políticas públicas voltadas para o incentivo e fomento da economia solidária em seus mais variados campos. O ano de 2003 tornou-se um marco importante com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, instituída em junho de 2003, pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e regulamentada pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que também estabeleceu o Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES.

Estava, assim, aberto o campo legal para o desenvolvimento de políticas públicas e para o incentivo estatal à economia solidária. “A institucionalização e a criação da SENAES representam uma possibilidade de expansão para a economia solidária no país” (Melo, 2014, p. 64; Singer, 2018, p. 174).

A SENAES, surge do diálogo entre movimentos sociais, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e o Governo Federal. Suas ações se alicerçam em fundamentos basilares, que compõem o escopo das iniciativas desenvolvidas. Para proporcionar uma compreensão mais ampla das diretrizes que orientam a SENAES, transcrevemos a íntegra de seus fundamentos. As ações da SENAES

se fundamentaram no entendimento da desigualdade social e econômica como inerente ao capitalismo, razão pela qual se buscou articular os processos organizativos e revisar o papel do Estado, com base na seguinte concepção: A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.

1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos, e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (Arcanjo, Oliveira, 2017, p. 233).

As políticas públicas voltadas à economia solidária, assim como o conjunto de políticas direcionadas à inclusão social, sofrem ataques significativos após o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016. Como consequência, assistiu-se ao enfraquecimento da SENAES, sob justificativas como ajuste fiscal e perda de arrecadação, além da instauração de uma crise política manipulada por forças retrógradas contrárias ao desenvolvimento de políticas sociais inclusivas. Essas forças teriam, inclusive, provocado o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

Organizações e empreendimento ligados ao FBES, iniciaram, no início de 2016, uma campanha de mobilização contra a extinção da SENAES, reivindicando a manutenção da Secretaria e das políticas públicas de economia solidária. Apesar dessas iniciativas, a SENAES foi extinta em 4 de novembro de 2016, sendo substituída por uma subsecretaria de Economia Solidária no âmbito da Secretaria de Relações do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho (Arcanjo; Oliveira, 2014, p. 243). Aberto este parêntese para discorrer sobre eventos recentes no país, que assumem dimensão significativa no contexto da problemática da pesquisa, retomamos nossa exposição sobre os eixos que balizam as práticas da economia solidária.

Essas práticas giram em torno da solidariedade, posicionando-se como um modelo econômico contrastante ao individualismo competitivo característico do comportamento econômico e social do capital hegemônico. O conceito de economia solidária, segundo (Singer, 2018, p. 23), “se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores, que se distinguem por suas especificidades: estimular a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão e praticar a solidariedade com a população em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos”.

Em linhas gerais, a economia solidária surge como resposta ao modelo econômico capitalista dominante, atualmente representado por sua face mais brutal: o neoliberalismo. Este se caracteriza pela desregulamentação do mundo do trabalho e pela suspensão de investimentos em políticas públicas de assistência social. A economia solidária, portanto, busca evitar ou minimizar os processos de exclusão promovidos pelo capitalismo, configurando-se como

uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidades de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, da falta de qualificação ou de experiência profissional, da discriminação de raça ou gênero (Singer, 2018, p. 24).

Vale ressaltar que a economia solidária e o cooperativismo, quando instituídos de forma local, tendem a estimular o desenvolvimento regional por meio de iniciativas endógenas. Nessa perspectiva, pequenos agricultores familiares, sustentados em redes associativas, enxergam no cooperativismo e na economia solidária instrumentos eficazes de inserção social. Isso ocorre porque, por meio desses mecanismos, conseguem viabilizar a comercialização de seus produtos. A economia solidária, por sua natureza baseia-se

nas características e potencialidades produtivas internas de cada comunidade, lugar ou município, de acordo com o recorte territorial e as interações intercalares determinadas nesse movimento de configuração de outra forma de desenvolvimento. Surge como resposta à tentativa de uniformização resultantes do processo de reestruturação capitalista das últimas décadas e da globalização/mundialização do capital, estando articulado à economia solidária por mais da produção, comercialização, comércio justo e consumo consciente nos espaços locais, municipais, comunitários de atuação das iniciativas solidárias (Melo, 2014, p. 12).

Além disso, o cooperativismo e a economia solidária, em associação com a agricultura familiar,

estão inextricavelmente ligadas à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo (desenvolvimento sustentável) como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária, produzida por meio da cooperação, da associação e da solidariedade entre os trabalhadores nos empreendimentos e iniciativas de produção, troca e consumo local (Melo, 2014, p. 25).

Para fins ilustrativos, e com o objetivo de proporcionar uma visão panorâmica da economia solidária e do cooperativismo, apresentaremos alguns dados relevantes sobre a distribuição dessas iniciativas no Brasil, conforme elencado por Melo (2014, p. 90-91). Segundo o autor, “considerando a distribuição territorial, 50% dessas iniciativas estão localizadas na zona rural, 33% em áreas urbanas e 17% no interstício rural/urbano”.

Nestes mesmos moldes, observa-se uma significativa concentração de iniciativas de economia solidária na região Nordeste do Brasil (44%), seguida pelas regiões Sul (17%),

Sudeste (14%), Norte 13% e Centro-Oeste (12%). As iniciativas no meio rural, que constituem o foco principal deste estudo, destacam-se especialmente nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

De forma mais específica, na região Nordeste, o número de empreendimento solidários apresenta-se da seguinte maneira: Ceará, com cerca de 1.854 unidades; Bahia, 1.611; Pernambuco, 1.526; Piauí, 1477; e Rio Grande do Norte, 817. Na Região Sul e Sudeste, os números são igualmente expressivos, destacando-se o Rio Grande do Sul, com 2.085 unidades, e o Rio de Janeiro, com 1.343 unidades. Esses dados demonstram a relevância das iniciativas de economia solidária, com maior concentração nas regiões Sul e Sudeste (Melo 2014, p. 91).

Quanto aos fatores que motivam o engajamento em iniciativas de economia solidária, o levantamento do autor aponta que 45% dos participantes o fazem devido ao desemprego, enquanto 44% buscam o complemento de renda. Em relação ao gênero, há uma predominância masculina de 64%, correspondendo a aproximadamente 800 mil trabalhadores, enquanto as mulheres apresentam 36%, cerca de 450 mil trabalhadoras solidárias no Brasil. A comercialização dos produtos provenientes da economia solidária ocorre predominantemente em espaços comunitários, que representam 56% das trocas comerciais realizadas pelos empreendimentos solidários em todo o país.

Destaca-se ainda, em uma análise micro, a importância das feiras de agricultura familiar como instrumentos de cooperação. Essas feiras promovem a circulação de produtos ecologicamente sustentáveis e fortalecem a economia local dos municípios onde essa categoria social se organiza. Com base em pesquisas previamente realizadas, constatamos que

a feira da agricultura familiar que ocorre aos sábados na feira livre do município de Apodi ilustra a definição das práticas comerciais nas quais produtos agrícolas e o excedente produtivo são comercializados com o diferencial da produção agroecológica que dispensa o uso de insumos químicos e coloca à disposição da sociedade local a possibilidade de consumir produtos orgânicos que não oferecem risco a saúde, tanto do homem quanto da terra, e que são produzidos atendendo as exigências das práticas agroecológicas nos quintais produtivos ou nas plantações tradicionais. Outro fator que merece destaque é a circulação econômica que coloca os produtores rurais como sujeitos ativos, inseridos em uma lógica mercantil diferenciada da lógica do mercado capitalista. Por sábado estimamos que a feira da agricultura familiar de Apodi movimenta em torno de 10 a 17 mil reais, segundo informações do STTRA – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi-RN (Carvalho 2017, p. 56-57).

3.4 Cooperativismo, agricultura familiar, economia solidária – uma perspectiva para novas relações socioeconômicas na ruralidade

Faz-se necessário, a partir do nosso interesse investigativo, estabelecer as correspondências entre as categorias economia solidária, cooperativismo, associativismo e agricultura familiar agroecológica, que constituem temas centrais de nossas reflexões, primordialmente no contexto da imersão realizada em campo. No processo de revisão teórica, fundamental para qualquer trabalho acadêmico, nossas leituras conduziram-nos à análise das conexões entre práticas associativas, cooperativas e da economia solidária e o mundo rural, com foco em nosso recorte espacial específico: o município de Apodi-RN.

Apodi é município do Rio Grande do Norte, localizado a 370 km de Natal, capital do Estado. Está situado na microrregião da Chapada do Apodi e mesorregião Oeste Potiguar, abrangendo, assim, os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Segundo o Censo do IBGE de 2010, o município apresenta uma população de 34.777 habitantes, com densidade demográfica de 21,69 habitantes por km² e uma unidade territorial de 1.602,477 km² (IBGE, 2017; Pinto, 2018). Dados parciais do Censo de 2023 indicam que a população de Apodi alcançou 36.094 habitantes, representando um aumento de 3,83% no período.

Os dados oficiais revelam que a população rural e urbana de Apodi possui um contingente quase equilibrado. As comunidades rurais, em sua maioria, são organizadas em associações que mobilizam agricultores e agricultoras politicamente e promovem aproximações sociais significativas entre os sujeitos. O cooperativismo e as práticas de economia solidária se manifestam em várias comunidades rurais do município, onde ocorre uma simbiose entre o modo de vida fundamentado na agricultura familiar e as formas solidárias de produção.

A agricultura familiar agroecológica desempenha um papel fundamental ao promover uma reformulação nos modos de vida no campo, sobretudo no tange à relação homem-natureza. Baseando-se no uso sustentável dos recursos naturais e em tecnologias que respeitam os limites ambientais e preservam a biodiversidade, a agricultura familiar agroecológica busca a harmonia entre produção e conservação ambiental por meio de práticas como o consorciamento de culturas e o manejo de caatinga. Além disso, destaca-se pela inclusão das mulheres como agentes ativos no planejamento, produção e comercialização.

A adoção das práticas da agroecologia como modelo produtivo representa não apenas uma alternativa agrícola, mas também um modo de vida que incentiva a preservação ambiental. A agroecologia é elemento de fortalecimento das práticas agrícolas locais, sobretudo na luta

pela sustentabilidade da diversidade das culturas locais, e na negação do uso intensivo de práticas de contaminação genética, já comprovadas nas pesquisas desenvolvidas. De acordo com Dantas (2021)

agricultoras e agricultores familiares se constituem, portanto, em importantes agentes de disseminação dos saberes sobre a importância de manutenção e preservação das sementes crioulas, estabelecendo uma ação de luta constante por proteção da diversidade e autonomia alimentar a partir do manejo dos recursos naturais para uma agricultura que corresponda a seus interesses. Sendo a semente um desses elementos manejados através de gerações.

Nesse sentido, Singer (2018, p. 86, 157) afirma que as comunidades rurais tendem a adotar práticas de defesa do meio ambiente e do bem-estar dos consumidores, resistindo a tecnologias que possam ameaçar a biodiversidade, a saúde do consumidor ou a autonomia dos produtores associados e individuais.

Como salientado anteriormente, é viável estabelecer um paralelo entre as formas de organização social desenvolvidas pela agricultura familiar e sua relação próxima com a economia solidária e o cooperativismo. Em ambas as iniciativas,

são não capitalistas, ou seja, de pessoas excluídas da posse dos meios de produção e distribuição, pertencentes a classes distintas, mas não antagônicas. Os trabalhadores dependem de sua atividade produtiva para sobreviver, semelhança que possivelmente explica a tendência de as associações que formam pautarem-se pelos mesmos princípios. [...] Toda organização solidária é ao mesmo tempo uma associação comunitária. Quem se associa a ela não faz contrato de trabalho, mas entra numa união em que seu destino individual se funde com os de seus companheiros (Singer, 2018, p. 41-50).

Até os anos 1990, a categoria agricultura familiar era praticamente inexistente no Brasil, tanto no discurso acadêmico quanto no jurídico. Os termos mais frequentemente utilizados para denominar essa categoria eram pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (Shneider; Nierdele, 2003, 2007). A categoria agricultura familiar adquiriu relevância no âmbito acadêmico e jurídico somente

em meados dos anos de 1990, onde se assistiu a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época - impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação -, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, poceiros, integrados à agroindústrias ou não, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de

pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (Shneider; Nierdele, 2003, pp. 99-100).

Por seu turno, a agroecologia apresenta-se como uma alternativa ao modelo de produção hegemônico do agronegócio, caracterizado pela adoção de monoculturas associadas a pacotes tecnológicos que incluem transgênicos, fertilizantes químicos, agrotóxicos e a exploração dos recursos hídricos subterrâneos e superficiais. Esses elementos integram o conjunto de práticas difundidas pela Revolução Verde (Shiva, 2013, 2015).

Em essência, a agroecologia fundamenta-se no respeito aos saberes locais e nas práticas ancestrais de produção desenvolvidas por comunidades camponesas. Em contraposição ao agronegócio, mantém uma relação intrínseca com o uso sustentável dos recursos naturais, historicamente praticado pelo campesinato.

A agroecologia, neste início de século, “emerge como um discurso que gradativamente vem pautando as políticas públicas, as lutas sociais, os estudos acadêmicos, as propostas pedagógicas, a saúde e a educação do campo, além da extensão rural e técnica”. (Martins *et al.*, 2018, p. 10). De acordo com Altieri (2012, p. 15-16), a agroecologia “é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência, baseia-se na aplicação da Ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas”. Seus princípios básicos, por sua vez, incluem

a reciclagem de nutrientes e energia, substituição de insumos externos, melhoria da matéria orgânica e da atividade biológica do solo, a diversificação das espécies de plantas e dos recursos genéticos dos agroecossistemas no tempo e no espaço; a integração de culturas com pecuária; e a otimização das interações e da produtividade do sistema agrícola como um todo, ao invés de rendimentos isolados obtidos com uma única espécie. A sustentabilidade e a resiliência são alcançadas em função da diversidade e da complexidade dos sistemas agrícolas, por meio de consórcios, rotações, sistemas agroflorestais, uso de sementes nativas e de raças locais de animais, controle natural de pragas, uso de compostagem e adubação verde e aumento da matéria orgânica no solo. A agroecologia se fundamenta em um conjunto de conhecimentos e práticas que se desenvolvem a partir dos agricultores e de seus processos de experimentação.

Em consonância com o surgimento da agricultura familiar como campo de investigação nas ciências sociais e humanas, germina, no mesmo período, o renascimento do movimento cooperativista, consolida-se como um instrumento de sustentabilidade para a agricultura familiar diante dos desafios impostos pela globalização e das investidas cada vez mais incisivas do capital no meio rural.

Nesse primeiro momento de efervescência do movimento cooperativista voltado à agricultura familiar, a partir dos anos 2000, esse setor reunia cerca de 5.762 milhões de cooperados. Esse número expressivo de trabalhadores começou a vivenciar um novo modelo de produção no campo, impulsionado pelo associativismo e pela economia solidária (Sabourin, 2006, p. 22-28).

A partir disso, apresentaremos algumas modalidades estruturais e organizacionais do cooperativismo, com o objetivo de *a posteriori*, por meio da investigação em campo, identificar em qual categoria se alinha melhor ao nosso interesse investigativo. Segundo a literatura, o cooperativismo pode ser classificado em diversos ramos ou modalidades. De forma geral, as 13 categoria mais mencionadas incluem: agropecuário, consumo, crédito, educação, especiais, habitação, infraestrutura, trabalho, saúde, turismo, lazer e transporte de cargas e passageiros. Todavia, para maior clareza conceitual, e considerando que essas segmentações nem sempre são estritamente delimitadas, o cooperativismo é frequentemente agrupado nas seguintes categorias principais:

- Cooperativismo de consumo;
- Cooperativismo de produção;
- Cooperativismo de compra e venda;
- Cooperativismo de crédito.

O *cooperativismo de consumo* teve início com a Cooperativa de Rochdale, fundada em 1844, em um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, por 28 operários de diferentes ofícios. Essa modalidade destaca-se por princípios como igualdade política (um voto por pessoa), liberdade de entrada e saída, neutralidade política e religiosa, e pela prioridade dada à educação cooperativa. O *cooperativismo de produção*, por sua vez, organiza-se em associações compostas por trabalhadores, gestores, planejadores, técnicos e outros profissionais, com o objetivo de produzir bens ou serviços para comercialização no mercado.

Já as *cooperativas de compra e venda* são formadas por associações de pequenos e médios produtores que buscam ganhos de escala por meio da unificação de compras e/ou vendas. O exemplo mais relevante dessa categoria é a cooperativa agrícola, composta principalmente por agricultores, geralmente pequenos proprietários ou arrendatários. Por fim, o *cooperativismo de crédito* oferece serviços financeiros acessíveis aos trabalhadores, semelhantes aos disponibilizados pelos bancos às classes média e alta. Contudo, diferentemente das instituições financeiras tradicionais, as cooperativas de crédito não atuam como intermediárias financeiras, mas como associações de pequenos poupadores que se organizam

para facilitar o acesso ao crédito por meio financiamento mútuo (Singer, 2018, p. 26, 28, 39, 57, 60, 83, 88).

Faz-se necessário destacar algumas informações sobre as cooperativas de compra e venda, uma categoria amplamente composta por agricultores e com maior representatividade participativa. Essa modalidade pode oferecer insights primorosos sobre a produtividade dos pequenos agricultores, auxiliando no direcionamento da pesquisa de campo. De acordo com Singer (2002, p. 86),

no Brasil, o valor de vendas das 1.378 cooperativas agrícolas alcança 12 bilhões de dólares, o número de seus membros é de cerca de 1 milhão e de seus empregados é de 150 mil. Os membros produzem mais da metade do leite e 16% da produção vegetal no atacado. As cooperativas agrícolas brasileiras possuem 900 fábricas processadoras: moinho de trigo, destilarias, fábricas de óleo vegetal, café e sementes. As cooperativas de criadores de ovelhas respondem por 65% da lã produzida.

O cooperativismo, como instrumento de sustentabilidade para a agricultura familiar, não se restringe à esfera econômica, visto que

não contribui apenas para melhorar as condições de vida do pequeno produtor no sentido da sobrevivência econômica e da geração de renda, pode ser também um recurso essencial para ampliar os bens de consumo coletivo: moradia, estrutura básica, educação, saúde, segurança e lazer (Scopinho, 2007, p. 88).

Todavia, é preciso salientar que o cooperativismo e o associativismo são implementados de forma processual. Assim como, a luta pela terra, constroem-se na prática, como um aprendizado que se inicia nos primeiros momentos de edificação das comunidades rurais, desde os acampamentos. Para que sejam sustentáveis, precisam ser continuamente revisados, pois assumem diferentes formas conforme se transformam as condições objetivas da realidade (Scopinho, 2007, p. 87).

O cooperativismo, no contexto da agricultura familiar, é um constante reaprender. As principais finalidades das cooperativas agrícolas solidárias são: “Organização com base em experiências de geração de trabalho e renda, de forma solidária e associativa. Motivam ações identitárias de classe e política, fomentam políticas públicas no campo popular” (Morais, 2011, p. 79). Dessa forma, atuam como um elemento que promove as identidades locais, a participação política e o incentivo a rendimentos econômicos,

estas cooperativas *pueden tener el potencial de proporcionar, principalmente, a los pequeños municipios, una alternativa de desarrollo, pues se proponen a organizar procesos productivos promoviendo la agregación de valor e los productores locales. Tiene el potencial de reposicionar los recursos disponibles (económicos, humanos y ambientales em um nuevo nivel* (Alves; Saquet, 2014, p. 133).

O impulso motivacional para a implementação das cooperativas deve-se ao fato de serem percebidas como uma forma “*adecuada de organización para el fortalecimiento de la agricultura y, principalmente, como una alternativa para al agregado de valor a las mercadorias producidas em sus establecimiento rurales*” (Alves; Saquet, 2014, p. 137). A economia solidária e o cooperativismo são

opostos ao capitalismo – organiza a produção, o crédito, o consumo, a comercialização em empreendimentos solidários cuja base não é a competição, mas a solidariedade entre os participantes. Isso implica igualdade. Só se pode ser solidário sistematicamente, se houver igualdade entre os participantes, e portanto, o interesse sempre comum. [...] Se estruturam em fontes de financiamento, redes de comercialização, assistência técnica-científica, formação continuada dos trabalhadores, apoio institucional das autoridades governamentais (Singer, 2018, p. 52-79).

Feitos esses apontamentos iniciais sobre as possibilidades que o cooperativismo apresenta aos agricultores familiares, é necessário salientar que este modelo, por estar ligado a pequenos produtores, configura-se, em essência, como um movimento de resistência. Historicamente, sabe-se que a agricultura familiar esteve presente nos movimentos de resistência, quase sempre ocupando espaços marginais de participação. O cooperativismo, o associativismo e a economia solidária inserem a agricultura familiar, por meio de sua organização, em um novo processo de gestão pública em curso no Brasil (Sabourin, 2006, p. 13).

A resistência no âmbito da agricultura familiar ocorre de forma horizontal, por “tratar-se da produção local integrada solidariamente, baseada em relações horizontais cuja natureza é simultaneamente econômica, social e cultural” (Santos, 2015, p. 110). Os elementos que consolidam essas relações horizontais são o associativismo e as relações de proximidade constituídas entre as comunidades. O incentivo à participação, as iniciativas de fortalecimento da democracia e a promoção de estratégias plurais de resistência desde o princípio dessas organizações contribuem para a permanência dos sujeitos em seus territórios (Carvalho, 2017).

O município de Apodi-RN, localizado na região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte, destaca-se como um dos pioneiros no Estado e, possivelmente, no Nordeste, no

movimento de reforma agrária e na implementação do modelo de organização da agricultura familiar. Adota o associativismo e o cooperativismo como formas de integração e articulação entre os sujeitos e para a construção de redes. Lima (2016, p. 85), ao analisar o território de Apodi-RN, afirma que este “é fértil no surgimento de organizações sociais, destacando-se pela intensa mobilização da sociedade civil, como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STTR) e Organizações não Governamentais (ONGS)”.

3.5 Vantagens e limitações do cooperativismo e do associativismo para a agricultura familiar

Ao esboçar um levantamento da literatura sobre as categorias norteadoras do presente trabalho, identificamos a necessidade de delinear algumas questões fundamentais, como as vantagens e limitações dos modelos associativos e cooperativos na agricultura familiar. Com base no que foi apresentado até o momento para embasar a discussão, os apontamentos destacam a relevância da implementação de modelos associativos e cooperativos para pequenos agricultores.

Esses modelos organizacionais asseguram a sobrevivência dos pequenos produtores, criam oportunidades para o desenvolvimento de potencialidades de trabalho e organização, além de promoverem o rompimento com padrões históricos de paternalismo e clientelismo que predominam no campo brasileiro. No entanto, é essencial que essa análise inclua também as barreiras e os desafios enfrentados por essas iniciativas (Alcântara, 2014, p. 57).

Observa-se, portando, que a discussão pode ser abordada sob duas perspectivas complementares: as potencialidades e as limitações. As redes associativas e cooperativas promovem a participação política, estimulam o engajamento cívico, facilitam a comercialização de produtos, reduzem comportamentos oportunistas, fortalecem o senso de pertencimento coletivo e identidades locais, além de incentivarem práticas colaborativas. Entretanto, essas iniciativas também enfrentam limitações importantes (Lima, 2016; Lüchmann, 2014, p. 163). Segundo Eid (2012, p. 03),

em diversas regiões do Brasil já se pode observar algumas vantagens do trabalho cooperado em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima da obtida no mercado de trabalho; condições de coproprietário e gestor de negócios com o poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da autoestima; desenvolvimento intelectual e das potencialidades profissionais; realizar o trabalho como algo digno e não como atividade penosa.

As potencialidades dos modelos associativos e cooperativos devem ser amplamente incentivadas nas associações de pequenos agricultores e agricultores familiares, pois se baseiam em conexões e relações alicerçadas em laços de solidariedade, confiança e reciprocidade. Esses elementos são centrais para a formação e manutenção das atividades cooperativas e associativas. No âmbito econômico, os processos de compra e venda da produção não seguem um modelo tradicional de lucratividade e acumulação de excedentes. Em vez disso, visam atender aos interesses e necessidades dos cooperados, priorizando benefícios diretos aos sujeitos envolvidos nesse processo. Dessa forma, a dinâmica cooperativa promove uma gestão mais equitativa e alinhada às demandas do grupo (Costa; Amorim Junior; Silva, 2015, p. 119; Lüchmann, 2014, p. 164).

Em linhas gerais, o cooperativismo e o associativo

podem ser consideradas alternativas autênticas às falhas dos mercados e dos governos, ajudando a oferecer estruturas de participação para as pessoas, que, seja por meio do acesso ao crédito, aos produtos de consumo, de estabilidade econômica mediante ao emprego seguro, moradia acessível ou à satisfação de multiplicar necessidades. (Annibele, 2008, p. 226).

Por outro lado, apesar de todos os benefícios que o cooperativismo e o associativismo podem proporcionar aos agricultores familiares, existem limitações que devem ser investigadas. O movimento cooperativo e associativo depende de diversos fatores para sua efetividade, como: estruturas políticas, diretrizes jurídicas e regulação nacional, questões étnicas e culturais, acesso à informação, assistência técnica, linhas de crédito, capacidade de organização burocrática e administrativa, níveis de democracia interna, entre outros (Alves; Saquet, 2014, p. 133).

As formas de organização das cooperativas não constituem uma tarefa simples na fase inicial, pois

la complejidad productiva de lo rural exige que al cooperativismo englobe varios ramos, tales como crédito, producción, trabajo, comercialización, asistencia técnica y infraestructura de la agricultura y economía solidaria. El escenario externo, la regulacion legal y, ambiente interno, donde se encuentra los mayores desafios como el de mejorar el debate político que posibilite la difícil tarea de conducir la incorporación de sectores de la economía solidaria al competitivo mercado globalizado, sin que los primeros pierdan sus características fundamentales (Alves; Saquet, 2014, p. 135).

4 METODOLOGIA: INSTRUMENTOS E PERCURSOS

Segundo Bourdieu (1989), o auge da arte da pesquisa, nas ciências sociais, está na capacidade de mobilizar conceitos teóricos muito importantes sobre objetos teóricos tidos como empíricos, frequentemente menores à primeira vista, até mesmo um pouco irrisórios. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos ultrapassam a concepção de um conjunto de técnicas para a obtenção de dados em uma pesquisa. A metodologia é, antes de tudo, um entrelaçamento entre teoria e empiria, a construção de um diálogo constante entre o que já está consagrado no campo pesquisado e os elementos que este campo revela.

Nosso campo investigativo é constituído por diversos atores que, ao entrar em contato, compõem um complexo sistema de trocas. Submetidos a realidades similares, a associação e a cooperação são elementos fundamentais na formação de um corpo e de um estrato social. Camponeses, agricultores familiares, associações, cooperativas, lideranças comunitárias, representações classistas, movimentos sociais e religiosos formam um todo a partir das particularidades, tecendo uma rede que se comunica, age e sente.

A definição dos procedimentos metodológicos no processo de pesquisa é parte essencial do desenvolvimento das ciências. Este é o momento em que se determinam os instrumentos utilizados para obtenção de dados em um campo tão particular da ciência, em especial nas ciências sociais e humanas: o homem, os grupos sociais e as instituições, que não permitem fórmulas prontas, acabadas, ou mesmo experimentações que visem a dominação total do objeto.

Dada a complexidade dessa empreitada, o estabelecimento dos procedimentos metodológicos deve ser pensado com o devido cuidado de quem maneja, para elaborar uma metáfora das ciências exatas: uma substância densa e instável, que, em virtude de suas mutações, exigem rigorosidade metodológica para a observação do mundo social.

É nessa perspectiva que Becker (2007, p. 19) nos faz um alerta importante a respeito do nosso campo de investigação. Ao apontar as peculiaridades do campo sociológico, salienta que “o pesquisador não tem um conhecimento em primeira mão da esfera da vida social que se propõe a estudar. Raramente é um participante dessa esfera em geral e não está em contato estreito com as ações e experiências das pessoas envolvidas”. O pesquisador, continua, ocupa quase sempre “uma posição de intruso e, como tal, está evidentemente limitado no conhecimento simples do que se passa na esfera da vida em questão”. O campo, portanto, pode revelar e/ou ocultar aquilo que se pretende investigar, sendo necessário, dessa forma, estar

munido de procedimentos metodológicos precisos e sempre equipado com ferramentas eficientes.

Adotamos como procedimento metodológico para a obtenção de dados relevantes à nossa pesquisa o método qualitativo. Optamos por esta abordagem devido à possibilidade de captar, diante da complexidade dos sujeitos investigados, as várias nuances que tomam o campo de investigação. A pesquisa de abordagem qualitativa exige do pesquisador certa sensibilidade na obtenção dos dados, além da necessidade de filtros para compreender o que é essencial nos campos discursivo, comportamental e relacional. A pesquisa qualitativa

privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intenso dos dados, é caracterizada pela heterodoxia no método de análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também, para a liberdade intelectual (Martins, 2004, p. 289).

Uma vez delimitado o campo e escolhida a metodologia que melhor se adequa à análise deste universo, optamos pela pesquisa de campo. Técnica intrínseca à abordagem qualitativa, a pesquisa de campo, como salientam Beaud e Weber (2007, p. 15), permite ao pesquisador a possibilidade de se conectar aos fatos, discutir com os pesquisados e compreender melhor os indivíduos e os processos sociais. Incentiva, por conseguinte, “essa sede de descobrir, vontade de saber, quase que destrinchar”; sem essas premissas, o campo “torna-se uma finalidade, um exercício escolar, chato e sem interesse”.

Bourdieu (2010) aponta que a escolha do método de pesquisa não deve almejar rigidez, mas sim rigorosidade. Para alcançar uma pesquisa relevante dentro do campo do conhecimento, é imprescindível selecionar cuidadosamente as pessoas que serão investigadas, bem como atentar à expressão de língua, postura e condutas, visando reduzir ao máximo a violência simbólica que separa pesquisador e pesquisado. Traçadas essas perspectivas, os procedimentos metodológicos serão realizados conforme os critérios a seguir.

Processo fundamental na pesquisa científica, a revisão de literatura é um elemento essencial em qualquer investigação. É por meio desse processo que se realiza um diagnóstico do estado da arte, permitindo a constituição de elos entre o teórico e o prático. Dessa forma, a consulta à literatura – artigos e publicações acadêmicas, livros, pesquisas em plataformas virtuais e sites oficiais – integra o escopo metodológico. O levantamento de dados sobre o que já foi produzido no campo de pesquisa é, em linhas gerais, indispensável para cruzar os dados obtidos em campo com a literatura existente (Günther, 2006; Luna, 1997). Concordamos com

Bourdieu (1989, p. 25), que afirma que os recursos metodológicos e as opções técnicas mais empíricas são inseparáveis das escolhas teóricas na construção do campo investigado.

Para a obtenção de dados, utilizamos a ferramenta de observação sistemática¹¹. Com este instrumento, a participação no campo ocorre de forma em que o pesquisador atua com observador dos fenômenos, tomando as devidas precauções para evitar que a observação se transforme em interferência. Este procedimento metodológico “ajuda o pesquisador a identificar e obter provas a respeito dos aspectos sobre os quais os sujeitos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (Boni; Quaresma, 2005, p. 70).

Além disso, a observação sistemática conduz o pesquisador ao contato direto com os sujeitos da pesquisa, permitindo sua inserção na vivência cotidiana destes. Proporciona proximidade com as demandas, os discursos e as práticas. De acordo com May (2004, p. 173-174), o método “encoraja os pesquisadores a mergulharem nas atitudes do dia a dia das pessoas que tentam entender”. A observação sistemática possibilita ao pesquisador perambular, no sentido de escutar, observar e experimentar as teorias e biografias em situações sociais novas e não familiares, ampliando o entendimento sobre elas.

Tendo escolhido o método e a técnica subjacente, é necessário adotar algumas preocupações e compreender que o desenvolvimento da pesquisa exige consciência sobre os percalços e dificuldades inerentes ao processo. Como observa May (2004, p. 181), a observação sistemática é

o método de pesquisa social cujas aplicações e análises são mais exigentes e difíceis. Dependendo das metas do estudo e do relacionamento anterior dos pesquisadores com aqueles com quem trabalham, esse método requer que gastem uma grande quantidade de tempo em cercanias com as quais podem não estar familiarizados, estabelecer e manter relacionamentos com pessoas com as quais possa ter pouca afinidade; fazer numerosas anotações sobre o que normalmente pareciam acontecimentos ordinários; possivelmente correr algum risco no campo, e, então, como se não bastasse, passar meses fazendo análises depois do trabalho de campo.

Beaud e Weber (2007), ao discutirem os desafios da pesquisa, destacam que o trabalho de campo nas ciências sociais requer, inevitavelmente, métodos e técnicas predefinidas,

¹¹ Optamos, para evitar equívocos, pelo termo pesquisa sistemática em detrimento de pesquisa participante, tendo em vista que a última implica em uma vivência mais alongada e um contato mais profundo. Muitas controvérsias e críticas se levantam acerca da técnica, participar, apontam alguns críticos, implica em perder a objetividade, uma vez que o observador passa a ser um partícipe dos eventos que investiga. Contudo, entendemos que a técnica permite a aproximação com os sujeitos da pesquisa em suas práticas cotidianas, convivendo com o seu mundo de forma natural. A escolha dessa técnica se deve a possibilidade de proximidade, mesmo conscientes das críticas que a mesma enseja, quando manejada de forma eficiente produz bons resultados.

planejados previamente à exploração do campo. Esse planejamento confere ao pesquisador de um certo preparo diante de situações consideradas controláveis. No entanto, dado que o campo de estudo é dinâmico e mutável, certos aspectos inevitavelmente escapam ao controle e à previsibilidade. Nesse contexto, as autoras ressaltam que a pesquisa possui um caráter pedagógico, ensinando ao pesquisador à medida que este avança

a pesquisa se aprende fazendo, de forma sinuosa e caótica. O pesquisador não para de experimentar diferentes caminhos que se revelam ser, por vezes, impasses ou atalhos. É só após longos desvios que ele toma pé de novo. Nada pode substituir as tentativas e os erros pessoais, o encontro direto das dificuldades, a dúvida, a experiência da solidão do campo (Beaud; Weber, 2007, p. 12).

Ainda com o objetivo de obtenção de dados, foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas, compostas por perguntas abertas e fechadas, destinadas a lideranças de associações, agricultores familiares, membros de cooperativas, diretores, e representação de entidades de classe, como sindicatos e organizações do terceiro setor.

As perguntas abertas permitem aos entrevistados responderem livremente, sem que as respostas possíveis estejam previamente definidas. Essa abordagem possibilita a coleta de informações abrangentes e detalhadas sobre os objetos de investigação. Além disso, as perguntas abertas são especialmente eficazes para explorar opiniões, sistemas de representação, motivações e outros aspectos subjetivos. Conforme aponta Dias (1994, p. 1-2, 18), a entrevista é uma “técnica largamente utilizada na pesquisa científica, aplicável a uma diversidade de objetos de investigação, suscitando problemas teóricos, metodológicos e técnicos bastante diversificados (Dias, 1994, p. 01, 02, 18).

As entrevistas semiestruturadas são particularmente úteis para captar hábitos, comportamentos e relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos investigados, mapeando suas posturas em relação aos temas abordados. Optamos pelas perguntas abertas porque estas permitem que os sujeitos expressem suas opiniões livremente, facilitando a produção de discursos individuais e coletivos. Essa técnica possibilita a interpretação e posterior generalização desses discursos a contextos mais amplos (Dias, 1994, p. 05).

Uma vez apresentada a temática da pesquisa e organizado previamente o conjunto de questões, as respostas podem ser fornecidas de forma livre e espontânea, sem condicionamentos ou direcionamentos que comprometam a consciência das categorias analisadas. Por outro lado, as perguntas fechadas permitem ao pesquisador abordar categorias específicas que, de outra forma, não seriam explicitadas apenas pelas questões abertas. As questões abertas e

semiestruturadas possibilitam a obtenção de dados complexos, pois lidam com significados, motivações, valores e crenças, aspectos que não podem ser reduzidos a métricas quantitativas (Boni; Quaresma. 2005, p. 70).

O desenvolvimento de um conjunto de questões sobre determinado aspecto da vida social é

uma técnica extremamente útil no estudo de uma diversidade de situações e comportamentos. Comportamentos que, ora por terem ocorrido no passado, ora porque a sua observação direta exigiria muito tempo, ou ainda porque deontologicamente seria incorreta, uma vez que os mesmos poderiam dizer respeito à intimidade e privacidade dos indivíduos, são facilmente apreendidos através das suas respostas. Por outro lado, através da linguagem, e mais precisamente das suas respostas a um conjunto de questões, os indivíduos não só atribuem significado aos fenômenos estudados, como nos dão a conhecer as suas motivações, atitudes, opiniões, sistemas de representação etc.; isto é, torna-se possível a captação de dimensões subjetivas que escapam à observação direta (Dias, 1994, p. 05-06).

As entrevistas demandam que a escolha dos sujeitos seja pautada em seus conhecimentos acerca do universo pesquisado. Esse processo deve considerar o conhecimento prático que orienta a agência dos sujeitos pesquisados, pois a eles pertence a legitimidade de fala sobre suas vivências. As pessoas sabem muito sobre o mundo em que vivem e trabalham, desse modo

precisamos conhecê-lo para avançar em meio às suas complexidades. Devem se ajustar a todas as suas contradições e conflitos, resolver todos os problemas que ele lança em seus caminhos. Se não conhecessem o bastante, não teriam permanecido lá por tanto tempo. Portanto sabem e muito. E deveríamos, tirando partido do que elas sabem, incluir, em nossa amostra de coisa a examinar e ouvir, aquelas que o conhecimento comum e a prática rotineira das pessoas estudadas tornam evidentes (Becker, 2007, p. 81).

Os roteiros de entrevistas semiestruturados elaborados para obtenção dos dados desta pesquisa estão disponíveis para consulta nos anexos deste trabalho.

5 O CAMPO QUE FALA, SENTE, AGE

5.1 Uma incursão pelo campo

O campo, conforme destaca Bourdieu (1989, p. 27-28), funciona como um sinal que orienta o que deve ser feito, no sentido de compreender que o objeto investigado não está dissociado de um conjunto de relações que conferem prioridade e sentido ao seu entendimento. É imprescindível, portanto, adotar uma perspectiva relacional.

O campo de estudo que nos propomos a investigar é construído a partir de tecituras relacionais amplas, formadas por atores diversos ocupando posições diferenciadas. Cooperativas e associações, enquanto componentes de um campo institucional, e agricultores e agricultoras, organizados em agrupamentos sociais, constituem um arranjo relacional dinâmico. Trocas, diálogos e construções conjuntas compõe um vasto cenário em que esses atores distintos coexistem e interagem.

5.2 É necessário ir além da subsistência, é preciso libertar-se. O Papel da Igreja Católica na Construção da Rede Associativa da Ruralidade do Município de Apodi – Teologia da Libertação

5.2.1 Tudo começa depois da missa

O processo de investigação revelou a relação estreita entre as coletividades rurais e a teologia da libertação, mediada pelo pároco atuante na igreja do município de Apodi-RN durante o processo de construção da rede associativa do campesinato. Em linhas gerais, segundo Boff (1975, p. 07, 27, 28), a teologia da libertação foi um movimento teológico que transcendeu os limites dos ritos religiosos tradicionais. Esse movimento surgiu em um contexto marcado pelo subdesenvolvimento característico dos países periféricos do hemisfério Sul na década de 1960¹², especialmente na América Latina, região severamente impactada por essas condições.

Júnior (2008) afirma que a teologia da libertação pode ser compreendida como uma “construção intelectual de uma interpretação da fé religiosa, elaborada por teólogos, que

¹² É importante destacar que em meados da década de 1960 a América do Sul enfrentava um surto de regimes autoritários. Os cultos religiosos, apesar da repressão, se constituíam em um dos poucos ambientes em que havia alguma possibilidade do uso livre da palavra. Contudo, muitos dos proponentes da teologia da libertação viveram em exílio, acompanhando a distância a perseguição e os desdobramentos, muitas vezes violentos, que os regimes autoritários imprimiram em seus países de origem.

estabelece uma ponte religiosa, filosófica, política e sociológica entre a realidade terrena e a mensagem evangélica da religião católica”. O concílio Vaticano II (1962-1965) e os encontros episcopais de Medellín, na Colômbia (1968), e Puebla, no México (1979), são frequentemente mencionados como eventos geradores dessa corrente teológica. Embora não haja consenso sobre suas origens, é amplamente aceita a hipótese de que o movimento tenha surgido na América do Sul, fruto da reflexão sobre as desigualdades que assolavam o continente e da crítica ao capitalismo predatório, que condenava um número incontável de pessoas à miséria absoluta.

A teologia da libertação busca trazer para o debate a intersecção entre a fé e os problemas socioanalíticos, visando

descobrir campos novos de realização da mensagem cristã teológica. Especialmente para, não se trata mais de refletir apenas sobre aqueles campos teóricos já definidos como teológicos, como a temática de Deus, da graça, do pecado, de Jesus Cristo, da igreja etc. mas de reconstruir e resgatar o campo teológico de dentro de temáticas consideradas profanas, como o econômico, o político, o ideológico, a luta de classes etc. Esta atividade alargou o horizonte da teologia, fê-la histórica, contextual e aderente às situações concretas onde se exercita a fé como práxis. A teologia da libertação não nasceu voluntariamente. Constituiu-se como um momento de um processo maior e de uma tomada de consciência característico dos povos latino-americanos. A pobreza generalizada, a marginalidade e o contexto histórico de dominação irromperam agudamente na consciência coletiva e produziu uma virada histórica. [...] A teologia da libertação nasceu como propósito de resposta aos desafios da sociedade oprimida e como contribuição própria, sob o enfoque da fé, ao processo maior de libertação que se articula em outros campos da vida do povo (Júnior 2008).

As questões mais fundamentais que se colocavam diante da situação dos povos oprimidos de um continente subdesenvolvido e imerso em contradições profundas, marcado pela desigualdade e miséria, e que a teologia da libertação se propunha a abordar, diziam respeito a como a Igreja, enquanto instituição e propagadora da fé, poderia ajudar a numerosa população a sair da situação humilhante em que se encontrava. Que passos efetuar para transformar a realidade em que existem muitos oprimidos e poucos ricos? Que mediações procurar para criar uma forma de convivência diferente, mais igualitária, livre e fraterna? (Boff, 1979, p. 41).

Questões dessa magnitude deveriam ser apresentadas aos agrupamentos sociais, para que pudessem perceber os mecanismos de exclusão presentes em suas vivências cotidianas. A ideia de que as práxis se inserem dentro de um contexto amplo de situações que subjagam os sujeitos e os colocam em condição de sujeição é central. A ação reflexiva promove o autorreconhecimento e o reconhecimento da situação vivida como resultado de inumeráveis

elementos. O culto, enfim, não se destina apenas à elevação do espírito. Propõe-se que o espírito se construa em situações concretas de existência.

A teologia da libertação elege os pobres, como salienta Júnior (2011, p. 03), “não como objeto de sua caridade, mas como portadores das transformações sociais lidas no evangelho. A missão religiosa não se reduz à elevação do espírito e à espera da recompensa divina em uma outra existência; ela passa a demarcar a ação dos pobres em uma missão cristã de lutas pela libertação: fim da opressão econômica e política que atinge o povo, libertação das classes subalternas da condição de subalternidade e exploração e da miséria característica das relações capitalistas de produção.

Nesse contexto, a teologia da libertação, sobretudo no Brasil, encontra no campesinato o estrato social preferencial para o desenvolvimento de sua práxis teológica. O campesinato brasileiro se constituiu historicamente e se confronta com o

estatuto social da concentração ilimitada de terras em forma de propriedade legítima (garantida pelas leis) ou ilegítimas (que burlam as leis) é uma característica essencial na formação social e territorial do Brasil. Concentrar terras nas mãos de poucas pessoas adquiriu a característica de ser um estatuto social porque é garantida historicamente pelas instituições e pela sociedade civil. Isto significa afirmar que a desigualdade no acesso à terra – bem supremo e fonte de alimentação das sociedades – é um predicado elementar na construção e desenvolvimento deste país.

A construção coletiva da ruralidade do município de Apodi passa pela ação e pela concepção de vida no campo, para além da subsistência e da espera pelos ciclos chuvosos, muitas vezes irregulares, característicos das regiões semiáridas do Brasil. Em todos os depoimentos dos nossos interlocutores, a citação do líder religioso de origem holandesa, Pe. Theodoro (*in memoriam*), é unânime. Foi ele quem iniciou a criação de associações comunitárias com a finalidade de organizar coletivamente os agricultores.

O Pe. Theodoro Johannes Franciscus Snijders nasceu na cidade de Helmond, na Holanda, no dia 28 de novembro de 1934, filho de Johannes Snijders e Henrica Kerkhof. Em 1977, veio para o Brasil, passando três meses em Recife para aclimatar-se. Posteriormente, residiu na cidade de Fortaleza/CE até o ano de 1983, ano em que se transfere para Apodi, onde permaneceu por mais de 30 anos no comando da paróquia de São João Batista. O Pe. Theodoro

deixou o comando da paróquia de Apodi em 2010, quando a diocese passou por modificações estruturais e orientações teológicas¹³.

Durante a atuação do pároco, segundo nossos interlocutores, a prática religiosa – cultos e celebrações – se intercalava com a construção da conscientização coletiva dos camponeses, destacando a necessidade de organização para superar ou amenizar as dificuldades enfrentadas pelos homens e mulheres do campo. Nas palavras de um dos nossos interlocutores, no processo de construção das associações, os eventos religiosos não se destinavam exclusivamente ao culto: *“a gente não se encontrava somente pra rezar, orar, tinha uma pauta do social, uma pauta da organização da produção. Era capaz dele celebrar uma missa de 20min e passar 2 horas discutindo como criar a associação, organizar o povo”* (Presidente da COOAPAPI, 2021).

O discurso que animava os debates estava voltado para a possibilidade de libertação dos camponeses das formas de viver e produzir no campo, ligadas às concepções tradicionais de agricultura, regidas pelas monoculturas, versão da produtividade inserida na lógica dos latifúndios. Incentivou-se a criação de instrumentos e mecanismos de libertação das estruturas de dominação estabelecidas: *“o grande diferencial do trabalho era insistir que as pessoas tinham que se libertar. Por exemplo, nas associações, incentivava a produção de coisas que davam renda”* (Presidente COOAPAPI-COAFARN, 2021-2022).

A pregação da libertação consistia em desenvolver estratégias de produção variadas e, sobretudo, em fugir dos assistencialismos de ocasião. Assim, apoiou-se o desenvolvimento do artesanato, o beneficiamento de castanha, a produção de cajuína e o aproveitamento dos produtos produzidos na ruralidade que muitas vezes eram desperdiçados.

A aposta na diversidade produtiva visava estender a produção para além das culturas tradicionais, como feijão, milho e sorgo, sem que estas fossem abandonadas, na tentativa de garantir outras alternativas produtivas que assegurassem a alimentação dos camponeses. Ultrapassar as limitações produtivas impostas pelos ciclos irregulares de chuva e uma estrutura organizacional historicamente voltada para os monocultivos, característicos dos latifúndios, configura a possibilidade da libertação. A libertação, como destaca Boff (1979, p. 19), *“é concebida como superação de toda escravidão, como vocação a ser homens novos, criadores de um mundo novo.”*

¹³ Mais informações acerca da história de Padre Theodoro estão disponíveis em: <http://tudodeapodi.blogspot.com/2010/11/biografia-de-padre-theodoro-snijders.html>. Acesso em: 04 ago. 2021.

O processo constitutivo das redes associativas passou por etapas distintas. Em um primeiro momento, criava-se o grupo de adolescente e jovens ligados à igreja, reunindo a juventude da ruralidade que desenvolvia atividades relacionadas a celebrações e festejos religiosos, como festas de padroeiro, leilões e demais eventos. Esse foi o espaço e o momento em que germinou o movimento associativo, uma vez que, segundo nossos interlocutores, os agrupamentos de juventude se configuram como o embrião das associações e das cooperativas.

Toda a construção, inclusive as estruturas físicas que abrigam as associações, passou pela concepção de coletividade e libertação. As sedes das associações, inicialmente construídas como lugar de encontro dos grupos de jovens, mantiveram seus nomes nas associações. Quando o idealizador, por diferenças com a igreja, deixou a atividade pastoral, *“as escrituras das capelas, da casa paroquial, não tinha nada no nome da igreja, estava tudo no nome das comunidades e das associações”*. A título de exemplificação: *“no Córrego (região da areia) tem a capela, o centro comunitário, a casa paroquial, nada é em nome da igreja, é no nome da associação, é do povo”* (Presidente da COOPAPI-COAFARN). A comunidade se construiu enquanto coletividade em todas as etapas, desde a construção dos espaços físicos, feitos de forma coletiva, cada um contribuindo com o que podia, até o surgimento das primeiras cooperativas.

Em sua gênese, as associações surgem

em 1982 na região areia, distrito de córrego, em um trabalho de organização da igreja católica, foi construída uma capela do padroeiro de São Pedro, ali começava a organização das pessoas, desde a construção, a ideia, cada um contribuindo com uma coisa: um com o tijolo, outro com a mão-de-obra, para a estrutura da família uma família doou a imagem do santo Padroeiro (São Pedro), naquela data, 02/02/1982, começava o trabalho de organização das pessoas, começava a trabalhar de maneira organizada em busca de um objetivo. Dois anos depois, 1984, foi fundado um grupo de jovens da comunidade, a ideia era justamente discutir, conversar, sobre as coisas da comunidade e buscar melhorias para a comunidade. O grupo de jovens São Pedro GRUJOSP, ele existe até hoje. Se tornou um ciclo, começava no catecismo na igreja, passando pra adolescência para jovem fazia parte do grupo de jovens e depois do grupo ia pra associação, assim foi sendo feito esse ciclo. (Presidente(a) COOPAPI-COAFARN).

6 AS COOPERATIVAS INVESTIGADAS

6.1 Antecedentes Históricos

Ao analisar a literatura disponível sobre o movimento cooperativista no Rio Grande do Norte, percebe-se, de imediato, que a região do Sertão de Apodi possui certo pioneirismo na introdução das práticas cooperativas. Contudo, como já foi salientado em linhas anteriores deste trabalho, os primeiros movimentos do cooperativismo estiveram quase sempre associados a práticas tradicionais e capitalistas de exploração do trabalho. Essas cooperativas estavam atreladas aos latifúndios e sob forte influência das formas organizacionais típicas do agronegócio.

Ao realizar essa análise retrospectiva, com base no trabalho de fôlego de Ferreira (2010), observa-se que a primeira cooperativa da região Oeste do Estado foi a Cooperativa Mossoró, organizada em 1915, na cidade de Mossoró, situada a pouco mais de 70 km de Apodi. Sob forte influência da Igreja Católica, representada por Don José Pereira Alves, a cooperativa se caracterizava como uma cooperativa de crédito, cujo objetivo era auxiliar os congregados da Igreja. Em Apodi, de maneira mais específica, o Pe. Renato de Menezes fundou, em 1940, uma cooperativa de crédito nos mesmos moldes da cooperativa mossoroense, com 89 associados na época. Contudo, devido a debilidades administrativas e interesses contraditórios, a iniciativa fracassou após pouco tempo de funcionamento.

Em 1966, foi criada em Apodi a Fundação Para o Desenvolvimento do Vale do Apodi – FUNDEVAP, sob a liderança do Pároco Pedro Neef. Essa instituição buscava promover cursos de aprimoramento profissional, palestras e seminários sobre o cooperativismo e formas de organização coletiva. No mesmo ano, o Pastor Diomédio Alves fundou a Associação dos Pequenos Produtores do Vale do Apodi, que deu origem a duas cooperativas: a Cooperativa de Trabalhadores Rurais do Apodi e a Cooperativa Cerealista de Apodi, ambas atuando nos sistemas de crédito, comercialização e revenda para cooperados.

Já em 1984, foi criada a Cooperativa Mista de Apodi – COOPERMIL. Essa cooperativa intermediava auxílios financeiros junto a entidades bancárias para o financiamento e custeio de culturas como algodão, cajueiros e arroz irrigado, além de viabilizar a venda de sementes e inseticidas, a aquisição de matrizes leiteiras e a instalação de postos de resfriamento. No entanto, por suas características de ligação ao agronegócio, a COOPERMIL enfrentou

dificuldades e encerrou suas atividades pouco tempo após a sua criação, deixando um número considerável de agricultores endividados.

Por fim, no final da década de 1980 e início da de 1990, foi fundada a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural – COOPAPI. Criada pela união de diversos atores – como o movimento sindical, a Igreja Católica, agrônomos e o movimento associativista –, a cooperativa tinha como objetivos a comercialização de mel e produtos derivados, o fortalecimento da agricultura familiar, a industrialização da produção, a busca por mercados em níveis estadual, nacional e internacional, além de promover ações voltadas à conservação ambiental (Ferreira, 2010, p. 180-193). Das experiências cooperativistas citadas, a COOPAPI é a única que mantém suas atividades, mesmo enfrentando as flutuações do mercado e a escassez de políticas públicas desde 2016.

A partir de agora, este trabalho se debruçará com maior profundidade sobre as experiências da COOPAPI e demais cooperativas em atividade no município de Apodi. Para isso, será apresentada uma descrição estrutural, abordando as relações comerciais estabelecidas com os agricultores e associações da região. Os dados foram obtidos por meio de entrevista com membros das diretorias das cooperativas e de visitas *in loco*, para reconhecimento das estruturas constitutivas, além do acompanhamento de reuniões e assembleias.

Optou-se por transcrever integralmente os discursos dos atores da pesquisa, com o intuito de tornar clara a posição dos sujeitos e proporcionar fidedignidade às suas falas, promovendo uma interlocução com a teoria que sustenta a investigação e os eventos revelados no campo. As falas dos interlocutores serão destacadas em *itálico*, transcritas de forma mais fiel possível e, quando necessário, apresentadas com recuo. A escolha por uma perspectiva expositiva/demonstrativa dos atores se justifica pela intenção de concentrar nossas análises e intervenções nas conclusões do trabalho.

6.2 COOPAPI – Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável

Segundo Torres (2013), a Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento sustentável – COOPAPI foi fundada em 03 de abril de 2004, como resultado de um trabalho de base de 10 anos desenvolvido pela Associação de Miniprodutores de Córrego e Sítios Reunidos – AMPC e pela Associação Apodiense de Apicultura – ASSAAP. Seu principal objetivo era promover o desenvolvimento da apicultura e de outras cadeias produtivas da agricultura

familiar, bem como buscar assistência técnica e investimentos para o aprimoramento dos processos produtivos locais.

De acordo com os nossos interlocutores, a COOPAPI representa o estágio final de um longo trabalho de organização coletiva realizado por associações comunitárias da Região da Areia, especificamente na comunidade de Córrego, iniciado na década de 1980. A cooperativa surgiu com o propósito de estruturar a produção local, destacando-se na organização da produção de caju e castanha. Como apresentado em seções anteriores deste estudo, a COOPAPI é fruto de um arranjo organizacional que reúne diversos atores locais, articulando esforços em prol do fortalecimento comunitário e da sustentabilidade econômica.

Ao longo de décadas, COOPAPI expandiu sua atuação para atender agricultores de diferentes comunidades rurais do município de Apodi. Por suas características estruturais, pode ser classificada, segundo as definições apresentadas anteriormente, como uma cooperativa de produção, compra e venda, com foco nessas atividades específicas. A COOPAPI é

uma cooperativa de produção, ligada a agricultura familiar. O principal realmente é a gente trabalhar a produção dos nossos cooperados, principalmente o excedente, as vezes tem um mercado e seu cooperado não consegue suprir você também pode adquirir o excedente junto a outros fornecedores que não tem o hábito de cooperado. A natureza é realmente isso: comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, em uma linguagem da Receita federal (Presidente da COOPAPI, 2021).

A cooperativa é constituída organicamente por 155¹⁴ cooperados, distribuídos em todas as regiões do município de Apodi – Chapada, Vale, Areia e Pedra –, além de alguns municípios vizinhos. Em períodos mais favoráveis, tanto política quanto economicamente, no âmbito local e nacional, a cooperativa chegou a contar com 277 cooperados, abrangendo mais de 10 municípios circunvizinhos. Essa redução no número de cooperados é atribuída, principalmente, aos longos períodos de estiagem que afetam drasticamente a produtividade na região, bem como à descontinuidade¹⁵ geracional, uma vez que, após o falecimento de membros mais antigos, suas famílias optaram por não dar prosseguimento às atividades na cooperativa.

¹⁴ Vale salientar que os dados apresentados correspondem ao período em que realizamos nossas investigações. Alterações no número de cooperados podem ocorrer, tanto para mais quanto para menos, especialmente no momento em que finalizamos este trabalho.

¹⁵ De acordo com nossos interlocutores, a não continuidade das famílias cooperadas é um dos principais desafios enfrentado pelas cooperativas. O envelhecimento das lideranças locais, aliado à falta de engajamento das gerações mais jovens com o ideal associativo e cooperativo, tem dificultado a manutenção do quando de cooperados ao longo do tempo, gerando impactos negativos para a sustentabilidade da cooperativa como um todo.

A região da Areia destaca-se como a que possui o maior número de cooperados no município de Apodi. “Foi onde começou todo o movimento, é natural que seja lá mesmo”, conforme salienta nosso interlocutor (Presidente da COOPAPI, 2021). Esse fato evidencia, em consonância com Santos (2006), a força do lugar no enraizamento dos sujeitos e o sentimento de pertencimento à comunidade.

Estruturalmente, na zona urbana da cidade, a cooperativa dispõe de um galpão conjugado com um escritório e uma loja, onde são comercializados os produtos produzidos pelos cooperados. O galpão é utilizado por meio de um acordo de cessão com o poder público federal, em regime de comodato junto à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, vigente há cerca de 15 anos. Em contrapartida pela utilização da área, a cooperativa é responsável pela conservação e manutenção da estrutura física do prédio, incluindo reparos, pintura e despesas com água e energia. O contrato de comodato é renovado a cada quatro anos.

Como patrimônio próprio, a cooperativa possui uma área de um hectare (100x100 metros), onde está em fase final de construção um entreposto de beneficiamento de mel. Segundo nosso interlocutor, a estrutura, incluindo equipamentos, representa um investimento aproximado de um milhão e meio de reais. Os recursos para a construção foram obtidos por meio de créditos bancários e auxílios financeiros do poder público.

Figura 03 – Entreposto de Mel e Cera - COOPAPI



Fonte: acervo da pesquisa (2021)

Ao lado do entreposto, há uma área destinada a uma pequena unidade de beneficiamento de polpa de frutas, cuja construção e maquinário custaram aproximadamente 150 mil reais.

Nessa mesma área, também se encontra uma estrutura para padronização e empacotamento de castanhas. Os equipamentos e a estrutura foram financiados por meio de uma parceria com o Banco do Brasil. A cooperativa conta ainda com uma pequena frota de veículos, composta por um caminhão-baú, utilizado no transporte de mel, e dois automóveis de pequeno porte.

Conforme mencionado pelo Presidente da COOPAPI (2021), ao longo dos anos, foram implementadas ações voltadas ao aprimoramento dos equipamentos e à renovação e diversificação das culturas, realizadas em parceria com diferentes atores. Como exemplo:

aquisição de equipamentos, fazendo a modernização, o que a gente pega a gente investe. As vezes distribui sobras outras não. Esse ano, por exemplo, teve uma pequena sobra, pouco mais de 3 mil, optaram por investir em estrutura. Antigamente era tudo manual, hoje não é mais. Adquirimos um equipamento de 40 mil, terminamos de pagar no mês passado. Consideramos também como estrutura as nossas parcerias, temos uma com uma produtora de cosméticos francesa. Temos viveiros de mudas. Há 15 anos atrás era muito comum os produtos de péssima qualidade, a castanha com mais de 30 anos, passando do ciclo produtivo, e a gente inovou tudo. A seca também contribui muito, dizimou parte disso. Inclusive uma estratégia forte da cooperativa, que contamos como estrutura também, são os quintais produtivos, foi uma inovação pós-estiagem. Tínhamos cooperados com 50 mil mudas de cajueiros, mas só tinha caju, por isso passava por muitas dificuldades na seca. Agora no lugar das grandes áreas trabalhamos pequenas áreas diversificadas: castanha, mel, hortaliças, feijão, banana, batata, é muito mais viável do que se ter uma grande estrutura só com um produto. É muito comum encontrar em todas as regiões encontrar essa diversificação.

No entanto, afirma o interlocutor: “o nosso maior capital é o capital social” (COOPAPI). Os cooperados são o sustentáculo da cooperativa, pois, sem a participação ativa dos atores, os equipamentos, maquinários e estruturas físicas seriam apenas monumentos amorfos.

A diretoria é formada organicamente por um presidente e seu vice, um secretário e um tesoureiro, cada um com seus respectivos vices. O presidente é responsável por representar a cooperativa, enquanto a secretaria organiza atas, documentos e contatos. Já a tesouraria, que colabora diretamente com a presidência, é supervisionada por um conselho fiscal composto por membros efetivos e suplentes. A diretoria é regida tanto pelo estatuto da cooperativa quanto pela assembleia, que tem o poder de aprovar ou reprová-la coletivamente as demandas apresentadas.

De acordo com a COOPAPI (2021), “esse capital de organização das pessoas é muito forte. As assembleias, realizadas uma ou duas vezes por ano, incluem a assembleia ordinária, que é legalmente obrigatória. Quando esta não é suficiente para discutir as demandas existentes ou novas demandas surgem, convoca-se uma assembleia extraordinária”.

Na parte organizacional, a cooperativa se subdivide em departamentos: o Departamento da Cajucultura, o do Apicultura, o de Grãos (responsável por culturas como feijão e arroz) e o Departamento de Educação. Este último desempenha um papel fundamental ao promover cursos e formações voltados para as realidades locais dos cooperados. Trata-se de um dos principais departamentos da cooperativa, pois incentiva o aprimoramento das práticas produtivas e fortalece os laços cooperativos e associativos.

Segundo um dos nossos interlocutores, no Departamento de Educação

temos professores especializados. O objetivo promover formação técnica a partir de uma realidade local, não com uma realidade lá do Sul, com as necessidades da própria comunidade. Como por exemplo: fazer planilhas, analisar custo de produção, custo com pessoal, a ideia é que as pessoas aprendam a fazer uma ata, um ofício, organizar uma planilha de custo de produção, custo de venda. Não adianta fazer formação com realidades de outras regiões, uma realidade que não é a nossa. A ideia desse departamento é essa. Nós já fomos polo por cinco anos da ETEC – Escola Agrícola Jundiá – parceria costurada com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Tínhamos o curso de comércio exterior, cooperativismo, agroindústria e informática. Tivemos várias turmas. Posteriormente, com a entrada de um governo com outras perspectivas, o polo é desativado. É função desse departamento trabalhar os princípios do cooperativismo: formação e informação, para que um cooperado lá do campo entre por essa porta agora e diga: “rapaz o preço do mel vai cair agora porque o dólar baixou”. Isso pra nós é muito bom, porque é sinal que o cooperado está entendendo, ninguém tem que dizer a ele como é. Esse é o departamento mais importante, um espaço forte de formação e também responsável por parcerias com as Universidades, Institutos, Escolas.

Segundo a cooperativa, a participação dos cooperados é considerada muito boa. Tanto nas assembleias anuais e extraordinárias quanto nas reuniões das associações, o comparecimento é satisfatório. Nas associações, as reuniões ocorrem aos fins de semana, com um rodízio entre o primeiro sábado e segundo domingo de cada mês. Essa estratégia visa facilitar o acesso de todos os cooperados às reuniões realizadas nas comunidades. Já a direção da cooperativa reúne-se semanalmente, geralmente às sextas à tarde, para avaliar as atividades da semana e planejar as estratégias para a semana seguinte.

No que se refere à produção, o mel e a castanha de caju são os principais produtos comercializados. Com a implementação da fábrica de beneficiamento, o mel passa a ser produzido de forma fracionada: chega *in natura* nos tonéis, passa por processos de filtragem de impurezas, maturação e empacotamento. Essa estratégia busca agregar valor ao produto e facilitar sua inserção no mercado. Além do mel e da castanha de caju, considerados os produtos

mais importantes, a polpa de fruta também ganha relevância, especialmente para a comercialização no que a cooperativa denomina *mercado institucional*¹⁶.

O mercado institucional consiste na venda direta de produtos ao Estado, por meio da participação em editais e chamadas públicas. Os principais compradores são o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA. Com o entreposto de beneficiamento de mel, a produção de castanhas beneficiadas e a polpa de frutas, vislumbra-se a ampliação para outros mercados, como supermercados e o comércio varejista.

Figura 04 – Mel e polpa de fruta – COOPAPI



Fonte: acervo da pesquisa (2021)

Os produtos acima são considerados pela cooperativa como os principais, os mais comercializados e, conseqüentemente, os de maior saída. Nas palavras da cooperativa, eles representam o carro-chefe da produção. Entretanto, a diversidade produtiva da zona rural possibilita a comercialização de diversos outros itens, como arroz vermelho, feijão, batata, banana, frutas e hortaliças.

É importante ressaltar que a comercialização é realizada com o excedente da produção camponesa. A prioridade é assegurar a segurança alimentar dos agricultores, garantindo que sua produção atenda às necessidades básicas antes de gerar renda. Mesmo quando a cooperativa não atua diretamente na mediação de compra e venda, os agricultores conseguem aproveitar a produção para obter retorno financeiro. Conforme destacou a COOPAPI (2021):

¹⁶ Discutiremos de forma mais aprofundada a perspectiva do mercado institucional para as cooperativas em linhas posteriores.

praticamente tudo que cooperado produz nós comercializamos, agora deixando muito claro que é o excedente, a gente não orienta as pessoas produzirem, deixar de se alimentar para vender. A ideia não é essa, a ideia é comer bem, se alimentar bem, alimentar os animais e o excedente comercializar. Em alguns quintais os produtos são pra consumo mesmo. Tem quintal que nos fornece mel e fruta, outros produzem hortaliças diversas. o cooperado tem a liberdade de vender direto ao consumidor, deixamos bem à vontade, e isso é bom pois possibilita várias alternativas. É uma questão de libertação também, não tem um padrão a seguir, de ficar preso, a gente não quer isso, quer que as pessoas entendam a forma de organização que facilita a compra, que entenda a compra de insumo, embalagem. O mel se você tiver 500kg de mel pra vender é um preço e se tiver 20 mil kg é outro preço. Se for comprar uma coisa, se for em quantidade tem um preço diferente, porque tem um menor custo pra pegar. O papel da gente é mediar, conseguir o melhor mercado para o nosso cooperado.

Em assembleias realizadas na sede do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi, podemos constatar uma forte participação dos cooperados, bem como, observar a prestação de contas que demonstra uma certa saúde financeira da cooperativa, o que comprova que a organização, mesmo em anos adversos de pandemia e do estrangulamento das políticas públicas, proporcionou o desenvolvimento comercial da cooperativa, sobretudo com os mercados institucionais. Conforme demonstra a tabela abaixo:

Figura 05 – Prestação de contas da COOPAPI (2021)

PROJETO EXECUTADO

- Projeto PAA polpa de frutas CONAB/COOPAPI/ASSISTENCIA SOCIAL16/02 a 24/11 2021 (11.100 kg).

Valor R\$ 72.858,80

- Compra direta 06/07/2021 a 27/10/2021

5.099 kg de polpa de frutas

500 kg de mel em sache

Valor R\$ 44.487,50

Feijão macassar 11.982,00 kg

Arroz vermelho: 10.200 kg

Mel: 33.929,85 kg

Total em R\$ 504.782,18

(ato cooperado 18.043,35 Valor Total Geral: 267.100,68)

TOTAL 52.940,68 KG de frutas

Total em R\$ 184.855,37

Fonte: Assembleia Geral, COOPAPI (2022)

6.3 COAFARN – Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte

A COAFARN é uma iniciativa com o objetivo de reunir cooperativas de todo o Estado do Rio Grande do Norte, facilitando a comercialização da produção dos camponeses de diversas regiões. Trata-se de uma cooperativa formada por outras cooperativas.

A sede da COAFARN está localizada na capital do Estado, Natal. De acordo com nossa interlocutora, a escolha da cidade para sediar a cooperativa se deve a uma série de fatores. Os mais relevantes são, em primeiro lugar, a proximidade com as instituições do Estado nas esferas estadual e federal, e, em segundo, a abrangência do mercado consumidor, visto que a região metropolitana de Natal concentra a maior população do Estado, configurando-se, assim, como uma área estratégica para as atividades da cooperativa.

De maneira geral, a COAFARN pode ser caracterizada como uma cooperativa de produção e comercialização. Em uma retrospectiva, nossa interlocutora destaca que a cooperativa

reúne 11 cooperativas de todo o Estado. Nasceu na Região Oeste Potiguar, foi criada, inicialmente a partir de 03 cooperativas: Apodi, açu e Pureza. Posteriormente integramos Mossoró ao nosso quadro. Atualmente comporta por 11 cooperativas que reúne mais ou menos 1700 famílias. Através dos debates com as cooperativas fundantes, pensa-se inicialmente na possibilidade de estabelecer uma cede em Apodi, contudo Apodi não havia mercado suficiente. A partir disso a cooperativa muda-se para Natal, por ser a região onde o mercado se concentra de forma mais volumosa. Como consequência da fixação de uma cede em Natal, há o alargamento de possibilidades de negócios, tendo em vista que antes disso só vínhamos a Natal resolver problemas administrativos, depois que conseguimos ocupar um espaço construído no governo Lula, sem que nunca houvesse sido utilizado, hoje é o espaço da agricultura familiar no Estado. Fica localizado ao lado da CEASA, um lugar estratégico, cinco mil metros quadrados de área total, câmara fria, com toda estrutura. A gente assumiu na pior época, durante o impeachment da Presidenta Dilma. Em consequência disso, e com a possibilidade de abandono da estrutura, propomos e apresentamos o projeto para assumimos o espaço. Em um primeiro momento foi feito um convênio de 10 anos, hoje é a cede da nossa central: CECAFES – Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Estamos mudando esse nome para Mercado Potiguar da Agricultura (COAFARN, 2021).

A exemplo da COOPAPI, o principal mercado da COAFARN é o institucional. Embora a cooperativa possua potencial para as vendas no varejo, ela enfrenta obstáculos que dificultam a venda direta ao consumidor. Segundo a presidenta da COAFARN

sabe o potencial que tem o varejo, nós temos uma feira diária de segunda à sábado, temos uma estrutura com bancas, lojas, só que trazer clientes para dentro da central sem ter uma assessoria de imprensa, de comunicação, ninguém trabalhando isso, não é fácil. Acaba que nossa clientela varejista é composta majoritariamente por pessoas das universidades, dos institutos federais. Ainda não temos uma clientela de venda direta ao consumidor, embora a gente faça cesta de entregas a domicílio, o volume de vendas ainda não é suficiente pra dizer que toda a produção das cooperativas seja vendida ao consumidor, sabemos que isso seria o ideal. Quando viemos para a capital do Estado, já havíamos feito o planejamento do potencial que tinha o mercado institucional que a capital concentra. Sabíamos que é onde estão as forças armadas, universidades, o maior número de alunos está na capital e região metropolitana. Fizemos um estudo do PNAE há seis anos atrás, quase 70% de todo os recursos do PNAE se concentram em 5 municípios: Natal e Grande Natal, mais Mossoró e Caicó, além de Currais Novos. Estávamos em Apodi, operando em 40 municípios somente, uma logística louca e custosa, atendendo o Auto Oeste e o Médio-Oeste, 40 municípios com pouco mais de 200 escolas: uma fazia um pedido de 200 reais, outra de 100 reais por semana, no final tínhamos mais custos do que lucro. Então quando optamos de se estabelecer na capital, focamos no mercado institucional porque sabíamos que tinha volume, já havia sido estudado. Nesse interim, conseguimos fechar contrato com Marinha, Exército, no primeiro ano fechamos um contrato de pouco mais de 500 mil com o exército. Fizemos parceria com SEBRAE para que pudéssemos concorrer aos editais. Com esses contratos em exercício conseguimos pagar a logística para ter os produtos nas bancas diariamente e em contrapartida gerar renda para os produtores da base produtiva.

A cooperativa está há quatro anos operando na capital do estado. Nesse intervalo, e mesmo com a crise gerada pelo período pandêmico, a cooperativa realiza entregas regulares de 23 mil quilos de batata, 25 mil quilos de macaxeira e 12 mil quilos de feijão para diversas instituições, sendo as escolas o principal mercado.

Os produtos comercializados pela cooperativa provêm da agricultura familiar de todo o interior do estado do Rio Grande do Norte. Através da rede de cooperativas, os produtos são adquiridos e, de acordo com a COAFARN, em uma relação de confiança típica das organizações cooperativas e associativas, como já demonstrado no decorrer da nossa revisão teórica, conseguimos

juntar tudo isso sem pagar 1 real adiantado ao agricultor, só na confiança. Os agricultores são as pessoas responsáveis por estarmos aqui, eles acreditam, mandam a produção para que somente depois da venda efetuada nós efetivamos o pagamento. Então, essa consciência da necessidade da venda pela cooperativa, muitas vezes o preço, por exemplo, essa venda agora o preço tá bom, mas nós temos contratos que o preço está abaixo do preço do mercado, mas o contrato é de longa data e conseguimos cumprir. O compromisso dos agricultores com a nossa cooperativa é fantástico.

Estruturalmente, a cooperativa está estabelecida em um espaço de cinco mil metros quadrados, com área externa, estacionamento e uma parte do piso inferior composta por quarenta bancas de feira, uma feira coberta e um espaço fechado. Em um outro piso, há boxes de produtos regionais, como doces, castanhas, queijo e artesanato. A cooperativa conta ainda com dois restaurantes e uma praça de alimentação. O estoque é equipado com três câmaras frias e uma plataforma de carga e descarga, onde os caminhões chegam, carregam e descarregam com facilidade.

Na parte superior do prédio, há uma área administrativa e de treinamento, composta por um auditório com capacidade para 200 pessoas, um mini-auditório com capacidade para 60 pessoas e várias salas executivas. Dentro da estrutura, funciona uma secretaria de Estado na parte superior. Em razão da pandemia e da impossibilidade de utilizar a estrutura para a realização de eventos, parte do espaço foi cedida a uma secretaria de Estado.

A estrutura física pertence ao poder público, e a ocupação do espaço é feita por meio de cessão, negociada com os entes envolvidos. No processo de negociação, ficou estabelecido que a energia elétrica seria responsabilidade do Estado. Contudo, devido aos processos burocráticos, há situações em que a cooperativa arca com esse custo, e posteriormente o Estado faz a recomposição do valor. Os custos totais com a estrutura física da cooperativa chegam a aproximadamente cinquenta mil reais mensais, sendo que, só de energia elétrica, são doze mil reais. O Estado contribui com uma contrapartida pela utilização do espaço, e o restante dos valores pagos provém da arrecadação com taxas de serviços, como estacionamento e aluguéis dos boxes, entre outros.

Todas as culturas e produtos disponibilizados pelas comunidades camponesas são comercializados pela cooperativa. O carro-chefe para o mercado privado é o mel e a castanha. A castanha, no RN, é vendida exclusivamente nos boxes de venda ao consumidor e nas lojas da rede Xique-Xique. O restante é comercializado com outros estados. Para o mercado privado, o produto principal é a castanha, enquanto para o mercado institucional, são comercializados a galinha caipira, ovos, hortaliças, polpas de fruta, dentre outros produtos. Isso demonstra a diversidade e as potencialidades produtivas da agricultura familiar a nível estadual.

Um fato peculiar da cooperativa é a forma de participação dos cooperados. Ela funciona como uma cooperativa composta por outras cooperativas: uma cooperativa central, responsável por questões organizacionais, logísticas e jurídicas, de forma mais centralizada, e outras cooperativas singulares distribuídas por todo o estado. As reuniões para a tomada de decisões são realizadas com os presidentes das cooperativas singulares. Por reunir 11 cooperativas de

todo o estado, a cooperativa central realiza assembleias regulares, compostas pelos presidentes das cooperativas singulares e seus respectivos suplentes. A cooperativa central também participa das assembleias de todas as cooperativas singulares.

Segundo a COAFARN, um dos maiores desafios da cooperativa é

não concorrer com cooperativas as singulares, tentar dividir os pedidos para que todas de alguma forma sejam contempladas. Por exemplo, se recebemos batata de uma cooperativa, essa já não pega o feijão, vai dar prioridade para outra. Tentamos dividir os pedidos com todo mundo para não gerar concorrência, tendo em vista que o objetivo é a cooperação. Quando tem um edital em que uma singular tem condições de concorrer a gente apoia e não concorre. As vezes a central fica somente com a parte logística, distribuição, essas coisas. Nós vamos fazendo esses arranjos. Não é fácil equilibrar, tem horas que pega fogo [risos] mas a gente tem essa preocupação de atender todo mundo.

Outras dificuldades podem ser apontadas nos depoimentos de nossos interlocutores, como a dificuldade em

mediar os conflitos entre as cooperativas, mitigar a competição incentivando a cooperação. Mas em todas as reuniões, assembleias, nós já levamos o planejamento para atender todas as demandas. Mas como eu falei, a gente tenta mediar. É muita dor de cabeça fazer essa mediação. Outro obstáculo é conseguir um mercado que garanta um valor onde a gente consiga deixar uma margem para a cooperativa local, pagar a logística do local até Natal, de Natal até a entrega. Administrar essas margens é um desafio danado. Porque não é justo que a cooperativa local não fique com nada. Por exemplo, a cooperativa ganha uma chamada, a cooperativa compra o feijão do agricultor, quantos por cento vai ficar no caixa dessa cooperativa, para a central, sem deixar o preço tão baixo? Isso é muito complicado. Por isso que a gente se dedica tanto ao campo das compras públicas, que tem um preço melhor. O atravessador tá pagando no Kg de batata doce a 1,50, nós estamos vendendo o Kg de a 3,30, então temos uma margem de lucro para deixar para o agricultor e para central. Tem essa diferença, a gente não pode pagar o preço do atravessador, mas também não pode deixar a cooperativa e os agricultores sem margem senão não se paga nem as despesas de pessoal, transporte etc, principalmente agora que tá tudo muito caro: embalagem, deslocamento, tá tudo caro, tudo subiu e as vezes o produto não suporta. Por exemplo, o preço final da castanha a gente vendia o kg 57 antes da pandemia, continuamos vendendo de 57, mas quantas vezes já subiu as coisas que a gente usa? Isso vai diminuído as margens. E o consumidor final não suporta mais esses aumentos, isso no caso desse produto.

6.4 COOPERXIQUE – Cooperativa de comercialização solidária Xique-Xique

Antes de fazermos uma exposição mais detalhada sobre a COOPERXIQUE, convém esclarecer que a cooperativa não está sediada no município de Apodi-RN; esta foi mais um dos gratos achados que o campo nos forneceu. A COOPERXIQUE tem sua sede física e administrativa localizada no município de Mossoró, a segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Norte, situada a aproximadamente 70 km da cidade de Apodi.

Como temos pontuado desde o início, a ruralidade do município de Apodi é constituída pelo que temos chamado até aqui de rede associativa, assistida por uma outra rede cooperativa composta por instituições que ultrapassam os limites do território municipal, alcançado proporções regionais e até mesmo estaduais. Nos deparamos com a COOPERXIQUE, cuja logo está exposta a seguir na Figura 06, quando realizávamos o trabalho de campo na Região do Vale do Apodi, mais especificamente com os agricultores produtores de arroz vermelho do Vale.

Figura 06 – Logomarca da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária



Fonte: acervo da pesquisa, (2022)

Na ocasião, a cooperativa se propunha a resgatar a organização da Associação dos Produtores de Arroz Vermelho do Vale do Apodi, que, devido a uma série de questões que expomos mais adiante neste trabalho, estava abandonada. A cooperativa vem ao auxílio dos produtores de arroz com a perspectiva de restaurar a organização social e produtiva desses sujeitos, por meio da implementação da política de produção agroecológica para a certificação orgânica da produção de arroz. Embora seja uma cultura agrícola tradicional no município de Apodi-RN, ainda se fazia com práticas convencionais de produção, utilizando agrotóxicos e fertilizantes químicos.

A COOPERXIQUE, enquanto cooperativa, surge de um processo de auto-organização da Rede Xique-Xique, uma franquia de organização social originada no movimento feminista em Mossoró, atualmente operando em todas as regiões do Estado do Rio Grande do Norte. Atuando em diversas frentes, a Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária inicia o processo organização social com mulheres da cidade e do campo, com o objetivo de proporcionar independência financeira, política e existencial a mulheres consideradas, tanto no campo quanto na cidade, um grupo vulnerável em razão da estrutura patriarcal característica da sociedade brasileira.

Tudo começa, como afirma nossa interlocutora, “*com grupo de mulheres decididas a vencer, ligado ao centro feminista*” (COOPERXIQUE, 2022). A Rede Xique-Xique nasce desse grupo de mulheres, oriundo da comunidade de Mulunguzinho, zona rural de Mossoró. Hoje, essa comunidade é um exemplo de organização social no campo. O grupo de mulheres administra uma unidade de produção de polpa de frutas e organiza a comunidade na perspectiva da produção agroecológica consorciada, diversificando culturas, como as de sequeiro em consórcio com outras, a exemplo do algodão, macaxeira, frutas e hortaliças. Além disso, o grupo de mulheres administra uma espécie de banco popular que concede empréstimos aos membros da associação comunitária a uma taxa de juros simbólica, de aproximadamente 1,5% ao ano. Segundo o grupo, mais de 100 mil reais em empréstimos são movimentados atualmente dentro da comunidade.

A cooperativa surge de um amplo processo de organização que produtores, consumidores e técnicos, com o propósito de criar um espaço comercial a serviço do pequeno produtor rural. Em 2003, foi estabelecido um espaço de comercialização solidária no município de Mossoró. Nesse espaço, os produtos das cooperativas, associações e unidades familiares eram disponibilizados. Hoje, ele é conhecido como a Bodega da Rede Xique-Xique de Economia Solidária, comercializando produtos provenientes de todas as regiões do Estado. Do município de Apodi, *locus* desta pesquisa, são vendidos produtos como arroz vermelho, produzido no Vale; queijo oriundo da região da Pedra; mel de abelha e castanha de caju, da Região da Areia; além de frutas e hortaliças diversas provenientes de outras áreas do território de Apodi.

A cooperativa nasceu da necessidade de oferecer ao pequeno produtor rural uma alternativa para gerar renda com os produtos de suas unidades de trabalho e vivência, eliminando a figura do atravessador. Este, por sua vez, costuma adquirir os produtos a preços inferiores aos praticados no mercado, além de não estimular a solidariedade nem a organização

social e política entre os agricultores. De acordo com a interlocutora “os agricultores familiares da região tinham produção e as pessoas não tinham como escoar, como vender. Daí a necessidade de construir um ponto fixo de comercialização em Mossoró” (COOPERXIQUE, 2022).

Inicialmente, o público da cooperativa era formado por consumidores ligados às universidades e profissionais interessados em produtos agroecológicos. Com o fortalecimento da cooperativa, a comercialização foi ampliada para atender instituições comerciais e o mercado institucional. A cooperativa desenvolve suas atividades com base em princípios agroecológicos, organizando a produção rural por meio da agroecologia e da agricultura familiar. Essa abordagem busca uma produção limpa, que respeite o meio ambiente, enquanto promove a economia solidária, fundamentada em processos democráticos de tomada de decisão, transparência, preços justos e autogestão.

A Rede Xique-Xique conta com aproximadamente 400 associados distribuídos em todo o Rio Grande do Norte, enquanto a COOPERXIQUE possui cerca de 105 cooperados. Todos os municípios atendidos pela rede têm direito à representação e participação nas decisões organizativas e comerciais.

A natureza jurídica da cooperativa é voltada a comercialização e produção, abrangendo desde alimentos básicos, como feijão e arroz, até produtos artesanais. Em conformidade com sua prática democrática de gestão e devido à sua extensão, são realizadas reuniões mensais nos núcleos de cada município. Além disso, os conselhos fiscal e deliberativo também se reúnem mensalmente. A assembleia anual de prestação de contas ocorre desde que o *quórum* mínimo exigido pelo estatuto seja alcançado.

A estrutura da cooperativa inclui uma sede onde estão localizados a Bodega de comercialização, o escritório da associação e o escritório da cooperativa. Na comunidade de Mulungunzinho, opera a unidade de beneficiamento de polpa de frutas, gerida e operada por mulheres. Complementando a infraestrutura, a cooperativa dispõe de três veículos: um adquirido em parceria com o governo do Estado, destinado à comissão de certificação orgânica; uma picape Strada da unidade de polpa; e um veículo responsável para transporte de produtos. Um caminhão, viabilizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar –SEDRAF, também está em fase de aquisição.

A cooperativa comercializa todos os produtos da agricultura familiar, nas palavras da nossa interlocutora

só não comercializa o que a agricultura familiar não produz, aquilo que não dá aqui, não é típico das nossas culturas locais: maçã, batata inglesa etc. Todos os tipos de hortaliça produzidas pelos agricultores são comercializamos: coentro, alface, cebolinha. Temos também unidades produtivas de ovos, estamos inclusive em processo de implantação de uma casa do ovo com auxílio de financiamento pelo Banco do Brasil. Temos os frutos do mar das mulheres marisqueiras etc.

As falas apresentadas exemplificam a capilaridade e a envergadura organizativa da cooperativa, que se estende do litoral ao sertão, integrando pequenos núcleos produtivos. Essa abrangência evidencia a rica diversidade da produção da agricultura familiar no Rio Grande do Norte, além disso de destacar a importância da organização para os pequenos produtores. Por meio dessa estrutura, esses produtos conseguem superar condições de subalternidade e invisibilidade, tornando-se protagonistas ativos não apenas no processo de produção, mas também como sujeitos participativos e visíveis na cadeia produtiva.

Figura 07 - Produtos Comercializado Pela Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária



Fonte: acervo da pesquisa, Mossoró (2022)

Entre as principais dificuldades enfrentadas na organização da rede e no desenvolvimento das atividades comerciais da cooperativa, a logística se destaca como o maior desafio. Essa complexidade decorre de diversos fatores, visto que

cada região tem uma produção, por exemplo, tem região que produz batata, mas a compra exige melancia, aí eu vou levar melancia daqui pra outra região. O arroz vermelho, só Apodi produz. Para ir buscar ou deixar, dependendo da região, sai mais caro, então, resolver essa logística ainda é um desafio. Nós temos tudo, mas em territórios diferentes. E para a nossa capacidade e estrutura, que ainda é limitada nesse aspecto, dificulta organizar essa logística (COOPERXIQUE, 2022).

Outros desafios também se apresentam, como a necessidade de desenvolver embalagens adequadas, incluindo a logomarca da rede para produtos como o feijão e arroz com certificação orgânica. Além disso, destaca-se a dificuldade de convencer os agricultores da importância de padronizar os produtos, garantindo que não sejam transportados de forma inadequada ou embalados à revelia. É fundamental compreender que a apresentação da qualidade visual dos produtos são requisitos essenciais para atender às demandas de um mercado seletivo e exigente. Apesar dessas questões, o maior entrave ainda é o planejamento e a gestão logística, que requerem uma organização mais eficiente.

Mesmo diante dessas adversidades, a cooperativa tem conseguido manter suas atividades, auxiliando os agricultores do Rio Grande do Norte no desenvolvimento e comercialização de suas produções. Durante os anos de pandemia, com o suporte das políticas públicas implementadas pelo Estado, a COOPERXIQUE conseguiu atravessar o período de crise sanitária de maneira relativamente tranquila. Segundo os dados fornecidos pela cooperativa, durante esse período crítico, a COOPERXIQUE

saiu de um valor anual de 100 mil para 1,5 milhão, cresceu o volume de vendas. Para isso desenvolvemos várias estratégias. A primeira coisa foi ter uma governadora popular com a qual se pudesse dialogar, em uma outra frente assegurar leis a nível de estado que obrigasse as instituições do Estado a comprar os produtos da agricultura familiar. Em outros Estados o governo deu o cartão para as pessoas comprarem nos supermercados, nós vendemos 27 toneladas de arroz e 19 de feijão, isso só pra um território, fora as outras cooperativas que também venderam. Nós vendemos e o governo do Estado distribuiu 700 mil cestas, isso respeitando os 30% da agricultura familiar. Vendemos 60 mil quilos de arroz, mais de 100 toneladas de farinha, feijão nem se fala. Então nós vendemos 5 mil cestas quilombolas, sendo 100% da agricultura familiar: batata, arroz vermelho, feijão, macaxeira, banana, tudo. A lei dos 30% foram muito importante. Vendemos quase 90 toneladas de semente crioula, que entrou 10 toneladas de arroz vermelho. Então foram muitas vendas das cooperativas, e não tô dizendo só a nossa. Isso 2020, em

2021 nós vendemos mais de 1,6 milhão. A gente vendeu a Fundação Banco do Brasil, através da ação “salve mais vida” - brasileiros pelo Brasil”, comprou produtos da agricultura familiar, vendemos 300 mil de cesta da agricultura familiar, além da Cáritas, que comprou 500 cestas no valor de 119 mil, ainda tem o Centro Feminista, a CPT etc.

Para além das atividades mencionadas, a COOPERXIQUE também atua como uma Organização Participativa de Conformidade – OPAC, certificadora de produção orgânica. Ao exercer essa função, a cooperativa não apenas amplia sua rede comercial e alcança novos nichos de mercado consumidor, mas também oferece aos agricultores garantias legais que atestam e validam a produção orgânica dos alimentos comercializados.

No Brasil, conforme Souza (2014, p. 59), o segmento de produtos orgânicos começou a crescer no início da década de 1990, a princípio atraindo consumidores de feiras livres com um perfil socioeconômico específico: acadêmicos, intelectuais, profissionais liberais interessados em um modelo de consumo alternativo, livre do uso de fertilizantes ou agrotóxicos. Posteriormente, essa demanda se expandiu, alcançando as grandes redes de supermercados.

Para que uma entidade se torne uma unidade certificadora, é necessário cumprir regulamentações técnicas. A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, estabelece que todos os produtores orgânicos devem seguir as normas estabelecidas por esse marco regulatório, que criou mecanismos de controle de qualidade orgânica. Além disso, o Decreto nº 7.048 incluiu as entendidas certificadoras no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, enquanto o Decreto nº 6.333 responsabiliza legalmente essas entidades pela emissão de cadastros de propriedades e produtores orgânicos certificados, conforme regulamento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. (Scallo; Pinto 2022, p. 225; Souza *et al.*, 2014, p. 61).

Os dispositivos legais preveem diferentes modalidades de avaliação para certificação orgânica:

- Certificação por terceira parte (auditoria): realizada por uma entidade independente, sem vínculo com o produtor, que emite um certificado garantindo a conformidade do produto ou processo com os requisitos estabelecidos. Esse modelo envolve custos elevados devido à necessidade de inspeções, relatórios e medições de áreas certificadas, sendo conduzido por agências locais, internacionais ou parcerias entre elas.

- Sistema Participativo de Garantias – SPG: envolve a avaliação de conformidade realizada por pares, com responsabilidade coletiva dos membros participantes. Esse sistema requer a criação de um Organismo Participativo de Controle – OPAC, legalmente credenciado

no MAPA. A certificação baseia-se na participação ativa dos atores envolvidos, fundamentando-se na confiança, em redes associativas e na troca de conhecimento.

- Organismo de Controle Social – OCS: utilizado exclusivamente para vendas diretas, não gera o SISOORG, mas emite uma declaração atestando que o produto é orgânico (Scallo, Pinto 2022, p. 256. Galhardo *et al.*, 2014, p. 40).

Ao se tornar uma unidade certificadora de produtos orgânicos, a COOPERXIQUE promove a transição para práticas agroecológicas entre seus cooperados. Um exemplo significativo é a produção de arroz vermelho no Vale do Apodi. Tradicionalmente vinculada a modelos convencionais, essa prática está sendo progressivamente adaptada para atender aos padrões de produção orgânica. Muitos cooperados do Vale do Apodi, produtores de arroz vermelho, iniciaram a transição de métodos convencionais para sistemas agroecológicos e orgânicos, reforçando o compromisso da cooperativa com a sustentabilidade e a valorização da agricultura familiar.

7 COMPOSIÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS DA RURALIDADE DE APODI, RN – AREIA, PEDRA, VALE E CHAPADA DO APODI

Antes de iniciarmos a exposição sobre a estrutura organizacional das associações pesquisadas, é fundamental destacar a relevância das mulheres na condução da rede associativa e cooperativa que compõe o campesinato no município de Apodi-RN. Entre as cooperativas analisadas, duas das três são lideradas por mulheres, um padrão que também se repete nas associações. Esse cenário evidencia os resultados da política de paridade instituída nos estatutos das cooperativas e associações, que tem promovido a ascensão das mulheres a posições de liderança. A implementação dessa política, desde as bases, tem fomentado o desenvolvimento de uma cultura de equidade, na qual mulheres e homens disputam de forma igualitária os cargos de comando dentro da estrutura organizativa da rede associativa e cooperativa.

Além disso, novas estratégias estão sendo implementadas para criar mecanismos que incentivem a permanência da juventude camponesa na liderança do movimento associativo e cooperativo. Esse desafio tem sido identificado pelas associações e cooperativas investigadas como um dos maiores entraves para o futuro do campesinato. Feitas essas considerações preliminares, apresentamos, nas seções seguintes, uma descrição detalhada da estrutura organizacional das associações, incluindo sua composição, equipamentos e capital social.

7.1 Região da Areia: Associação dos Mini Produtores Rurais de Sítios Reunidos de Córrego - AMPC

A Região da Areia está localizada em uma zona fronteira que divide os territórios dos Estados de Rio Grande do Norte e do Ceará, sendo também ligada à Chapada do Apodi. Essa região apresenta uma formação geomorfológica característica, composta por terrenos arenosos e argilosos, o que favorece a diversidade de culturas agrícolas. Além do solo propício, a área é beneficiada pelas águas subterrâneas do Aquífero Jandaíra, que fornece água de boa qualidade por meio de poços tubulares, garantindo o abastecimento das residências locais.

A associação dos Mini Produtores de Sítios Reunidos e Córrego foi fundada em 10 de novembro de 1991 com o objetivo de organizar e fortalecer a cadeia produtiva da região, abrangendo tanto a comunidade de Córrego, onde está sediada, quanto as comunidades vizinhas. As principais atividades desenvolvidas incluem a cajucultura, a pecuária e a apicultura.

Como destacado em trechos anteriores, a formação da rede associativa rural no município de Apodi ocorreu com a participação de diversos atores. Entretanto, a contribuição da Igreja Católica, orientada pela Teologia da Libertação, foi essencial para a organização dos agricultores familiares da Região da Areia. Sob a liderança do Pe. Theodoro, inicialmente foi criado, em 1988, um grupo de jovens, que, ao longo do tempo e por meio de um processo de amadurecimento, resultou na formação da associação comunitária de Córrego. A primeira reunião da associação ocorreu em 10 de novembro de 1991, na capela de São Pedro, no distrito de Córrego, e contou com a presença de 16 agricultores.

Figura 08 – Capela de São Pedro, Distrito de Córrego



Fonte: acervo da pesquisa, Apodi (2022)

A essência da coletividade é promovida desde o início da organização associativa. Com o auxílio financeiro da igreja, que custeava o material de construção, foi erguida a sede da associação comunitária em um espírito coletivista, por meio de mutirões de trabalho. Cada agricultor, como destacou um dos nossos interlocutores contribuía dentro de suas possibilidades: *“o mutirão era feito aos domingos, depois da missa, cada um dava o que podia para ajudar. a gente fazia o revezamento, quando um grupo não podia ir outro assumia, e foi assim que as coisas foram construídas”*, nas palavras do agricultor, *“todo mundo entendia, levantavam cedo e estavam aqui. Botava um feijão no fogo, com isso todo mundo era satisfeito, construindo”* (AMPC, 2022).

O processo de auto-organização da comunidade de Córrego configura-se como uma experiência embrionária. Dessa iniciativa, surgiram outras associações comunitárias em diferentes regiões rurais do município, seguindo o mesmo modelo de trabalho coletivo e contando com o incentivo da Igreja Católica. *“Tudo nascia no culto, nas festividades dos padroeiros, dentro dos grupos de jovens, a pregação não estava restrita ao mundo espiritual, a vida material devia ser também contemplada e as miséria do mundo amenizadas”*.

Atualmente, a associação é composta pelas comunidades de Córrego 1 e 2, Largo, Retiro, Lagoa do Mato, Urbano e Pé de Serra, todas localizadas na Região da Areia. Em seu auge, a associação chegou a contar com aproximadamente 400 sócios distribuídos entre as comunidades associadas. Contudo, devido à rotatividade e à não renovação de vínculos, atualmente o número de associados varia entre 150 e 200.

Para integrar a associação, é necessário assistir, no mínimo, a quatro reuniões mensais. Após esse período, o agricultor passa a considerado associado. As reuniões ocorrem no segundo domingo de cada mês, mantendo a tradição de começar logo após a missa ou novena. Para custear as burocracias às quais a associação está submetida, como despesas de cartório, contas de energia e água dos equipamentos, cada associado contribui com uma mensalidade de R\$ 4,00.

A Associação dos Mini Produtores de Córrego está devidamente legalizada, com CNPJ ativo, e trabalha para obter a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF jurídica. Esse documento possibilita a comercialização da produção agrícola familiar por meio da participação em editais públicos, com destaque para o PNAE.

A diretoria é composta por presidente e vice, tesoureiro e vice, secretário e vice, além de membros do conselho fiscal. As eleições são realizadas a cada dois anos. A composição da diretoria é diversificada, incluindo jovens, mulheres e homens. As decisões são tomadas de forma coletiva, em conformidade com os princípios do associativismo, sendo as demandas apresentadas aos membros da associação e submetidas à votação para a aprovação ou não.

Figura 09 - Reunião da AMPC - Votação sobre o arrendamento da indústria de beneficiamento de castanha de caju e outras demandas



Fonte: acervo da pesquisa, Apodi (2022)

Estruturalmente, a associação conta com uma sede física que abriga um laboratório de informática e um auditório. Além disso, dispõe de um viveiro de mudas, onde são cultivados cajueiros e outras frutas locais, uma mini-indústria para o processamento de polpa de frutas, um apiário destinado ao armazenamento de mel e um poço tubular com rede de distribuição. Também possui uma indústria de beneficiamento de castanha de caju equipada com maquinário, incluindo caldeira, forno, empacotadeira, entre outros. Atualmente, a indústria de

beneficiamento de castanha de caju encontra-se inativa, e há discussões em andamento sobre a possibilidade de arrendar o espaço para terceiros¹⁷.

Figura 10- Estrutura física da sede da associação: poço tubular, indústria de beneficiamento de castanha de caju, auditório.



Fonte: acervo da pesquisa, Apodi (2022)

As principais culturas da comunidade incluem as culturas de sequeiro, como feijão e milho, que são os tradicionais. No entanto, os produtos de maior destaque são a castanha de caju e o mel. A produção é comercializada principalmente por meio de cooperativas, com destaque para a COOPAPI, originária da região. Outras cooperativas, como a COOPERXIQUE, também desempenham um papel importante na comercialização dos produtos dos agricultores familiares da Região da Areia.

¹⁷ A proposta de arrendamento, discutida coletivamente na reunião da associação, foi aprovada pela maioria, mas somente com o compromisso assumido pelo arrendatário de destinar as vagas de emprego para os trabalhadores da comunidade e a compra da matéria prima dos agricultores da região.

7.2 Região da Pedra: Associação de Santa Cruz I

A Associação da Comunidade Santa Cruz I, foi criada em 1988, como resultado de uma parceria entre a iniciativa internacional da Visão Mundial e os agricultores da região. A Visão Mundial, em um processo de auxílio ao desenvolvimento regional do Semiárido potiguar, escolheu a região da Pedra para desenvolver projetos, tendo em vista que esta é uma das áreas mais carentes¹⁸ do município de Apodi-RN.

A Região da Pedra, como nos alerta nossa interlocutora, “*é bem desafiadora*”. Na época da fundação da associação, a região não dispunha de energia elétrica, havia dificuldades no acesso à água, bem como na organização da produção, devido às limitações impostas aos camponeses ali estabelecidos. “*Com a chegada da Visão Mundial na mediação do processo organizacional dos camponeses locais, alguns avanços são alcançados*” (Associação de Santa Cruz I, 2022).

Em sua gênese, a associação era composta por 20 famílias, somando as comunidades de Santa Cruz I e II. O processo associativo se estendeu posteriormente a outras comunidades circunvizinhas, sendo a associação de Santa Cruz I a primeira composição associativa da região. Atualmente, todas as famílias que habitam a comunidade possuem participação na associação, que passa por um processo de reformulação em seu quadro de associados, com a saída de alguns membros fundadores e a entrega de novas gerações. O número de camponeses associados gira em torno de 75 a 76 pessoas, o que representa pouco mais de 30 famílias.

O processo associativo, como ocorre nas demais regiões, contempla camponeses de outras comunidades. Devido à extensão do território da região, é mais cômodo para alguns agricultores integrar a associação de Santa Cruz I do que a da comunidade em que residem. Isso ocorre, como explica nossa interlocutora, porque a “*comunidade é grande porque ela é espalhada, não é como uma área de assentamento que as casas são agrupadas, lá as casas são um pouco afastadas uma da outra, o que torna a comunidade um pouco maior*” (Associação de Santa Cruz I, 2022). A associação recebe sócios de comunidades vizinhas, como Melancias, Cápua, entre outras.

¹⁸ A carência aqui referenciada diz respeito à organização social da região. A vivência dos camponeses na área se restringia à mera subsistência, a qual era comprometida pelas condições climáticas e geográficas. Diferente de outras regiões do município, que dispõem de água em relativa abundância, na Região da Pedra a obtenção desse recurso é mais delicada, devido à formação geológica rochosa, que dificulta a perfuração de poços profundos. Embora situada nas cercanias do Rio Apodi-Mossoró, a região sempre foi mais castigada nos períodos de estiagem, devido à seca do rio. Com a construção da Barragem de Santa Cruz do Apodi, houve uma leve perenização do rio, embora com baixo volume de água.

É importante salientar que, na região de Santa Cruz, encontra-se a Barragem de Santa Cruz do Apodi. A construção da barragem foi uma tentativa dos governos federal e estadual de sob o pretexto de mitigar os efeitos da seca na região Oeste do estado. No entanto, no processo de construção da obra, promoveu-se a desapropriação de terras, com a indenização e realocação de diversos agricultores. A maioria se mudou para a cidade, enquanto outros se reestabeleceram em assentamentos na Região da Chapada. Mesmo com o remanejamento de parte da população para a zona urbana, o vínculo associativo se manteve, e os camponeses continuam participando das reuniões. Assim como nas demais associações, para se tornar um membro associado, é necessário passar por um período de participação. Os pretendentes a associados são aceitos ou não por meio de análise e votação coletiva.

A diretoria é composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiros, primeiro e segundo secretários, sempre obedecendo à paridade de gênero (um homem e uma mulher), além de um conselho fiscal, com membros efetivos e suplentes, e uma comissão de ética, juntamente com uma comissão responsável pela administração do maquinário e veículos da associação. Destacamos aqui a obrigatoriedade da paridade de gênero na composição da diretoria, resultado do pioneirismo da participação feminina na organização e na luta campesina em Santa Cruz, que elegeu a primeira presidenta de uma associação rural do município de Apodi.

No campo legal, a associação estava em processo de regularização. Em virtude da pandemia e das dificuldades para realizar as reuniões durante a crise sanitária, algumas demandas burocráticas ficaram desassistidas. De forma geral, a própria associação passa por um período de reestruturação. Como já mencionamos anteriormente, existem dificuldades de comunicação entre os habitantes locais devido à distância que separa as residências. Mesmo com o advento da tecnologia e as reuniões realizadas de forma remota, as limitações se fizeram sentir. Durante o período pandêmico, a comunicação foi realizada principalmente por meio de aparelhos celulares e aplicativos de troca de mensagens.

A participação dos associados também foi prejudicada pelo afastamento social necessário. Como destaca nossa interlocutora, “*antes da pandemia eram muito participativos. Inclusive estão cobrando muito para retornar. Eram muito participativos. As assembleias eram muito grandes*” (Associação de Santa Cruz I, 2022). As reuniões, obedecendo à mesma lógica que predomina nas demais associações investigadas, ocorrem no primeiro domingo de cada mês.

As principais culturas da comunidade são as de sequeiro: feijão, milho, sorgo, além de frutas como banana e acerola, produzidas para consumo diário, e hortaliças cultivadas nos quintais produtivos. A maioria das famílias também se dedicam à pecuária de baixa intensidade, com a produção de leite de gado, queijo de coalho e manteiga, além da caprinocultura. Isso demonstra que, mesmo com as dificuldades impostas por fatores externos, há uma diversidade de culturas na região. A produção local destina-se basicamente ao consumo familiar, de modo que a relação com as cooperativas é praticamente inexistente. A comercialização é feita diretamente pelos próprios camponeses, com alguns produtos, como leite e queijo, sendo vendidos de forma avulsa a consumidores diversos.

7.3 Região do Vale do Apodi

Optamos por investigar duas associações da Região do Vale do Apodi, o que se justifica pela relevância que essas associações ocupam dentro dessa porção territorial específica e em toda a estrutura associativa de maneira geral.

A região do Vale do Apodi está localizada ao longo da extensão do Rio Apodi-Mossoró, de onde os produtores extraem água, na maioria das vezes por meio de sistemas de vazantes, para a produção de uma diversificada cultura agrícola. A produção, como demonstraremos mais adiante, abrange desde as culturas do sequeiro, passando pela produção de arroz, até a fruticultura, com destaque para a manga, banana, cajarana e goiaba, cultivadas em abundância na região.

O movimento associativo na região promove o aproveitamento de todos os recursos disponíveis, tendo como principal objetivo otimizar a renda dos camponeses por meio de seus afazeres cotidianos e daquilo que se produz, muitas vezes desperdiçado, como as frutas de época mencionadas acima.

Consideramos de suma importância a investigação das associações que se seguem, tendo em vista a posição de destaque que ocupam na organização produtiva do campesinato local. Portanto, a escolha de duas associações da mesma região se justifica por si mesma.

7.3.1 Associação dos Produtores de Arroz do Vale do Apodi – APAVA

A associação de Produtores de Arroz do Vale do Apodi – APAVA está localizada na comunidade de Água Fria, às margens do Rio Apodi-Mossoró. A cultura do arroz é uma das

mais antigas e tradicionais da região. Os produtores se utilizam da água do rio para os alagadiços necessários ao plantio do arroz. Essa técnica pode ser implementada por meio de bombeamento por tubulação ou pela abertura de canais, por onde a água escoar e chega até os locais de plantio. A região do Vale do Apodi é reconhecida nacionalmente por ser uma das poucas regiões do Brasil a produzir arroz vermelho¹⁹.

A APAVA foi criada com o intuito de organizar a produção de arroz na região do Vale. A iniciativa de fundação da associação, inicialmente realizada de forma desorganizada, não possuía estrutura para atender à demanda dos grandes beneficiadores de arroz da região. *“Toda a produção de arroz, a compra dela, se concentrava nas mãos de uns poucos beneficiadores”* (APAVA, 2022).

A produção dos pequenos produtores, nesse contexto, perdia valor, uma vez que, ao ser destinada a terceiros, era comercializada por um preço muito inferior ao praticado no mercado. Dessa forma, a criação da associação, reunindo pequenos produtores de arroz, visa auxiliar no processo de produção e na comercialização do arroz, com a valorização do produto e o estabelecimento de um preço justo, dentro de uma lógica associativa e cooperativa.

A associação foi idealizada e concretizada entre os anos de 2012 a 2014, período em que houve a otimização da produção. De forma organizada, reuniu os pequenos produtores da região, como destaca nosso informante, *“antes de associação um alqueire de arroz, 115Kg, custava em torno de 60, 70 reais, no máximo 80, no auge na associação nós chegamos a pagar até 180, praticamente triplicando o valor a ser pago ao agricultor”* (APAVA 2022).

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB configurava-se como a principal compradora do produto. A compra visava a formação de estoques estratégicos nacionais ou a doação simultânea a diversas entidades de assistência social. Com o declínio dos programas federais de compra de alimentos, ocorreu também o enfraquecimento da associação, que, por sua vez, chegou a deixar de operar por algum tempo.

O ressurgimento da APAVA ocorreu com a criação da COOPERXIQUE, tendo, a princípio, o arroz como principal produto. A comercialização foi retomada e o processo organizativo tomou novos contornos. *“Foi praticamente começar do zero”* (APAVA, 2022). A retomada se deu entre os anos de 2020 e 2021. A comercialização foi feita por intermédio da

¹⁹ O arroz vermelho é uma variante do arroz branco. De acordo com Marchezan (1994), o arroz vermelho pertence à mesma espécie do arroz cultivado (*Oryza sativa L.*), enquanto outros estudos relatam que o arroz vermelho se originou do complexo grupo de arroz selvagem *Oryza sativa var. fatua*, que se modificou por hibridação natural com cultivares comerciais.

cooperativa, uma vez que a associação se encontrava em processo de reestruturação, também no campo legal, o que a impossibilitava de fazer a comercialização.

O processo de reorganização do modelo associativo é fundamental para recolocar os agricultores como atores ativos na produção. Os preços elevados praticados no mercado, em virtude de uma inflação vertiginosa que recai sobre os alimentos, têm exigido maior produtividade, o que acaba por atingir negativamente o pequeno produtor. Muitos, como destaca nosso interlocutor, *“acabam, devido ao alto índice de preço, que muitas coisas estão subindo, muitos produtores deixaram de produzir, estão produzindo milhete²⁰ agora”* (APAVA, 2022).

No auge do processo associativo, a APAVA chegou a ter cerca de 200 associados distribuídos por todo o Vale do Apodi. Atualmente, em virtude dos eventos mencionamos anteriormente, a associação é composta por 14 produtores (quatorze famílias), com a possibilidade de expansão a curto prazo.

Com a chegada da COOPERXIQUE, impôs-se a necessidade de produção orgânica. Dos 14 associados, ou 14 famílias, 7 estão em fase de transição da cultura tradicional, com utilização de agrotóxicos e fertilizantes, para a agroecológica. Após esse período de transição, os agricultores adquirem o selo de produtor orgânico, o que abre a perspectiva de novos canais de comercialização.

A associação é composta por presidente e vice, secretário e segundo secretário, tesoureiro e segundo conselho fiscal. A diretoria é composta por 12 pessoas em sua totalidade. Burocraticamente, a APAVA encontra-se legalizada e se prepara para retomar as atividades organizativas, produtivas e comerciais. No plano associativo e deliberativo, os associados se reúnem uma vez por mês para avaliar as demandas e debater questões importantes. A reunião acontece nas segundas, terças ou quartas-feiras de cada mês. As eleições para a composição da diretoria são realizadas periodicamente, a cada dois anos, seguindo os princípios do associativismo: “Cada cabeça, um voto”, dentro de um processo de debate democrático, aberto e amplo.

Estruturalmente, a APAVA possui uma sede, construída pelo projeto desenvolvido no município PDS, que hoje se chama RN Sustentável, e uma máquina descopadeira de arroz. A sede da associação é utilizada para reuniões e para a estocagem da produção. A associação ainda não consegue fazer o beneficiamento do arroz, sendo este processo terceirizado, o que

²⁰ O milhete é uma espécie cerealífera utilizada primordialmente na alimentação animal, embora também seja empregada na alimentação humana. O plantio e a colheita desse vegetal utilizam técnicas similares às utilizadas na produção de arroz.

configura uma grande dificuldade, pois os produtores não possuem estrutura logística para o transporte, por exemplo.

Para colher o arroz, os produtores pagam cerca de 15% produção, valor que fica concentrado nas mãos dos grandes beneficiadores em troca dos serviços de colheita, descopagem e empacotamento. A associação, em parceria com a COOPERXIQUE trabalha em conjunto em estratégias para sanar esse gargalo na produção. Há projetos em desenvolvimento para criar uma marca para o arroz, com empacotamento e código de barras, o que, na visão dos produtores, reduziria a perda de valor do produto.

Além do arroz, que tem sido o principal tema da nossa exposição até aqui, a comunidade também se insere na lógica da variedade produtiva característica da agroecologia. Dentro da variedade de culturas estão a pecuária de baixo impacto, com criação de gado tanto de leite quanto de corte, culturas tradicionais de sequeiro, como feijão e milho, além de outras atividades, como hortaliças e derivados do leite, como queijo, nata, creme, entre outros. Consta-se, portanto, que há uma diversificação produtiva, embora o arroz ainda seja a cultura de maior destaque.

7.3.2 Associação do Sítio Rio Novo e comunidades adjacentes

Assim como as associações mencionadas anteriormente, o movimento associativo na comunidade do Rio Novo surgiu por influência do Pe. Theodoro. Nasceu a partir de um grupo de jovens ligados ao movimento da igreja. De acordo com o nosso interlocutor, o processo de maturação do movimento associativo na comunidade levou cerca de dez anos. Em um primeiro momento, ainda como grupo de jovens, a comunidade conseguiu construir o centro comunitário, onde são realizadas as celebrações religiosas e, atualmente, abrigam as reuniões da associação dos agricultores e agricultoras da comunidade.

O grupo de jovens iniciou as atividades em meados de 1997, e entre 2004 e 2007, após um período de discussões coletiva, a associação foi criada. O grupo era composto por 27 membros, chegando a abrigar, em alguns períodos, entre 37 e 40 jovens. A partir da transição de grupo de juventude para associação comunitária, houve flutuação no número de associados. Até a data da nossa entrevista com o presidente da associação, 36 famílias estavam associadas, o que corresponde a aproximadamente 108 associados. Segundo nosso interlocutor, a participação dos associados é boa: *“a associação é viva por causa deles. Toda vez que a gente convoca as reuniões, raramente não temos os associados presentes, sempre está pelo menos*

acima de 30 associados. Nós temos um espaço para as reuniões que está sempre ocupado. A comunidade sempre atende aos nossos chamados” (Associação Rio Novo, 2022).

Além dos agricultores que residem no Sítio Rio Novo, a associação também representa famílias das comunidades circundantes, como as de Vertente, Garrafa, São Lourencinho e São Lourenço. Para se associar, o agricultor deve preencher uma ficha cadastral com os dados dos membros da família (esposo e esposa, por exemplo). Para efetivar a adesão, é necessário que o novo associado participe de três reuniões consecutivas, sem interrupções.

Em relação à estrutura material, a comunidade possui, como já mencionado, uma fábrica de polpa de fruta equipada com o maquinário necessário para o beneficiamento, processamento e embalagem da polpa. A associação dispõe de dois carros: um para recolher as frutas nas propriedades dos agricultores para processamento e outro para entregar o produto final. Também há uma quadra de esportes, que também funciona como centro de eventos festivos e religiosos, além de uma sede para as reuniões.

As principais culturas giram em torno do arroz vermelho, uma vez que a região é pioneira nessa cultura agrícola. Com a implementação da fábrica de polpa de frutas, incentivou-se a fruticultura, além das culturas tradicionais de sequeiro, como feijão, milho, arroz e sorgo. Atualmente, a associação aposta na fruticultura. De acordo com a associação do Rio Novo (2022), *“no Vale do Apodi existe uma espécie de reforma agrária natural. O maior proprietário do Vale talvez tenha 200 hectares. Isso são dois ou três, o resto é composto de pequenas propriedades”*, o que proporcionaria boas condições para a implementação da fruticultura de forma diversificada, sem que a produção esteja atrelada aos moldes convencionais de monocultura.

No campo legal, a associação encontra-se sem pendências, com CNPJ ativo, o que possibilita a negociação da produção e permite concorrer a editais públicos. Nosso interlocutor ressalta a importância de legalidade para a associação: *“estando legalizada a associação está viva. Sem a legalização a associação não existe para o Estado, não pode participar nem concorrer as políticas públicas”* (Associação Rio Novo, 2022).

A diretoria é composta por presidente e vice, primeiro e segundo tesoureiros, primeiro e segundo secretários, sempre obedecendo à paridade de gênero (um homem e uma mulher). A diretoria inclui também o conselho fiscal, com membros efetivos e suplentes. O presidente da associação também assume o papel de gestor da fábrica de polpa, e outros membros da diretoria dividem funções com os administradores do empreendimento.

Segundo nosso interlocutor, a participação dos associados é relativamente boa, apesar da falta de atenção do poder público com a ruralidade do município. Mesmo com flutuações na participação, as reuniões mensais sempre ocorrem com boa quantidade de associados. Para manutenção, custos burocráticos e outras demandas, cada sócio contribui com uma quantia mensal de R\$ 5,00. Embora pareça um valor irrisório, a associação enfrenta dificuldades nesse aspecto. Enquanto o Pe. estava presente na cidade, ele contribuía financeiramente, trazendo dinheiro da Holanda e investindo nas comunidades, o que permitia à associação se manter viva.

A relação da associação com o poder público é tímida, começando pela prefeitura municipal. A prefeitura arca com os custos da água que beneficia a comunidade, mas, segundo nosso interlocutor, as relações não vão muito além disso. Quanto ao auxílio técnico à associação e aos agricultores, a oferta de maquinário, como trator para o corte de terra, é muito limitada. Para ilustrar a falta de política local, o agricultor relata as dificuldades de organizar a produção local com culturas variadas de frutas para alimentar a fábrica de polpa:

por exemplo, junto com a fábrica nós lançamos um projeto piloto de fruticultura, planejamos com 10 agricultores, a gente entrava com as mudas e a prefeitura entraria com preparo de solo, maquinário, e o agricultor com o cultivo e lá na frente a fábrica garantia a comercialização, a prefeitura achou interessante. mas infelizmente não saiu do papel, deixamos lá e até agora não nos deram resposta. A gente tem essa dificuldade nesse sentido, a parceria deveria ser bem melhor (Associação Rio Novo, 2022).

A nível estadual, nos últimos quatro anos, com a ascensão de um governo de bases populares, a comunidade conseguiu acelerar o processo de instalação da fábrica de polpa de frutas. “Uma conquista que se inicia em 2014 se arrastando até tempos recentes” (Associação Rio Novo, 2022). O agricultor relata que, enquanto representante, a associação foi em busca da concretização da instalação da fábrica. No processo, foi preciso “*demonstrar, explicar, a importância de uma fábrica numa comunidade rural. E conclui que em uma comunidade dentro do Vale do Apodi, mesmo com a produção de fruta limitada, a gente pensa em crescer, porque nós temos um solo fértil e muita água*” (Associação Rio Novo, 2022).

Com a interlocução da associação com o poder público estadual, o processo foi acelerado, e a comunidade conquistou os recursos e a permissão para a construção da fábrica de polpa de frutas. A fábrica, no valor de 612 mil reais, foi financiada a partir do programa Governo Cidadão.

Uma vez finalizada a instalação da fábrica, o próximo passo é a produção, comercialização e venda do produto. Um dos primeiros obstáculos foi a barreira legal que impede que a associação comercialize a polpa para o governo estadual, já que há um dispositivo legal que diferencia as figuras jurídicas de uma cooperativa e uma associação, dando vantagem às cooperativas nos processos licitatórios. Outro entrave é a dificuldade de acesso ao crédito, o que dificulta o impulso à produção, a geração de capital de giro, entre outros. Além disso, há resistência do comércio local e regional em receber a marca no mercado, devido às exigências de grandes redes de supermercados, como frizer e vendedor fixo.

Atualmente, a fábrica emprega, em média, quinze pessoas, sendo a maioria mulheres. Grande parte das trabalhadoras recebe entre 400 e 500 reais por mês. Já os vendedores, que são responsáveis por apresentar os produtos aos supermercados e ao comércio local e regional, ganham entre 1.500 e 2.000 reais mensais. Eles precisam viajar para realizar essas atividades de comercialização.

Os operadores da fábrica trabalham por produção, já que ainda não há demanda suficiente para garantir contratos com carteira assinada. Isso ocorre porque não há fluxo constante de trabalho que assegure os 30 dias de trabalho ininterruptos. Assim, a remuneração é feita com base nos dias trabalhados. As frutas utilizadas para a produção das polpas são compradas dos agricultores associados e das comunidades vizinhas. No entanto, a produção enfrenta dificuldades quanto à diversificação dos produtos, uma vez que as frutas fornecidas pelos agricultores são, em sua maioria, aquelas que se classificam como “frutas da época”, ou seja, aquelas que só estão disponíveis em determinados períodos do ano.

Segundo nosso interlocutor, a comunidade, junto com a associação, discute o desenvolvimento de um projeto de fruticultura para resolver um dos principais gargalos da produção: a falta de matéria-prima em certos períodos do ano. No entanto, o projeto enfrenta obstáculos, como a falta de apoio financeiro e técnico, o que dificulta o incentivo à diversidade produtiva. Consequentemente, isso limita o alcance produtivo da fábrica e, por fim, a sustentabilidade dos empregos, da produção e da venda dos produtos.

Figura 11 – Polpa de fruta produzida pela associação comunitária do Sítio Rio Novo



Fonte: acervo da pesquisa (2022)

Figura 12 – Fábrica de polpa de fruta. Associação Sítio Rio Novo



Fonte: acervo da pesquisa (2022)

Figura 13 – Logomarca da polpa de fruta da associação comunitária do Sítio Rio Novo



Fonte: acervo da pesquisa (2022)

No plano federal, destaca-se, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores – PT entre 2012 e 2016, o maior acesso da associação às políticas públicas. Durante esse período, a associação teve acesso a programas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, além de parcerias com a CONABE para projetos de estocagem de alimentos, entre outros. De acordo com a associação, nesse período, *“dentro do PAA trouxemos para a comunidade aproximadamente 800 mil reais, acessamos 5 PAAs. Acessamos também um “fomento mulher”, trouxemos mais de 100 mil reais, trouxemos o quintal produtivo, vários cursos: SEBRAE, SENAI, Rede Xique-Xique, enfim, foi muita coisa boa, uma enchente de conhecimento que chegou na comunidade e nos ajudou demais”,* e completa, *“infelizmente nos último quatro anos as políticas públicas deixaram de existir, principalmente nesse sentido do PAA”* (Associação Rio Novo, 2022).

7.4 Região da Chapada do Apodi

7.4.1 Associação do Projeto de Assentamento Milagres

O Projeto de Assentamento Milagres está localizado na região da Chapada do Apodi, cercado por empresas do agronegócio de todos os lados. Esta região é um território de disputas, devido às suas potencialidades naturais: terras de boa qualidade, a maior parte delas pertencente a herdeiros endividados, resultado de empréstimos bancários contraídos durante o período do latifúndio do algodão e sua falência posterior, o que facilitou a compra das terras pelo grande capital. A água é relativamente abundante, pois o território está acima do Aquífero Jandaíra,

um dos maiores reservatórios de água subterrânea do Nordeste. Além disso, a região conta com uma mão de obra farta, capaz de operar as engrenagens das empresas do agronegócio, considerando a grande disparidade técnica e financeira que separa camponeses e megaempresários do setor agrícola, além das dificuldades naturais típicas das regiões de clima semiárido do Nordeste.

O Projeto de Assentamento Milagres é o resultado de um processo de lutas que começou em meados da década de 1990. Diferente das outras comunidades mencionadas, ele surgiu diretamente da luta pela reforma agrária e segue os moldes das ações comuns dos movimentos sociais camponeses, como a ocupação de terras improdutivas, a montagem de acampamentos de lona, a tomada de estradas estaduais e federais, a ocupação de instituições públicas, entre outros mecanismos de tensionamento com entes públicos.

O acampamento do Projeto de Assentamento Milagres foi estabelecido no dia 17 de novembro de 1997. O processo de ocupação e organização dos acampados envolveu diversos atores, com destaque para o movimento sindical e a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Segundo nossa interlocutora, as reuniões para definir as estratégias de ocupação aconteciam no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi – STTR ou na casa paroquial, sempre após as missas do domingo pela manhã.

No início do movimento, 26 famílias estavam acampadas, número que se mantém até hoje na composição do assentamento. Ainda em 1997, o Instituto Nacional de Colonização – INCRA realizou o cadastramento dos acampados, dando início ao processo de desapropriação das terras e ao assentamento dos camponeses.

É importante ressaltar que, por se tratar de um assentamento de remanescentes de camponeses sem terra, os habitantes do território de Milagres ainda não possuem os títulos de terra, sendo considerados posseiros. A obtenção do título de terra é um processo longo e burocrático, que envolve a desapropriação do território, a qual fica a cargo do Estado, especificamente do Governo Federal, e está, portanto, sujeita às mudanças estruturais implementadas por cada governo, conforme o modelo de gestão adotado.

O assentamento é composto pelas mesmas 26 famílias que iniciaram a luta pela terra. Cada uma dessas famílias possui um lote individual para o desenvolvimento de suas atividades produtivas, como a criação de animais e o plantio, além de uma área coletiva. O assentamento é organizado no formato de uma vila, com as habitações dispostas em dois segmentos. Cada casa conta com um pequeno quintal, onde os camponeses cultivam o que chamam de “quintal

produtivo”, com hortaliças e frutas destinadas ao consumo doméstico. Além disso, dentro do projeto do assentamento, há áreas reservadas à preservação da vegetação nativa.

No que diz respeito à organização associativa, cada família possui uma representação dentro da associação comunitária. Os mais idosos, especialmente aqueles que já não têm condições físicas de participar, são representados por familiares próximos, como filhos e genros/noras. A diretoria da associação é composta por um presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro tesoureiro e seis membros do conselho fiscal, sendo três efetivos e três suplentes. A composição da diretoria busca garantir a paridade entre homens e mulheres, a fim de promover um equilíbrio nas representações.

Do ponto de vista jurídico, a associação está legalizada e possui um CNPJ ativo. Em termos de organização, as reuniões com os associados ocorrem toda primeira segunda-feira do mês; em casos extraordinários, as reuniões podem ser remanejadas para outro dia da semana. Segundo nossa interlocutora, essas reuniões sempre contam com boa representatividade e debates acalorados, como tivemos a oportunidade de acompanhar pessoalmente em algumas ocasiões.

Figura 14 – Reunião mensal da associação do Projeto de Assentamento Milagres



Fonte: acervo da pesquisa (2023)

As principais culturas produzidas no assentamento são as tradicionais de sequeiro, como feijão, milho e sorgo. Além disso, os quintais produtivos se destacam pelo cultivo perene de hortaliças e frutas. A criação de animais de pequeno porte, como aves e caprinos, bem como algumas poucas cabeças de gado destinadas à produção leiteira, complementa as atividades produtivas das famílias. Recentemente, a associação, em parceria com outras instituições, tem promovido a implementação do cultivo do algodão agroecológico. Essa atividade resgata uma das tradições mais marcantes da Chapada do Apodi, mas sob novos moldes produtivos. O

algodão é cultivado de forma consorciada com outras culturas, como feijão e gergelim, seguindo os princípios da agroecologia e promovendo a sustentabilidade no uso da terra.

Figura 15 – Algodão agroecológico produzido no Projeto de Assentamento Milagres



Fonte: acervo da pesquisa (Apodi, 2023)

Segundo nossa interlocutora, o algodão agroecológico possui alto valor agregado, sendo comercializado com valores superiores aos do mercado convencional. Por meio da intermediação da Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi – ACOPASA, a produção é destinada a empresas do setor têxtil localizadas nas regiões sudeste e sul do país.

O algodão agroecológico é utilizado na fabricação de calçados e vestimentas, carregando o selo de produção orgânica certificada pela ACOPASA. O processamento inicial ocorre na própria comunidade e inclui etapas como plantio, colheita, descaroçamento, pesagem, embalagem e armazenamento. O transporte e o processamento final são realizados pelas empresas compradoras.

A produção segue um modelo organizado em ciclos produtivos, envolvendo grupos específicos de agricultores a cada safra. Atualmente, dez famílias assentadas participam do cultivo do algodão. No último ciclo, essas famílias produziram mais de cinco toneladas foram obtidas após o descaroçamento. As sementes remanescentes são armazenadas pelos próprios agricultores, sendo parte destinada ao replantio no próximo ciclo e parte comercializada com outras comunidades produtoras integradas da rede associada à ACOPASA.

Para participar da produção, os agricultores precisam concordar com as condições impostas, especialmente as relacionadas às práticas agroecológicas, e aceitar os valores

previamente definidos para a comercialização. O cultivo pode ser realizado tanto nos lotes individuais de cada agricultor quanto, por decisão coletiva, na área comum do assentamento.

Figura 16 – Descaroador de Algodão agroecológico/algodão descaroadado



Fonte: acervo da pesquisa (Apodi, 2023)

O Projeto de Assentamento Milagres sempre se destacou como um laboratório de experimentação para projetos alternativos voltados à convivência com o semiárido. Desde nosso primeiro contato com o local, em 2016/2017, foi possível observar a diversidade de iniciativas implementadas na comunidade, fruto de parcerias com universidades, ONGs, a igreja católica, entre outras instituições. Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se a instalação de um sistema de esgotamento sanitário com uma unidade de tratamento de água para reuso, a coleta seletiva de lixo, ações de inclusão feminina e os quintais produtivos.

Contudo, a instalação de empresas do agronegócio nas proximidades do assentamento trouxe desafios significativos, especialmente para as práticas agroecológicas. A contaminação por agrotóxicos utilizada por essas empresas representa um dos maiores impactos, afetando diretamente a produção da comunidade. Um crítico é a quase extinção da atividade apícola na região, causada tanto pelo desmatamento para implementação de monoculturas – que reduz a floração disponível para as abelhas – quanto pelo uso de agrotóxicos, que exterminam ou afastam as colmeias.

Nesse contexto, o cultivo de algodão agroecológico surge como uma importante alternativa. A prática do consorciamento, que combina o cultivo de algodão com outras culturas, ajuda a mitigar os danos causados pelas atividades predatórias do agronegócio, oferecendo à comunidade uma nova oportunidade de subsistência e fortalecendo a luta pela permanência no território.

7.4.2 Associação do Projeto de Assentamento Portal da Chapada

A Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Projeto de Assentamento Portal da Chapada foi criada em 1999, logo após as negociações de desapropriação de terras promovidas pelo INCRA junto aos proprietários da área. O assentamento é um dos mais recentes da região da Chapada do Apodi, localiza-se em uma zona de transição entre as regiões da Chapada do Apodi e da Areia. Essa localização privilegiada contribui para a fertilidade do solo e para o acesso facilitado à água, uma vez que o assentamento está situado às margens do Aquífero Jandaíra.

O território originalmente pertencia a uma família de latifundiários que, enfrentando crises climáticas e econômicas recorrentes na década de 1980, negociou com o Governo Federal a desapropriação da área para a criação do assentamento. Na década de 1990, o processo foi consolidado, com a propriedade sendo considerada improdutiva para a agricultura tradicional intensiva, abrindo espaço para a luta por sua redistribuição.

Nesse contexto, antigos empregados da fazenda, juntamente com outros integrantes da luta pela terra, iniciaram a reivindicação do território para a criação de um assentamento voltado aos trabalhadores rurais sem terra, conforme os moldes de reforma agrária implementados pelos órgãos oficiais do Estado.

Inicialmente, a mobilização foi liderada por 45 trabalhadores e trabalhadoras, a maioria já residente na antiga fazenda, considerados os membros fundadores do projeto de assentamento. Esses fundadores continuam vivendo no local até os dias atuais. Além deles, a população do assentamento é composta por agregados, como filhos e suas esposas, netos, bisnetos, sobrinhos, entre outros. Atualmente, cerca de 60 famílias residem no assentamento.

No âmbito da organização política local, quase todas as famílias possuem um representante na associação, o que assegura um espaço de debate coletivo e a participação ativa dos envolvidos no projeto de assentamento. É importante, ressaltar, contudo, que a adesão à associação não é obrigatória. Conforme relatado pelo nosso interlocutor, “não é todos que se associam, mas a grande maioria é associada e participa das atividades da associação” (Associação Portal da Chapada, 2023).

A diretoria da associação segue uma estrutura tradicional, sendo composta por um presidente, um vice-presidente, um Conselho Fiscal com 12 membros (entre efetivos e suplentes), um secretário, um vice-secretário, um tesoureiro e um vice-tesoureiro. Destaca-se

também o esforço em garantir paridade de gênero, promovendo equilíbrio entre homens e mulheres na composição do quadro diretivo. As eleições ocorrem a cada dois anos, com possibilidade de reeleição para um segundo mandato de igual duração.

As reuniões da associação com os agricultores e agricultoras associados, visando otimizar o intercâmbio organizativo com outras comunidades, são realizadas no terceiro domingo de cada mês na sede da escola primária da comunidade. Segundo o nosso interlocutor, a adesão a essas reuniões é expressiva, com mais de 80% dos associados participando regularmente e contribuindo para os debates.

Figura 17 – Reunião da Associação do Projeto de Assentamento Portal da Chapada



Fonte: acervo da pesquisa (Apodi, 2023)

No campo legal, a associação está devidamente legalizada, o que garante o acesso às políticas públicas e a participação em editais de programas governamentais voltados à agricultura familiar. Para tanto, a associação conta com a assessoria de técnicos, contador e advogado, visando melhor orientação e direcionamento. Cada associado contribui mensalmente com uma quantia para cobrir as despesas legais e burocráticas.

A associação possui um trator e outros equipamentos, como grades para corte de terra e carroção para transporte de carga, que são utilizados de forma coletiva. Uma comissão é responsável pela gestão do uso do maquinário, controlando aspectos como as horas de uso por cada unidade familiar, o consumo de combustível e a manutenção mecânica. Além disso, há

equipamentos de beneficiamento de castanha de caju e polpa de fruta, que, devido à falta de manutenção e à ausência de qualificação técnica para os modelos exigidos pelos órgãos oficiais, encontram-se atualmente inoperantes.

A comunidade conta com poços perfurados, que garantem o abastecimento de água para as residências, além de serem utilizados para irrigar os pomares de hortaliças e frutas dos quintais produtivos, bem como abastecer os reservatórios dos criatórios de aves e caprinos. A água é armazenada em reservatórios elevados e distribuída de maneira igualitária por meio de tubulações. Uma taxa é cobrada de cada assentado para custear reparos nas instalações e a limpeza dos poços.

Quanto à produção, a cultura de sequeiro é uma prática tradicional, sendo a apicultura também uma atividade significativa no assentamento. Contudo, o assentamento tem se destacado como uma referência na cajucultura, com todos os assentados cultivando caju em seus lotes. Por ser uma árvore resistente, o caju se adapta bem às regiões semiáridas, uma vez que sua produtividade não depende de grandes volumes de precipitação.

Com a regularidade das chuvas no período chuvoso de (fevereiro a junho), garante-se uma produtividade razoável. Além disso, é realizada a produção consorciada de feijão e milho, cultivados entre as fileiras de cajueiros. Após a colheita dos grãos, as ramas são trituradas e transformadas em adubo natural para os cajueiros, uma técnica agroecológica que evita o uso de fertilizantes químicos.

São cultivadas duas espécies de caju precoce, o vermelho e o amarelo, da variedade *Anacardium occidentale L.* Segundo nosso interlocutor, o caju vermelho, devido ao seu sabor e qualidade, é o mais comercializável, sendo negociado tanto diretamente com os consumidores quanto com fábricas de beneficiamento de polpa de fruta. Boa parte da produção de caju é vendida para uma fábrica de polpa, que processa e distribui o produto mercado regional. A castanha, que tem maior valor agregado, é comercializada com algumas cooperativas, mas uma parte significativa ainda é comercializada para atravessadores, o que resulta em perdas no valor do produto para os produtores.

A comercialização por meio de atravessadores faz com que a castanha seja comprada a um preço muito inferior ao praticado no mercado, uma vez que, sem canais de negociação direta, o atravessador adquire o produto por um valor que assegure seu lucro. Nesse sentido, o fortalecimento da rede cooperativa é essencial, principalmente na busca por um preço justo para os produtos dos assentados.

Figura 18 – Produção de caju do Assentamento Portal da Chapada



Fonte: acervo da pesquisa (2023)

A produção de caju do assentamento Portal da Chapada, considerada uma experiência exitosa por órgãos do poder público estadual e federal, foi selecionada para servir como laboratório de uma iniciativa bilateral entre a Universidades Agrícola da China e o governo brasileiro. O objetivo do projeto é promover a mecanização da pequena produção por meio da introdução do maquinário de pequeno porte.

Durante o processo de visitação dos professores e técnicos chineses, foi notável a surpresa deles com a natureza quase artesanal da produção local, embora a avaliação tenha sido positiva. Estima-se que, com a introdução de máquinas adequadas às condições do território e tecnicamente adaptadas, será possível otimizar a produção, promovendo maior eficiência e rendimento para os agricultores familiares do assentamento.

Figura 19 – Visita técnica de universidade chinesa ao território da Chapada do Apodi



Fonte: Acervo da pesquisa (2023)

7.5 O protagonismo feminino na condução das associações e cooperativas investigadas

Durante o nosso processo investigativo, foi possível observar, além das questões norteadoras e das perspectivas analíticas delineadas no esboço inicial do trabalho – como a resistência campesina, a estruturação das associações e cooperativas constitutivas da agricultura familiar –, a efetiva participação feminina em posições de liderança nos processos de resistência e organização do movimento campesino.

Uma parte considerável das associações e cooperativas investigadas era dirigida por mulheres, que ocupavam posições-chave nos movimentos associativos e cooperativos, especialmente em cargos executivos, como a presidência e a administração financeira, a exemplo da tesouraria.

Esse fato chama a atenção, considerando que, de forma geral, as posições de liderança no mundo do trabalho, de maneira mais ampla, e na agricultura, de forma mais específica

a participação dos homens nas organizações é, geralmente, maior que as das mulheres, com exceção naqueles espaços tidos como femininos, tais como: igrejas, quermesses, trabalhos comunitários e outros. Às mulheres são destinados os espaços coletivos, como clube de mães, reuniões de saúde, entre outros, ou seja, atividades relacionadas ao cuidado, classificadas como incumbência das mulheres. Já para os homens se destinam os espaços técnico-produtivos (Schneider, 2020, p. 250).

Em nosso campo de investigação, como já salientado, as mulheres desempenham um papel central na administração, planejamento e execução de ações voltadas para o

fortalecimento das redes associativas e cooperativas que integram o campesinato do município do Apodi. Destacam-se, por exemplo, as cooperativas COOPERXIQUE e COAFARN, bem como as associações do Projeto de Assentamento Milagres, na Região da Chapada; AMPC, no distrito de Córrego, na Região da Areia; e a Associação de Santa Cruz. Algumas lideranças femininas participam da construção da rede associativa e cooperativa desde o início do movimento. Em contrapartida, outras lideranças dão continuidade à luta das mulheres que as precederam, muitas delas com laços estreitos de parentesco: filhas, netas e bisnetas de antigas lideranças.

No processo de constituição dos instrumentos de legitimação das associações e cooperativas, como os estatutos, a paridade de gênero constitui um dos fundamentos. Considerando que a participação feminina foi essencial na luta pela terra e na resistência às ameaças de desmantelamento da rede associativa, dispositivos estatutários que priorizem a ação feminina são fundamentos basilares.

Ao dedicarmos este espaço para a exposição da contribuição feminina no processo de construção de associações e cooperativas, fazemos isso tendo em vista que

deve-se considerar a ampliação do espaço da mulher no campo como resultado das lutas dos movimentos organizados e construídos a partir de conquistas sociais. Porém, para que ocorram maiores avanços na sociedade, é necessário modernizar conceitos e desconstruir o patriarcalismo, dando voz às mulheres e tornando visível todo o seu trabalho produtivo e o impacto no desenvolvimento dessas propriedades, pois mesmo que tenha sido omitido às mulheres a valorização do seu trabalho, isso não inviabilizou sua luta, pois continuam desbravando novos espaços e construindo o protagonismo feminino no campo (Meus, Ethur, 2021, p. 11).

Dito isso, é importante destacar a ação feminina, uma vez que a participação das mulheres está na gênese do processo associativo e cooperativo no município de Apodi. Apesar de desafios históricos e culturais, observa-se, ainda que de forma tímida, um processo embrionário de ruptura com a predominância masculina nas posições de liderança, característica marcante de uma sociedade profundamente arraigada no patriarcalismo.

8 CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E SEUS REBATIMENTOS NO CAMPO DE ESTUDO

Após expor as configurações organizacionais das cooperativas e associações de agricultores e agricultoras familiares, objetos de nossa investigação, torna-se necessário analisar, de forma mais ampla, os impactos das transformações políticas e econômicas resultantes das mudanças estruturais do Estado brasileiro. Estas transformações decorrem da adoção do modelo econômico rentista-neoextrativista e do ultraneoliberalismo que tem norteado a condução estatal nos últimos anos. Com base nos dados coletados no campo de investigação, na literatura consultada e nos depoimentos colhidos durante nossa incursão nas vivências do campesinato, arriscamo-nos a sublinhar algumas conclusões preliminares.

A organização em rede de associações comunitária rurais do município de Apodi-RN configura-se como uma experiência construída ao longo de décadas, com a participação de diversos atores. Essa rede proporciona uma estrutura horizontal, onde sujeitos distintos dialogam para construir coletivamente mecanismos de resistência e permanência no campo, mantendo um modo de vida próprio, alinhado às características e especificidades de cada região. A organização coletiva nas bases é essencial para a vivência no campo, especialmente diante das múltiplas dificuldades enfrentadas pelos camponeses em situações assimétricas de disputa com os mecanismos do capital hegemônico.

Os instrumentos da agricultura familiar, da convivência com o semiárido, do cooperativismo, do associativismo e da economia solidária, como destacado anteriormente, constituem estratégias fundamentais para a sobrevivência e manutenção dos atores sociais em seus territórios. Essas ferramentas diversificam as alternativas para a permanência do homem do campo. No entanto, essas estratégias não se sustentam sem que a inserção de outros atores, em especial o Estado, com sua capacidade de formular e financiar políticas públicas que atendam esse segmento.

Constatamos, assim, que o sistema cooperativo e associativo não sobrevive sem o apoio do Estado, especialmente no que se refere à comercialização dos produtos dos pequenos agricultores. O mercado institucional – entendido como a compra, por entes estatais, de parte da produção da agricultura familiar – é vital para o campesinato.

Esse vínculo institucional tem sido o principal sustentáculo financeiro de todo o sistema cooperativo e associativo. Quando o apoio do Estado se ausenta, ocorre o enfraquecimento ou, em casos mais críticos, o esfacelamento da organização social campesina. Tal situação decorre

da disparidade nas condições de competição impostas pelo mercado capitalista. As pequenas unidades produtoras carecem de estrutura técnica e financeira para competir com as empresas do agronegócio vinculadas ao capital financeiro. Dessa forma, a participação do Estado é indispensável e configura-se como o pilar econômico das associações e cooperativas.

Chegamos a essa constatação com base na literatura consultada, que nos permitiu compreender a questão em escala macro, e na investigação de campo, que confirmou *in loco* a problemática. Notamos que o ano de 2016 marca um ponto de inflexão para o movimento associativo e cooperativo. A partir da derrubada de um governo popular – que, embora limitado, oferecia aos pequenos produtores um espaço de disputa dentro das instituições estatais –, observou-se uma retratação na formulação de políticas públicas. Essas políticas, ainda que de forma modesta, garantiam um posicionamento mais favorável aos camponeses nos campos de disputa.

Nas seções seguintes, apresentaremos um panorama dos impactos sofridos e do recrudescimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Brasil. Além disso, com base em nossos achados de campo, propomos um debate sobre o encolhimento do Estado e o conseqüente sufocamento das estruturas das redes associativas e cooperativas estudadas.

8.1 Golpe de 2016, abandono das políticas públicas para a agricultura familiar e o impacto da pandemia para as cooperativas e associações pesquisadas

Como mencionado anteriormente, o ano de 2016 representa o início de um processo de enfraquecimento de um projeto governamental voltado à construção de políticas públicas de assistência a determinados estratos sociais. Esse processo culmina em um golpe de natureza parlamentar, jurídica e midiática. Na esteira desse processo, a agricultura familiar, que havia se beneficiado de políticas de assistência técnica desde os anos 1990 – como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, sofre desmontes e desabastecimento. Esses retrocessos impactam diretamente as formas organizacionais das associações de agricultores e agricultoras investigadas.

O PRONAF é fruto de um processo de luta iniciado

após muitas mobilizações dos agricultores familiares, as quais tiveram início em 1992, e coordenadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP). Esse programa tinha como principais reivindicações infraestrutura, meio ambiente e tecnologia

rural. No entanto, tais exigências foram relegadas a segundo plano, pois entendia-se que não bastava problematizar as questões agrárias, também se fazia necessário dotar os agricultores familiares de condições materiais, mesmo que mínimas, visando proporcionar sustentação por meio de políticas diferenciadas. Dessa forma, era necessário priorizar o crédito rural. Em 1996, esse programa foi totalmente reformulado, que deu origem ao PRONAF global, o qual priorizava apenas o crédito e o custeio, e ampliadas as suas ações, passou a financiar projetos de infraestrutura à capacitação (Mota, 2014).

Podemos observar nos discursos de nossos interlocutores a constante denúncia sobre a situação de abandono governamental em todas as esferas. Isso se evidencia pelo enfraquecimento e pela ausência de políticas públicas, resultantes da tomada do Estado por forças reacionárias, agravadas durante os anos de pandemia da Covid-19. Como exemplo, cita-se o auxílio emergencial concedido a diversos trabalhadores, mas não estendido aos agricultores familiares.

Na primeira reunião do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi²¹, realizada em 10 de novembro de 2021, após um momento de arrefecimento da pandemia, o tom predominante nas falas dos agricultores e agricultoras foi de denúncia e revolta diante da situação de abandono enfrentada pelas associações e cooperativas. Esse abandono resultou em limitações severas, quando não na inexistência, de políticas públicas, assistência técnica, auxílio financeiro ou qualquer outro tipo de suporte.

Essa situação tem um impacto profundo na organização da agricultura familiar de Apodi, sobretudo no que diz respeito a uma estrutura organizacional construída coletivamente ao longo de décadas, que vem sendo desmantelada ano após ano devido à ausência do fomento a políticas públicas. Representantes das associações das quatro regiões declaram em uníssono as dificuldades para reunir os agricultores novamente, uma vez que estes enfrentam um processo de desencantamento decorrente do abandono.

Em sua análise de conjuntura, o representante da CPT afirmou que “*o esfacelamento das políticas públicas para a agricultura familiar pelo governo federal: Pronaf, crédito rural, assistência técnica*”, visa desmantelar um setor organizado que, ao longo de décadas, galgava espaço no debate público e se configurava, por meio da organização, como um estrato social forte e reivindicativo. A asfixia enfrentada pela agricultura familiar compele as associações a

²¹ Estiveram presentes na reunião do Fórum da Agricultura Familiar de Apodi 24 representantes das associações comunitárias, garantindo a representatividade de todas as regiões. O evento também contou com a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Centro Feminista 8 de Março (CF8) e da ONG Terra Viva.

retomarem a luta pela reorganização, retornando a patamares anteriores e fortalecendo as bases frente aos desafios impostos pela pandemia e pelo governo Bolsonaro.

Nos discursos dos agricultores e agricultoras, os relatos destacam uma crescente descrença na força associativa: reuniões paradas, atrasos nas burocracias das associações, dificuldades para manter a estrutura básica – como água e luz – diante do aumento vertiginoso dos custos, causado pela inflação. Além disso, os preços praticados pelos produtos da agricultura familiar não acompanham o aumento dos valores do mercado, o que causa sua desvalorização. O fenômeno mais preocupante, contudo, é a debandada dos associados.

Em reunião do Fórum da Agricultura Familiar, ocorrida em 12 de janeiro de 2022, na sede do Sindicato do Trabalhadores Rurais de Apodi, outras demandas foram levantadas. Constatou-se, no âmbito municipal, o impacto negativo causado pela reforma e padronização da feira da agricultura familiar de Apodi. Os agricultores relataram que o modelo padronizado foi simplesmente transplantado de outras regiões, sem atender às demandas dos feirantes e sem ouvir os envolvidos. Isso acarretou a desorganização de uma estrutura histórica em nome de uma suposta modernização. O número de barracas para a agricultura familiar foi reduzido de 34 para 16. Segundo um dos agricultores, “*a reforma da feira livre teve como objetivo transformar o que era uma feira de rua em uma estrutura de supermercado*”, o que fez com que os feirantes perdessem espaço devido à substituição das bancas de madeira distribuídas na rua por boxes de alumínio menores, organizados em um espaço reduzido que compreende até mesmo a circulação de pessoas.

Esse conjunto de fatores provocou o enfraquecimento de uma das redes associativas mais bem organizadas do Brasil. Como constatado em pesquisas anteriores, a rede associativa do município de Apodi se constituía como um exemplo de organização para a agricultura familiar em nível nacional.

Somando-se a isso, os anos de 2020 e 2021 e o início de 2022 foram marcados pela maior pandemia da história recente. O mundo foi tomado pelo vírus da Covid-19, uma doença respiratória altamente transmissível, que exige medidas de restrição e isolamento social para seu controle, além da vacinação em massa para o retorno à normalidade. Até o momento em que este texto foi redigido, mais de meio milhão de pessoas haviam perdido suas vidas para a doença. A combinação fatal do negacionismo, desinformação, boicote às medidas protetivas e atraso intencional na compra de vacinas transformou a propagação do vírus em uma tragédia humanitária. Tudo isso foi patrocinado, avalizado e consentido por um governo de extrema

direita, resultante de um golpe jurídico, parlamentar e midiático promovido pelas elites em 2016.

As cooperativas também sofreram com este período de turbulência. Como demonstrado anteriormente, o principal mercado comprador dos produtos produzidos pelos camponeses, com venda intermediada pelas cooperativas – o mercado institucional –, reduziu drasticamente a demanda, ocasionando perda de receita das cooperativas e, conseqüentemente, dos cooperados. Nos depoimentos de nossos interlocutores, as dificuldades enfrentadas pelas cooperativas são evidentes, tornando necessária um “*se reinventar*”. O auxílio do governo do Estado do Rio Grande do Norte foi fundamental para a sobrevivência das cooperativas. Sem a assistência do Estado durante o período pandêmico e a negociação para a produção de kits de merenda escolar para distribuição às famílias dos estudantes, a situação das cooperativas teria se ainda mais.

A reinvenção das cooperativas pode ser evidenciada no relato que transcrevemos integralmente a seguir:

sem aula e o nosso principal mercado é PNAE, a nossa sorte foi o governo, caso ele tivesse optado pelo cartão de crédito como outros governos tinha sido muito difícil, que comprou nossos quites. A gente teve que vender de toneladas. Nunca tínhamos vendido 30 mil quilos de feijão macaça, aí tivemos que investir em máquinas pra empacotar, porque é fracionado. Nós temos uma encomenda de macaxeira e batada doce, só de batata doce são 40 mil quilos, aí tem que fracionar de dois quilos pra entregar para escolas. Escolas com 500 alunos é 1000kg de batata e 500kg de feijão. É isso, nesses últimos dois anos nós tivemos que se reinventar, a gente vendia pequenos volumes, mais regulares, agora a gente passa dois, três meses sem vender, pegamos um contrato grande e em uma semana tem que resolver tudo. Hoje o carro chefe tem sido o feijão macaça, o arroz vermelho de Apodi, nós conseguimos inserir nas compras públicas. Antes da pandemia tinha uma discussão, nós fizemos o teste de aceitabilidade do arroz vermelho nas escolas. As pessoas diziam que os meninos não comiam arroz vermelho. Levava o arroz pra escola pra fazer o teste com os meninos. Quem é que não gosta de um baião de dois? [risos]. Aí o arroz entrou nos editais, a gente vendia 100kg em uma escola ou outra, hoje em cada DIREC - Diretoria Regional de Educação e Cultura, é 15 mil quilos, 20 mil quilos. Então, entrou o feijão, o arroz, a farinha, a goma, batata, macaxeira e a polpa de furta que é um produto muito bom para o mercado institucional. Das nossas 11 cooperativas, 8 tem indústria de polpa própria, com selo, registro federal. No primeiro quite do Estado nós começamos a fazer propaganda da polpa. Tivemos um grande apoio do secretário de desenvolvimento rural (Alexandre). As escolas diziam que não tinham estruturas, que os pais não iriam pegar polpa na escola. No primeiro quite o Estado comprou 250 toneladas de polpa da agricultura familiar. A luta foi grande para vender a polpa. Por outro lado, a gente deixou de vender o frango por conta da estrutura (armazenamento), aí nós negociamos pra um quite ter a polpa e o outro ter o frango, as famílias também querem receber uma carne. Foi uma luta (COOAFARN).

Outro impacto enfrentado pelas cooperativas foi a impossibilidade de realizar feiras devido às medidas restritivas impostas. Essas cooperativas

ficaram impossibilitadas de fazer movimentos, organizar feiras. A feira é um espaço muito bom pra comercialização, para rodada de negócios. A pandemia atrapalhou muito isso. Nós fazíamos os movimentos, recebíamos as pessoas, a pandemia impossibilitou isso, as pessoas se distanciaram da gente. Então é isso, as feiras são as portas de entrada para o mercado. Na nossa comunidade há 2 anos que a gente não faz, a última a gente fez virtual, esse ano ainda não sei como vai ser. A pandemia prejudicou tudo isso, um movimento que fazíamos com 100 pessoas agora fazemos com 10, é muito difícil 10 pessoa consumir o que 100 iam consumir. Quem já tem uma estrutura forte, grandes supermercados, com capital, mas a gente não tem, a gente depende de vendas, de vender, vender e vender, então a gente deixou de fazer isso nessa pandemia (COOPAPI, COAFARN).

O fluxo de entregas e, conseqüentemente, de caixa sofreram defasagens devido à pandemia. Por outro lado, novas formas de realizar negociações foram surgindo e se consolidando. Por exemplo, a cooperativa

vendia farinha para o exército, nos seis primeiros meses de pandemia os quartéis estavam funcionando só com o administrativo, o pessoal de mais idade estava todo em casa, enfim, impactou porque a gente saía de um fluxo de caixa onde todo mês tinha entregas e diminuiu. Por outro lado, aumentou a procura do consumidor final pra entregar em casa, mas estávamos sem transporte, sem aplicativo e não estávamos preparados pra isso. No mercado institucional é mais fácil atender as demandas do que atender casa a casa. Nós tínhamos um fluxo fixo de entrega, passamos a passar meses sem entregar nada. Diminuiu o fluxo de vendas. Entregávamos toda semana, quando entrega toda semana tem dinheiro toda a semana na conta, chega na escola é 200, 1000. 1100, é fazendo a entrega, recebendo cheques, transferindo, agora passa de mês sem entregar nada, entrega tudo de uma vez, aí as contas acumulam [aponta para a mesa cheia de papéis]. O pior que não tem previsão de retomada. Acho que esse ano não voltam mais as aulas, só no próximo ano mesmo. Já estamos em julho, já está vacinando, terminando a vacina dos professores, as universidades se tiverem de voltar é só em novembro. Eu acho que o Estado não volta também não. Até o final do ano a perspectiva é dessas vendas concentradas. Outro impacto foi a impossibilidade de realizar as feiras, nacionais, regionais, fóruns, rodadas de negócio. Ia surgindo vendas a partir dessas participações. E está sem perspectiva de voltar. Fazem feiras virtuais, mas nesse negócio ninguém compra nada não. Uma rodada de negócio virtual [risos] VIRTUAL. Nada substitui as feiras, rodadas de negócios...

Estamos construindo parceria, o mercado livre tá dando um curso pra ajudar a gente nas vendas locais, analisar os produtos que podemos disponibilizar. O interesse é fazer parceria com os produtos da sociobiodiversidade. O mercado livre que colocar produtos da Amazônia, da caatinga, aí estamos nesse projeto chamado instituto conexos, começou com dinheiro

internacional no Amazônia e agora está se estendendo. Aí capacita a gestão, disponibiliza capital de giro e acompanhamento de gestão.

8.2 Mercado institucional – a necessidade do Estado para a sobrevivência das cooperativas

Como podemos observar pelos depoimentos das cooperativas investigadas, o mercado institucional – composto por programas de governos federal e estadual – ainda é o principal sustentáculo financeiro dessas cooperativas. Embora seja notório o esforço das cooperativas em acessar outros espaços de comercialização, é por meio da participação em editais públicos que elas garantem o maior fluxo comercial e conseguem escoar a produção da agricultura familiar local.

Os principais programas estatais com os quais as cooperativas negociam são o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. O PAA foi criado em 2003 no contexto da formulação do Programa Fome Zero, lançado em 2001, no início do primeiro governo Lula. Instituído pela Lei nº 10.696, em seu artigo 19, o programa tem como principal finalidade promover a compra direta de produtos de agricultores familiares. Seu objetivo é incluir esses agricultores no mercado, efetivar políticas de inclusão social e garantir o acesso a alimentos em quantidade e qualidade para a população, especialmente aqueles em situação de insegurança alimentar e nutricional (Dias *et al.*, 2013).

Outro programa essencial para o fortalecimento das cooperativas de agricultores familiares é o PNAE, instituído pela Lei nº 11.947, em seu artigo 14. Essa lei determina que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE sejam destinados à aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar. O PNAE promove a compra direta de produtos locais por escolas públicas, com o apoio de associações e cooperativas (Torres *et al.*, 2011).

O PNAE pode ser considerado um marco nas políticas públicas, sendo uma das mais longevas, com mais de sessenta anos de existência. Criado em 31 de março de 1955 pelo Decreto nº 37.106, o programa foi inicialmente denominado Campanha de Merenda Escolar – CME, subordinado ao Ministério da Educação. Nos primeiros anos, articulou-se com organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e o Programa Mundial de Alimentos – PMA.

A partir de 1976, o programa passou a ser totalmente financiado pelo Ministério da Educação e gerido pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar. Em 1979, adotou o nome atual, Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE. A descentralização dos recursos teve início em 1994, por meio da Lei nº 8.913, que delegou a gestão aos municípios e às secretarias de educação estaduais e distritais. Em 1998, essa descentralização foi consolidada, e os recursos começaram a ser transferidos automaticamente.

Em 2003, a Resolução nº 15 estabeleceu que o programa deveria suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos. Posteriormente, a Resolução nº 32 de 2006 ampliou as diretrizes para incluir o apoio ao desenvolvimento sustentável, consolidando essa visão com a Lei nº 11.947 e a Resolução nº 38/2009, revisada pela Resolução nº 26/2013. Assim, o programa fortaleceu o papel da agricultura familiar, consolidando o mercado institucional como um dos mais relevantes para a comercialização de seus produtos (Triches; Rosane, 2015, p. 181-190).

O PNAE é, atualmente, o principal instrumento para a comercialização dos produtos de agricultores familiares cooperados. Conforme as diretrizes do programa, a negociação ocorre diretamente com escolas públicas, municipais, estaduais e federais. Os valores transferidos consideram o calendário letivo de 200 dias, divididos em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro), e são calculados com base no número de alunos matriculados. Os valores ²²por aluno variam de acordo com a modalidade de ensino, sendo, por exemplo: (I) Creches: R\$ 1,07; (II) Pré-escola: R\$ 0,53; (III) Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,64; (IV) Ensino fundamental e médio: R\$ 0,36; (V) Educação de jovens e adultos: R\$ 0,32; (VI) Ensino integral: R\$ 1,07; (VII) Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral: R\$ 2,00; e (VIII) Atendimento educacional especializado no contraturno: R\$ 0,53.

Já o PAA é instrumento para fortalecer a segurança alimentar e a agricultura familiar. Suas estratégias incluem a política de estocagem de alimentos produzidos por agricultores familiares em todo o país. A execução do programa ocorre por meio de modalidades como Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

O PAA articula, em uma única política pública, o apoio à comercialização da produção da agricultura familiar e ações de segurança alimentar e nutricional. Alimentos e sementes são adquiridos e destinados a equipamentos públicos de alimentação, entidades da rede

²² Informações disponíveis em: <https://www.fnnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 28 ago. 2021.

socioassistencial, famílias em situação de vulnerabilidade social e formação de estoques estratégicos. Criado em 2003, o programa segundo Gisa e Isopo (2015, p. 163),

trata-se do primeiro programa de compras públicas com uma orientação exclusiva para a agricultura familiar, articulando-a explicitamente com a segurança alimentar e nutricional. O programa é destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), incluídas as categorias assentadas da reforma agrária, trabalhadores rurais sem-terra, acampados, quilombolas, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens e comunidades indígenas. Também deu início a processos de estímulos institucionais para promover e incrementar a participação de mulheres e de agricultores familiares em maior vulnerabilidade social.

8.3 Do asfixiamento das políticas públicas para a agricultura familiar e a agonia dos homens e mulheres do campo à promessa de ressurgimento

Após o período de asfixiamento das políticas públicas, intensificando com o advento do golpe parlamentar-midiático-jurídico de 2016, as estruturas constitutivas da organização popular campesina sofreram abalos significativos. Os impactos mais perceptíveis foram o desmantelamento dos princípios organizacionais e associativos. Com o abandono dos programas de financiamento voltados para os produtores das unidades de agricultura familiar, houve uma drástica redução no número de participantes do movimento associativo, que agora busca se reerguer a partir do que restou.

No âmbito estadual, desde a criação da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte – SEDRAF-RN, existe, ainda que de forma embrionária, a possibilidade de retomada de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, como demonstramos anteriormente ao abordar as cooperativas.

Os agricultores familiares de Apodi, em virtude de sua histórica organização, têm se beneficiado das parcerias com os órgãos do Estado. Como mencionado em linhas anteriores, cooperativas e associações, mesmo durante a emergência sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, conseguiram comercializar seus produtos por meio das parcerias construídas entre o poder público e as entidades devidamente organizadas.

No âmbito federal, programas essenciais para a agricultura familiar vêm sendo retomados gradualmente, como o PNAE e o PAA, já apresentados anteriormente, além de iniciativas como os programas de banco de sementes e de estocagem de alimentos. Essas ações

prometem reestabelecer certo equilíbrio no fluxo produtivo e comercial das cooperativas e associações.

Contudo, chama a atenção a dependência quase exclusiva da elaboração de políticas públicas governamentais para a manutenção e o funcionamento das associações e cooperativas investigadas. Como observado, são quase inexistentes, tanto nas cooperativas quanto nas associações, mecanismo que assegurem a sustentabilidade financeira dessas instituições. Em geral, isso ocorre devido à dificuldade de adaptação ao modelo concorrencial e predatório imposto pelo capitalismo hegemônico.

As pequenas unidades produtivas analisadas ao longo das investigações são compostas por agricultores e agricultoras familiares que, em sua maioria, produzem para a subsistência. Mesmo nesse modelo, há dificuldades externas que frequentemente inviabilizam a produção. De fatores climáticos a interferências políticas, os impactos são sempre mais devastadores para aqueles em condições quase nulas de competitividade no mercado predatório. Ao adotar uma sociabilidade baseada em um modelo produtivo alternativo, os camponeses e agricultores familiares se colocam como potenciais excluídos.

Isso reforça a necessidade vital da criação de políticas que assistam essa categoria. As políticas públicas são essenciais, pois o campesinato não dispõe de condições materiais para produzir de forma autossustentável. Apesar das iniciativas agroecológicas e das tecnologias que promovem a convivência e a produtividade do semiárido, o Estado ainda é o principal impulsionador desse processo.

A defesa, quase radical, por parte daqueles que compõe as bases dos movimentos campesinos, sindicatos, cooperativas de iniciativa popular e movimentos sociais, pela manutenção, desenvolvimento e permanência das políticas públicas destinadas ao campesinato como políticas de Estado, e não de governo, é amplamente justificada. Uma análise simples revela a discrepância com que o Estado trata de forma assimétrica os pequenos produtores e os grandes proprietários, especialmente na destinação de recursos.

A literatura é abundante nesse tema: basta uma consulta para identificar financiamentos bilionários provenientes dos cofres públicos destinados ao agronegócio, por meio de planos safra, empréstimos bancários facilitados a juros baixos, entre outros, enquanto os pequenos produtores enfrentam dificuldades extremas para obter valores modestos das mesmas entidades estatais.

8.4 Governo Lula 3

Conforme apontamos anteriormente, a atuação do poder público na formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar é essencial para o pleno desenvolvimento deste setor. Contudo, como resultado dos mais recentes ajustes do Estado brasileiro aos ditames das políticas econômicas neoliberais, observa-se um constante contingenciamento financeiro das verbas destinadas à implementação de políticas públicas em geral, incluindo aquelas voltadas à agricultura familiar.

O contingenciamento promovido durante o governo Temer, e intensificado no governo Bolsonaro, resultou no desmantelamento de toda uma estrutura organizativa construída ao longo de décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Esse cenário gerou a necessidade de reorganização e reconstrução do modelo organizacional da agricultura familiar, com destaque para o resgate dos movimentos associativos, a reestruturação das cooperativas e o fortalecimento dos mecanismos de assistência técnica.

Nos processos de lutas e resistências, a retomada do poder político por um campo mais progressista torna-se essencial. O campesinato, especialmente o segmento social investigado em nossa análise, fortemente impactado pelos cortes realizados entre 2016 e 2022, enxerga na mudança do espectro político – de um modelo ultraneoliberal com inclinações fascistas – a possibilidade de ressurgimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar e de sua respectiva rede de apoio.

A vitória do candidato progressista Luiz Inácio Lula da Silva no pleito de 2022, com o apoio de partidos de centro, marcou um dos períodos eleitorais mais atípicos dos últimos anos. Esse processo foi caracterizado pelo uso indiscriminado das redes sociais para a disseminação de Fake News, pelo alinhamento de lideranças evangélicas neopentecostais ao candidato de extrema direita, com a consequente utilização dos púlpitos como palanques políticos, além de manobras no aparato estatal dos púlpitos como palanques políticos, além de manobras no aparato estatal para beneficiar o candidato então no poder. Mesmo diante desse cenário adverso, a coligação encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores – PT saiu vitoriosa após uma disputa intensa e acirrada.

De acordo com Júnior *et al.* (2023, p. 01), a vitória da ala progressista na eleição presidencial de 2022 impediu

a continuação do governo fascista de Bolsonaro, foi maiúscula, apesar da pequena diferença de votos. Derrotou-se o movimento neofascista e suas

milícias físicas e digitais, os algoritmos das big techs, a maioria das igrejas evangélicas, as forças de segurança (públicas e privadas), a parte mais importante do capital financeiro e do agronegócio, o aparelhamento do Estado e de políticas públicas, enfim, o uso de todo tipo de providências para manter o fascismo no governo. Portanto, não se pode ter a menor dúvida da importância dessa vitória. O balanço dos quatro anos trágicos do governo Bolsonaro, que pode ser resumido pelos fatos a seguir, reforçam essa importância: ataques às instituições e aos fundamentos do Estado Democrático de Direito; desemprego em alta, queda da renda e aumento da pobreza e da fome; deterioração das relações internacionais e a transformação do país em pária; negacionismo na gestão da pandemia, que levou a quase 700 mil mortes pelo covid-19; queimadas e desmatamento recorde da floresta amazônica e ataques aos povos originários; sucessivos cortes no orçamento das universidades, ameaças à autonomia docente e intervenção em diversas instituições; disseminação de uma cultura de ódio e violência nas escolas; criminalização, censura e falta de investimento na cultura.

A partir de 2023, a tarefa do governo eleito é reconstruir as estruturas do Estado, reinsserindo na plataforma de governo a inclusão de setores sociais desprivilegiados pelos governos anteriores. Como parte desse processo de reformulação, foi recriado o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, com o objetivo de atender às demandas do campesinato, reativar políticas públicas e fortalecer a organização campestre no país. Essa iniciativa reconhece que a vitória nas urnas se deve, principalmente, ao apoio da

população mais pobre do país (que ganha até dois salários-mínimos), e que se expressou em outros segmentos sociais (mulheres, negros e LGBT) e regionalmente (Nordeste). Sua campanha foi dirigida, fundamentalmente, para responder às necessidades e reivindicações desses segmentos: o combate à fome (com destaque para um novo Bolsa-Família muito mais robusto), o aumento real do salário-mínimo, a recuperação do financiamento da merenda escolar e da farmácia popular, a retomada da política habitacional voltada para as famílias de baixa renda, a volta dos investimentos públicos e a defesa de políticas de proteção dos direitos das “minorias” (Junior *et al.*, 2023, p. 04).

É importante destacar, por outro lado, que o governo se defrontará com a

tática discursiva dos porta-vozes do “mercado” era de que o governo Lula deveria ser um governo da frente ampla que o elegeu. Mas, na verdade, maliciosamente, identificava um eventual governo de frente ampla como sendo um governo neoliberal: reconhecem retoricamente a desigualdade, a pobreza e a fome existentes no país, mas não estão dispostos a enfrentá-las, pois para eles o orçamento tem que continuar subordinado ao capital financeiro, priorizando o pagamento dos juros da dívida pública. Em suma, o ajuste fiscal permanente deve ser a prioridade do “governo de frente ampla” (Junior *et al.*, 2023, p. 04).

Não podemos deixar de destacar que nas últimas eleições o legislativo, Câmara Federal e Senado da República, são ocupados majoritariamente por forças retrógradas aliadas ideologicamente e extrema direita. O poder de barganha do executivo está atrelado a práticas pouco republicanas de governar, alicerçada na chantagem feita por parlamentares para abocanhar a maior parte do orçamento anual por meio das emendas do relator (emendas secretas), estas operadas sem nenhum tipo de transparência.

Desta feita, no plano das retomadas das políticas públicas, o PNAE é reestruturado com a perspectiva de fortalecimento ao longo da atual gestão. Da mesma forma, o PAA, um dos pilares essenciais para o desenvolvimento da agricultura familiar, é retomado, e a agricultura familiar volta a ser contemplada no orçamento do Estado Brasileiro. Além das políticas públicas mencionadas, começam a ser implementadas formas diferenciadas de financiamento, visando ampliar o apoio e a sustentabilidade desse setor estratégico.

Somos conscientes das profundas assimetrias que caracterizam a prática da agricultura no Brasil, como já demonstrado em outras passagens deste texto. A agricultura tradicional, representada pelo agronegócio com seu sustentáculo técnico-financeiro e sua expressiva representatividade política, ainda se configura como um grande obstáculo ao fortalecimento de um modelo produtivo alternativo. Em 2024, foi anunciado o maior Plano Safra da história, com a destinação de 5 bilhões de reais para a agropecuária, um aumento de aproximadamente 3 bilhões em relação aos governos anteriores. Mais uma vez, o Estado brasileiro reafirma seu papel como o principal financiador do setor agropecuário.

Embora tenha sido de fundamental importância a retomada do poder político pelo campo progressista, este primeiro movimento de reestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar ainda está em processo de consolidação e desenvolvimento. As assimetrias historicamente constituídas foram aprofundadas nos anos anteriores, como resultado do abandono perpetrado pelo Estado durante os governos ultraliberais de extrema direita.

A nível de Estado, podemos destacar o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, que O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA realiza a aquisição direta de alimentos de agricultores familiares, dispensando o processo de licitação. Os alimentos são encaminhados para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de instituições de assistência social, equipamentos públicos voltados à rede pública e filantrópica de ensino. Dessa forma, o PAA

busca fortalecer a agricultura familiar, gerando empregos, aumentando a renda e estimulando a economia local.

Ainda é cedo para fazer prognósticos sobre o desenrolar do terceiro governo Lula. Este aspecto analítico tampouco configura o cerne do nosso esforço interpretativo. Contudo, é inegável que as forças reacionárias dominam tanto dentro quanto fora do Legislativo, onde obtiveram maioria nas duas casas – Câmara dos Deputados e Senado da República. Nesse contexto, tornou-se necessário ceder espaço para partidos de centro a fim de garantir uma governabilidade mínima.

Os governos promoveram um profundo dismantelamento das estruturas do Estado, culminando no desmonte de um conjunto de políticas públicas. Embora seja um tema tangente, é pertinente mencionar as novas configurações que o Estado assume a partir das mudanças no espectro político, especialmente no âmbito do Poder Executivo. Essas mudanças têm provocado movimentos de reorganização entre atores sociais que, outrora, foram profundamente impactados pela ausência – parcial ou total – do auxílio estatal.

8.5 Riscos das parcerias com o poder público

No decorrer de nossas incursões em campo, acompanhando reuniões de associações e fóruns da agricultura familiar no município de Apodi-RN, observamos, conforme já demonstrado, a necessidade de formulação de políticas públicas que atendam a esse extrato social. Contudo, de acordo com nossas observações, corroboradas pelas falas coletivas e individuais dos atores envolvidos, percebe-se que representantes do poder público, diante da fragilidade dos camponeses frente às burocracias da administração pública, encontram espaço para implementar estratégias de transferência de responsabilidades.

Em mais de uma ocasião, deparamo-nos com relatos que expressavam preocupação em relação a esse tipo de prática. Como já apresentado nos tópicos prévios sobre as comunidades pesquisadas, a legalidade é uma preocupação constante das associações, pois ela viabiliza a participação em editais públicos e assegura o recebimento de emendas parlamentares, além de outras modalidades de parceria com o poder público.

À primeira vista, a destinação de emendas parlamentares pode ser considerada benéfica para as comunidades. No entanto, há possíveis armadilhas, como salientado por um dos nossos interlocutores. Para ilustrar, a associação da comunidade de Córrego tem recebido emendas parlamentares destinadas à pavimentação em paralelepípedo do trajeto que conecta a zona

urbana à região da areia, localizada na área rural. Nesse interim, os recursos são repassados à associação, que assume a responsabilidade pelo processo licitatório, pela contratação e pelo pagamento da empresa encarregada de realizar o serviço.

De acordo com a entidade de representação de classe, essa prática configura uma situação de risco, pois, de certa forma, desobriga o poder público de responder possíveis penalidades decorrentes de problemas na execução da obra ou do serviço prestado. Isso ocorre porque as associações, geralmente, não possuem a *expertise* necessária nem a estrutura adequada para lidar com essas demandas (Sindicato, 2023). Tal situação pode comprometer seriamente a estrutura associativa, expondo-a ao risco de endividamento, processos judiciais e até mesmo ao cancelamento dos CNPJs das instituições.

Portanto, embora defendamos a formulação de políticas públicas que beneficiam cooperativas e associações de produtores camponeses da agricultura familiar, é imprescindível estar atento a essas manobras de transferência de responsabilidades, que podem fragilizar ainda mais as organizações que buscam apoio e assistência.

8.6 O poder da associação – contribuições do capital social

Como salientado nas falas dos nossos interlocutores e destacadas em linhas anteriores, a maior riqueza que a ruralidade do Apodi dispõe não está unicamente associada aos recursos naturais que a região oferece. O capital social, cristalizado por uma rede associativa e cooperativa, se configura como um forte instrumento de resistência. De acordo com Ribeiro (2020, p. 802), “o capital social cívico pode ser definido como resultante de coesões ou redes sociais, formais ou informais, com objetivos comuns que são pautados em normas e que compartilham alguns atributos, como: cooperação mútua; confiança interpessoal; solidariedade; reciprocidade e tolerância”. São os atores sociais que habitam o lugar, dão vida, produzem e reproduzem material e simbolicamente, se associam.

No escopo teórico das ciências sociais, o capital social

é usado diferentemente, dependendo do campo de estudo [...]. Na literatura da ciência política, sociologia e antropologia, capital social geralmente se refere a um conjunto de normas, redes e organizações através das quais as pessoas obtêm acesso a poder e a recursos que são instrumentais em viabilizar a tomada de decisão e a formulação de políticas. Economistas adicionam a este foco a contribuição do capital social para o crescimento econômico. No nível micro-econômico, eles veem o capital social primeiramente através da sua habilidade em melhorar o funcionamento do mercado. No nível macro-econômico, eles consideram como instituições, quadros legais e o papel do

governo na organização da produção afetam o desempenho de mercado. (Marconatto, Pedrozo, 2012, p. 158).

Apesar das dificuldades já supracitadas no decorrer deste trabalho, os camponeses que constituem a ruralidade do Apodi possuem forte ligação com o lugar, e neste lutam para permanecer apesar das investidas cada vez mais insidiosas do capital global travestido de desenvolvimento, incorporado pelas empresas do agronegócio, além de outras estratégias que visam o esfacelamento da organização dos agricultores e agricultoras.

É no lugar onde tudo está, como já referenciamos, é onde raízes se fincam, identidades se desenvolvem, a cultura se cria e se transmite. Neste cenário, o capital social, agricultores e agricultoras, células vivas do corpo associativo e cooperativo, constituem o maior flanco de resistência, combativos, organizados e dialogando com atores distintos na busca de caminhos que os permitam permanecer.

Como vimos, todas comunidades investigadas possuem representação nas associações, as famílias locais, em sua maioria, estão integradas no processo associativo. As associações, por sua vez, organizam localmente agricultores e agricultoras para que sua produção seja comercializada, quando não, a segurança alimentar é prioridade.

Não podemos deixar de ressaltar a preocupação das lideranças locais com o futuro, com a continuidade da rede associativa e cooperativa que sustenta a ruralidade do município do Apodi. Podemos constatar nos depoimentos dos nossos interlocutores que este fato se solidifica no real. Parte dos jovens, movidos por outras subjetividades, ganho imediato, renda fixa, embora superexplorada, se afastam dos movimentos. Contudo, há os que buscam engajamento nas lutas, debates e discussões. É nesse complexo arranjo, nesse campo de batalha objetivo e subjetivo, complexo, contraditório, que a ruralidade se reforça, se rearranja.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, p. 13-35, 2004.

ALCÂNTARA, F. H. C. O Cooperativismo segundo o Direito e a Sociologia do Trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 21, p. 937-956, 2014.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ANNIBELLI, M. B. A ordem econômica brasileira e o cooperativismo. **Revista Eletrônica do CEJUR**, 2008.

ARCANJO, M. A. da S; OLIVEIRA, A. L. M. A criação da secretaria nacional de economia solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017.

BEAUD, S; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BECKER, H. S. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BOFF, L. **Teologia do Cativo e da Libertação**. Lisboa: Ed. Multinova, 1975.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A, 1989.

BOURDIEU, P. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CALDAR, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 43, p. 207–224, 2001.

CARVALHO, A. P. *et al.* Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In*: RIGOTTO, R. AGUIAR, A. C. RIBEIRO, L. (org.) **Tramas para a Justiça Ambiental: diálogos, saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: UFC, 2018.

CARVALHO, H. G. de. **Do pó do sertão ao “Oasis da Nova Era”**: agricultura familiar e agronegócio na chapado do Apodi, RN. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.

COSTA, B. A. L; AMORIM JUNIOR, P. C. G; SILVA, M. G. da. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 1, p. 109-126, 2015.

DANTAS, I. A. C. **Contaminação por transgenia em sementes crioulas nos territórios do Rio Grande do Norte**. 2021. 79 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2021.

DIAS, M. I. C. **O Inquérito por questionário: problemas teóricos e metodológicos gerais.** Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Porto, 1994.

DIAS, T. F. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como Estratégia de Inserção Socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, 2013.

EID, F. Economia Solidária, Desenvolvimento organizacional e apesar das limitações em que esbarram muitas dessas iniciativas. Cooperativismo Rural. **AECID/UA/UFPA**. 2012.

EID, F. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção histórica da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. **ORG&DEMO**, v. 08. p. 47-66, 2007.

Entrevista de Celso Furtado, concedida à **Revista Universidade Pública**. Fortaleza: UFC, Ano I,n.3, Out/Nov, 2000.

FERREIRA, N. M. da C. **Cooperativismo sob a ótica da Economia Solidária e Popular: algumas evidências no meio rural potiguar.** 2010. 305 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FRANCELINO ALVES, A.; AURÉLIO SAQUET, M. La Reproducion de Las Cooperativas de Agricultura Familiar y Economia Solidaria: el caso de la unión nacional de cooperativas de la agricultura familiar y economia solidaria (UNICAFES). **Perfil de Coyuntura Económica**, n. 23, pág. 125-144, 2014.

GALDINO, B. T. *et al.* Conflitos socioambientais no campo em Apodi, RN: contribuições propositivas da cartografia social. **Revista Geografar (UFPR)**, v. 11, p. 99-112, 2016.

GALHARDO, L. R. *et al.* Produtores orgânicos no Brasil e seus organismos certificadores. **Revista Ciência, Tecnologia & Ambiente**, v. 8, n. 1, p. 37-45, 2019.

GRISA, C; PORTO, S. I. Dez Anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. *In*: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *In*: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (org). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

GUIMARÃES, A. P. Formação da Pequena Propriedade: intrusos e posseiros. *In*: GUIMARÃES, A. P. **Camponeses Brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, p. 201-209, 2006.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loilola, 2004.

IANNI, O. A Utopia camponesa. **Revista da USP**, n. 02, ago. 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/apodi/panorama>> Acesso em: 11 jun. 2018.

JUNIOR, C. Z. de Sena. *et al.* O terceiro governo Lula: limites e perspectivas. **Caderno CRH**, vol. 36, p. 01-10, 2023.

JUNIOR, M. A. M. **A ação territorial de uma igreja radical**: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba. 2008. 502 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JUNIOR, M. A. M. Igreja, Campesinato e Luta por Terra no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47, 2011.

KARL, M. **O capital crítica da economia política**: livro I o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, V. L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, J. S. S. **As práticas do cooperativismo no território sertão do Apodi (RN)**: potencialidades e limitações para agricultura familiar. 2016. 76f. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus afeitos democráticos. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 29, p. 159-178, 2014.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: Educ, 1997.

MARCHEZAN, E. Arroz vermelho: caracterização, prejuízos e controle. **Ciência Rural**, v. 24, p. 423-429, 1994.

MARCONATTO, Diego Antônio. PEDROZO, Eugenio Avila. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR • v. 9, n. 2, p. 154-181, mai-ago/2013, Taubaté, SP, Brasil

RIBEIRO, Lilian Lopes *et al.* Capital social no Brasil: uma análise de seus determinantes. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 4, p. 801-815, out./dez. 2020

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1881.

MARTINS, M. *et al.* **Agroecologia no Semiárido**: contribuições ao debate a partir do Norte de Minas Gerais. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2018.

- MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Atmed, 2004.
- MELO, N. A. de. **Economia solidária e mundo do trabalho**: possibilidades, limitações e contradições para o processo de desenvolvimento econômico. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014.
- MEUS, A. G. A.; ETHUR, L. Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, n. 17, p. 31, 2021.
- MORAIS, E. E. de. *et al.* Collectively owned properties, co-operativism and solidary economy in Brazil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 67-88, 2011.
- MOTA, A. R. Contribuições do Pronaf para a agricultura familiar. **Revista Extensão & Cidadania**, v. 2, n. 4, 2014.
- PINTO, M. do S. D. **O conflito socioambiental na chapada do Apodi/RN**: uma disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar. 2018. 111f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- RIGOTTO, R. M. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 37, p. 65-77, 2012.
- RIGOTTO, R. M. *et al.* O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1533-1542, 2012.
- RIGOTTO, R. M. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 12, n. 1, 2011.
- RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. da S. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 475-485, 2007.
- SABOURIM, E. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural. **UNB**. vol. 06. n. 23, Brasília, 2006.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SCALLO, A. R.; PINTO, L. de B. Certificação Orgânica: motivações e dificuldades na inserção e manutenção no sistema de produção certificada em regiões com características díspares no Brasil. **Revista de Geografia (Recife)**, v. 38, n. 1, 2022.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura Familiar e Teoria Social: A Diversidade de Formas Familiares de Produção na Agricultura**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SCHNEIDER, S. *et al.* Mulheres rurais e o protagonismo no desenvolvimento rural: um estudo no município de Vitorino, Paraná. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, n. 2, p. 245-258, 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 84-94, 2007.

SETÚBAL, T. de F. C. O camponês enquanto sujeito de ação política na luta pela terra. *In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas*. UFMA, 2019.

SHIVA, V. **A violência da revolução verde, agricultura, ecologia e política do terceiro mundo**. 1. edição. Mahatma, 2015.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas para a biodiversidade**. São Paulo: Gaia, 2013.

SILVA, E. S. *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista uniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SILVA, S. P. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Rio de Janeiro: IPEIA, 2018.

SINGER, P. **Ensaio sobre economia solidária**. Portugal: Edições Almedina, 2018.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Percecu Abrano, 2002.

SOUZA, V. H. P. *et al.* Sistema orgânico de produção e a questão agrária: notas para o debate. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, vol. 15, n. 52, 2014.

TORRES, A. C. M. *et al.* Cooperativismo e convivência com a seca: o caso da COOPAPI no RN. **Revista Geotemas**, v. 3, n. 1, p. 03-13, 2013.

TORRES, F. de L. *et al.* Inserção da agricultura familiar sustentável no PNAE: o caso da COOPAPI, Apodi-RN. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n. 2, 2011.

TRICHES, R. M. Repensando o mercado de alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. *In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org). Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. O campesinato Brasileiro: uma história de resistências. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Editora da UFRGS, 2009.

**ANEXO A – FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS E
DEPOIMENTOS**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____ CPF _____
_____, RG _____, depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da
pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento,
especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através
do presente termo, os pesquisadores Samuel Guimarães Martins do projeto de pesquisa
intitulado “Projeto De Intervenção: Promoção Da Saúde Da População Tabagista Na Atenção
Primária” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas
fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros,
artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados,
obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes
(Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do
Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado
pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Fortaleza-Ceará, _____ de _____ de 2011 _____

Pesquisador responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa

Responsável Legal (Caso o sujeito seja menor de idade)

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – COOPERATIVAS

1. Nos faça um relato sobre o histórico do processo de criação da cooperativa (como ela surgiu?)
2. Qual natureza da cooperativa: compra, venda, crédito, produção?
3. A cooperativa conta com a contribuição de quantos associados?
4. Como se dá a relação entre associados e cooperativa?
5. Comente a respeito da estrutura da cooperativa: maquinário, espaço físico, capital, econômico e social.
6. Quais os produtos comercializados e os principais compradores?
7. Como se dá a sistemática das reuniões, assembleias, prestação de contas, eleições?
8. Quais as formas de participação dos cooperados? Como é gerido o processo de tomadas de decisão?
9. Os cooperados enfrentam algum obstáculo para a efetiva participação, no atendimento das demandas?
10. Como a cooperativa operou durante o período pandêmico?
11. Existe algum tipo de apoio estatal, política pública, em qualquer esfera da federação? Se sim, quais?

ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ASSOCIAÇÕES

1. Faça um relato sobre o processo histórico da criação da associação: quando e como surge? Qual o número de agricultores nesse primeiro momento?
2. Hoje, quantas famílias compõe a comunidade?
3. Todas as famílias possuem representação dentro das associações?
4. Quantos associados compõe a associação hoje?
5. Como é feita a composição da diretoria da associação? De quanto tempo é o mandato da diretoria?
6. A associação está devidamente legalizada?
7. Os associados são participativos? Quais os principais meios de participação? Quando e como é organizada a sistemática das reuniões?
8. Existe algum tipo de relação das associações com o poder público? Alguma forma de incentivo estatal (técnico, financeiro)? Há políticas públicas voltadas para à agricultura familiar? Há assistência, parcerias, com outras instituições?
9. Como a associação e os associados enfrentaram o período pandêmico? Houve diminuição no quadro de associados ou dificuldade de realizar as discussões/reuniões?
10. Na perspectiva da associação, qual a importância da organização das comunidades em associações?
11. No aspecto produtivo, quais as principais culturas?
12. Há relação de comercialização entre a comunidade/associação e cooperativas?
13. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades/associação no cotidiano?